

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

Maiara de Arruda Nascimento

**ARRANJO E DESCRIÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL
MEMÓRIA ACADÊMICA: VESTÍGIOS DA DITADURA
CIVIL-MILITAR NA UFSM**

Santa Maria, RS
2017

Maiara de Arruda Nascimento

**ARRANJO E DESCRIÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL MEMÓRIA
ACADÊMICA: VESTÍGIOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA UFSM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural (PPGPPC), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientadora: Prof.^a Dra. Gláucia Vieira Ramos Konrad

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nascimento, Maiara de Arruda
ARRANJO E DESCRIÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL MEMÓRIA
ACADÊMICA: VESTÍGIOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA UFSM /
Maiara de Arruda Nascimento. - 2017.
194 p.; 30 cm

Orientadora: Glauzia Vieira Ramos Konrad
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural,
RS, 2017

1. Patrimônio documental 2. Arquivos universitários 3.
Arranjo e descrição de documentos. 4. Ditadura civil-
militar 5. Estudos e Problemas Brasileiros I. Vieira
Ramos Konrad, Glauzia II. Título.

Maiara de Arruda Nascimento

**ARRANJO E DESCRIÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL MEMÓRIA
ACADÊMICA: VESTÍGIOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA UFSM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural (PPGPPC), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Aprovado em 19 de setembro de 2017:

Glaucia Vieira Ramos Konrad

Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dr.ª (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Rosanara Pacheco Urbanetto

Rosanara Pacheco Urbanetto, Dr.ª (UFSM)

Leonardo Guedes Henn

Leonardo Guedes Henn, Dr. (UNIFRA)

Santa Maria
2017

DEDICATÓRIA

À Alice, minha filha tão amada, pequeno girassol, que Deus me confiou!

RESUMO

ARRANJO E DESCRIÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL MEMÓRIA ACADÊMICA: VESTÍGIOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA UFSM

AUTORA: Maiara de Arruda Nascimento
ORIENTADORA: Glauca Vieira Ramos Konrad

Apresenta-se, neste estudo, o Acervo Documental Memória Acadêmica, produzido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e custodiado pelo Departamento de Arquivo Geral (DAG) da Universidade. Tal acervo, que contempla o período de 1960 a 1973, refere-se aos anos iniciais da fundação da UFSM, coincidindo com o período da instauração da ditadura civil-militar no Brasil. Ademais, é composto por tipologias que ainda não receberam tratamento documental, entre as quais os diários de classe de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB), disciplina doutrinária que foi tornada obrigatória durante a ditadura e cuja finalidade foi promover entre os estudantes a homogeneização de pensamentos em favor do regime. Neste sentido, o objetivo da pesquisa é elaborar o instrumento descritivo catálogo seletivo para os diários de classe da disciplina de EPB, a fim de auxiliar no entendimento de como ocorreu o período ditatorial na UFSM. Metodologicamente, o trabalho se trata de um estudo de caso, com abordagem qualitativa e que fez uso das técnicas de levantamento bibliográfico, observação direta e análise documental. Estudou-se o período histórico referente à ditadura, com o propósito de se obter uma maior compreensão sobre como os acontecimentos do período refletiram sobre as instituições de ensino superior. Identificou-se a situação documental do Acervo Memória Acadêmica, suas características, tipologias e possibilidades de pesquisa. Analisou-se as políticas de arranjo e descrição arquivísticas instituídas na UFSM. Verificou-se que a nova política de arranjo e descrição de documentos da UFSM foi aplicada satisfatoriamente junto ao Acervo Memória Acadêmica e aos diários de classe de EPB. A partir da consecução destas etapas, obteve-se o produto final da dissertação de mestrado, o catálogo seletivo dos diários de classe da disciplina de EPB. Logo, espera-se contribuir com os pesquisadores da temática da ditadura no Brasil, no sentido de auxiliar no entendimento do impacto do regime na UFSM, tendo em vista que as demais fontes documentais sobre o período não foram localizadas nos arquivos da instituição até o momento.

Palavras-chave: Patrimônio documental. Arquivos universitários. Arranjo e descrição de documentos. Ditadura civil-militar. Estudos e Problemas Brasileiros.

ABSTRACT

ARRANGEMENT AND DESCRIPTION OF THE DOCUMENTARY HOLDINGS MEMORY ACADEMIC: TRACES OF MILITARY DICTATORSHIP IN UFSM

AUTHOR: Maiara de Arruda Nascimento
ADVISOR: Gláucia Vieira Ramos Konrad

In this study, the Academic Memory Documentary Collection, produced by the Federal University of Santa Maria (UFSM) and under the custody of the Department of General Archives (DAG) of the University, is presented. This collection, which covers the period from 1960 to 1973, refers to the initial years of the founding of UFSM, coinciding with the period of the establishment of the civil-military dictatorship in Brazil. In addition, it is composed of typologies that have not yet received documentary treatment, among them the journals of the Brazilian Studies and Problems class (EPB), a doctrinal discipline that was made compulsory during the dictatorship and whose purpose was to promote among students the homogenization of thoughts in favor of the scheme. In this sense, the objective of the research is to elaborate the descriptive instrument selective catalog for the class diaries of the discipline of EPB, in order to help in understanding how the dictatorial period occurred in the UFSM. Methodologically, the work is a case study, with a qualitative approach and using the techniques of bibliographic survey, direct observation and documentary analysis. The historical period regarding the dictatorship was studied, in order to gain a better understanding of how the events of the period reflected on institutions of higher education. It was identified the documentary situation of the Academic Memory Collection, its characteristics, typologies and research possibilities. The archival description and archival policies instituted at UFSM were analyzed. It was verified that the new policy of arrangement and description of documents of the UFSM was applied satisfactorily next to the Academic Memory Collection and to the journals of class of EPB. From the accomplishment of these steps, the final product of the master's thesis, the selective catalog of the class diaries of the discipline of EPB, was obtained. Therefore, it is hoped to contribute with the researchers of the theme of the dictatorship in Brazil, in order to help in understanding the impact of the regime in the UFSM, considering that the other documentary sources about the period were not located in the archives of the institution until the moment.

Keywords: Documentary heritage. University archives. Arrangement and description of documents. Military civilian dictatorship. Brazilian Studies and Problems

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Relações entre as normas de descrição arquivísticas	54
Figura 2 – Quadro ilustrativo do arranjo documental estabelecido para a UFSM	103
Figura 3 – Extrato da classificação das atividades-meio do CONARQ	105
Figura 4 – O acervo Memória Acadêmica e sua disposição nas estantes.....	108
Figura 5 – Detalhes das caixas-arquivo do Acervo Memória Acadêmica	109
Figura 6 – Comparativo entre a classificação do SIGA e o arranjo adotado para a documentação do Acervo Memória Acadêmica.....	112
Figura 7 – Exemplo de Código de Referência dos diários de classe da disciplina de EPB ...	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
Abin	Agência Brasileira de Inteligência
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informações
AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-3	Ato Institucional nº 3
AI-4	Ato Institucional nº 5
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
ASSUFSM	Associação de Servidores da Universidade Federal de Santa Maria
AtoM	<i>Acess to Memory</i>
CFE	Conselho Federal de Educação
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CNA	Congresso Nacional de Arquivologia
CNMC	Comissão Nacional de Moral e Civismo
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODEARQ	Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CONSU	Conselho Universitário
CPAD	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística
DA	Diretório Acadêmico
DAG	Departamento de Arquivo Geral
DAERG	Departamento de Assuntos Estudantis e Registros Gerais
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DERCA	Departamento de Registros e Controle Acadêmico
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
DOI-CODI	Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DRGAE	Departamento de Registros Gerais e Assuntos Acadêmicos
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ENARQUIFES	Encontro Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior
EMC	Educação Moral e Cívica
EPB	Estudos e Problemas Brasileiros
ESG	Escola Superior de Guerra
ETFMG	Escola Técnica Federal de Minas Gerais
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
GeDAI	Comissão de Estudos da Gestão de Documentos Arquivísticos Institucionais
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPMs	Inquéritos Policial-Militares
IPREMEC	Instituto da Preservação e Memória Cultural

ISAAR(CPF)	Norma de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISDF	Norma Internacional para Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
LAI	Lei de Acesso à Informação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NUP	Número Único de Protocolo
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
OPEC	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PMBD	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEDUFSM	Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SNI	Serviço Nacional de Informações
SubSIGA/MEC	Subcomissão do Ministério da Educação
TTD	Tabela de Temporalidade de Documentos
TIC's	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFBa	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa

UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
Usaid	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	21
1.2 OBJETIVOS.....	22
1.1.1 Objetivo Geral	22
1.1.2 Objetivos Específicos.....	22
1.3 JUSTIFICATIVA	22
2 O DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL DA UFSM	25
3 PATRIMÔNIO, CULTURA E MEMÓRIA	29
3.1 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL	34
3.2 ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS	35
4 A ARQUIVÍSTICA	41
4.1 ABORDAGENS, FUNÇÕES, PRINCÍPIOS E TEORIAS	41
4.2 A CLASSIFICAÇÃO, O ARRANJO E A DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS	46
4.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS	56
5 MÉTODOS E TÉCNICAS	59
6 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1985)	63
6.1 O GOLPE DE 1964 E OS GOVERNOS CIVIS-MILITARES.....	63
6.2 OS REFLEXOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NAS UNIVERSIDADES.....	81
6.3 A DISCIPLINA DE ESTUDOS E PROBLEMAS BRASILEIROS (EPB)	91
7 A NOVA POLÍTICA DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS DA UFSM	99
8 ARRANJO E DESCRIÇÃO DO ACERVO MEMÓRIA ACADÊMICA.....	107
8.1 O ACERVO MEMÓRIA ACADÊMICA	107
8.2 APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE ARRANJO DOCUMENTAL DA UFSM	110
8.3 A DESCRIÇÃO DOCUMENTAL.....	113
9 CONCLUSÃO.....	121
REFERÊNCIAS	127
ANEXO A – PROGRAMA DA DISCIPLINA DE ESTUDOS E PROBLEMAS BRASILEIROS, CONFORME PARECER Nº094/1971 DO CFE.....	139
ANEXO B – QUADRO DE FUNDOS DA UFSM (VERSÃO ANTIGA).....	141
APÊNDICE A – FICHA DE CITAÇÃO	143
APÊNDICE B – QUADRO GRÁFICO DO NOVO ARRANJO DOCUMENTAL DA UFSM.....	145
APÊNDICE C – QUADRO DE ARRANJO DOCUMENTAL DO ACERVO MEMÓRIA ACADÊMICA	147
APÊNDICE D – PROPOSTA DE DESCRIÇÃO DO ACERVO MEMÓRIA ACADÊMICA.....	149
APÊNDICE E – CATÁLOGO SELETIVO DOS DIÁRIOS DE CLASSE DA DISCIPLINA DE ESTUDOS E PROBLEMAS BRASILEIROS	151

1 INTRODUÇÃO

As primeiras tentativas do estabelecimento de instituições universitárias no Brasil remontam ao século XIX. Entretanto, somente no ano de 1920 é que houve de fato a criação da primeira universidade brasileira, a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde 1920 até os tempos atuais, as universidades não apenas acompanharam as mudanças políticas e educacionais ocorridas no país, como sofreram em si os reflexos destas mudanças, as quais deveriam estar registradas em seus acervos arquivísticos.

Neste contexto, têm-se os arquivos das universidades, também chamados arquivos universitários, que retratam a trajetória dessas instituições no tocante ao ensino, à pesquisa e à extensão, as quais são a razão de ser de sua existência. Compõem, igualmente, os arquivos universitários, os documentos resultantes das atividades administrativas, tais como as relacionadas à gestão de pessoal, financeira e de patrimônio. Por outro lado, as reformas e mudanças, sejam estas sociais, educacionais ou políticas pelas quais as universidades passaram ao longo de sua história, também estão refletidas nos documentos destas instituições, e merecem, portanto, um olhar atento por parte de historiadores e demais pesquisadores.

Entre as mais de sessenta universidades federais do Brasil, está a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criada no ano de 1960, e que foi a primeira universidade federal implementada fora dos grandes centros urbanos do Brasil. Todavia, é relevante entender o contexto histórico em que a UFSM foi empreendida e como sucederam os anos iniciais após sua fundação, o que remete a um período de grande turbulência no cenário político brasileiro: a ditadura civil-militar (1964-1985). Tal ciclo foi marcado pela censura, perseguição política, a violação de direitos garantidos pela Constituição Federal, além de uma forte repressão aos que pudessem representar oposição ao regime.

A compreensão do impacto que a ditadura civil-militar ocasionou às universidades e, mais especificamente, à comunidade universitária, perpassa pela pesquisa nos arquivos oriundos do período. Na UFSM, assim como em outras instituições públicas, houve a criação da Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), responsável por monitorar as atividades consideradas subversivas e por investigar estudantes, docentes e técnicos-administrativos da instituição. Após o fim da ditadura e o fechamento da AESI, a documentação produzida pelo órgão, durante os anos de perseguição, não foi localizada nos arquivos da instituição. Cabe destacar que neste período ainda não havia uma política arquivística instituída na Universidade – o que só ocorreu a partir do ano 1990, como se verá nos próximos capítulos –, portanto, não há informações concretas sobre a existência e a localização destes documentos.

A não localização de fontes documentais sobre este período encobre uma faceta da história da Universidade, que até recentemente era pouco falada ou discutida. Resta, neste sentido, tentar compreender a inexistência destes documentos e o que esta ausência quer dizer. Ou ainda, tentar encontrar, entre os documentos custodiados pela UFSM, os vestígios do período da atuação civil-militar entre os muros da Universidade.

Assim, apresenta-se o Acervo Memória Acadêmica, que contempla documentos referentes à vida acadêmica dos alunos de graduação da UFSM, no período compreendido entre os anos de 1960 e 1973. Trata-se de uma documentação que se refere aos primeiros anos da Universidade, quando ainda não havia, dentro da estrutura organizacional da UFSM, um órgão responsável pela controle e registro da documentação acadêmica.

A documentação, recolhida no ano de 2004 pelo Departamento de Arquivo Geral (DAG), órgão central responsável pelo Sistema de Arquivos na instituição, é composta por tipologias que ainda não receberam tratamento arquivístico adequado, necessitando passar pelos processos de arranjo e descrição. O arranjo documental possibilitará que os documentos sejam organizados internamente, ao passo que a descrição irá permitir o acesso a estes, por meio da elaboração de instrumentos de descrição.

Entre as tipologias existentes neste acervo, chamam a atenção os diários de classe, que são importantes registros de como eram ministradas as disciplinas, informando a frequência e o rendimento dos alunos e possibilitando, até mesmo, verificar a evolução dos conteúdos programáticos ministrados e dos métodos de ensino utilizados nos Cursos de Graduação. Entre os diários de classe que compõem o Acervo “Memória Acadêmica”, merecem destaque os referentes à disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB), disciplina obrigatória criada em 1969, em meio ao regime civil militar, e voltada aos alunos do ensino superior, baseada na chamada Educação Moral e Cívica (EMC) e que contribuía para a difusão da doutrina civil-militar. A análise destes documentos pode auxiliar a desvendar o impacto do regime na Universidade e como atuaram no meio acadêmico aqueles que o apoiaram.

O trabalho que segue está estruturado da seguinte forma: o Capítulo 1 corresponde à “Introdução”, cujo objetivo é contextualizar a pesquisa, apresentar a delimitação do tema, o problema de pesquisa, as hipóteses, os objetivos e a justificativa, além de apresentar a estrutura dos capítulos seguintes. O Capítulo 2 “O Departamento de Arquivo Geral” traz informações sobre o órgão gestor do Sistema de Arquivos da instituição. Seguem os referenciais teóricos utilizados no trabalho com o Capítulo 3 “Patrimônio, Cultura e Memória” e o Capítulo 4 “A Arquivística”. O Capítulo 5 “Métodos e Técnicas” aborda a classificação da pesquisa, as técnicas utilizadas para o levantamento de dados, as etapas, a planificação e a descrição dos

dados. Os capítulos seguintes são destinados aos resultados e discussões, com o Capítulo 6 “Contextualização histórica: a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)” que aborda o golpe de 1964, os governos militares, as implicações da ditadura civil-militar nas universidades e a disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros; o Capítulo 7 “Análise da nova política de arranjo e descrição de documentos da UFSM”, apresenta a atualização da política de arranjo e descrição de documentos instituída em 2001; e o Capítulo 8 “Arranjo e descrição do Acervo Memória Acadêmica” que apresenta o Acervo Memória Acadêmica e a efetivação dos procedimentos de arranjo e descrição de documentos. Segue o Capítulo 9 destinada à “Conclusão”. Por fim, estão as referências utilizadas no decorrer da dissertação, além dos anexos e apêndices.

A seguir, apresenta-se a delimitação do tema e problema de pesquisa, o objetivo geral e os específicos e a justificativa.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A presente pesquisa limita-se ao Acervo Memória Acadêmica da UFSM, que abrange o período de 1960 a 1973. Este acervo reflete os primeiros anos de funcionamento da Universidade, sendo que este período coincide com a imposição da ditadura civil-militar no país. Tendo em vista a riqueza histórica do acervo, surgiu a necessidade institucional de tratar estes documentos de acordo com os preceitos, teorias e normas arquivísticas.

Propôs-se realizar a identificação dos níveis de arranjo e descrição para os referidos documentos. O modelo de arranjo segue a política de arranjo documental instituída pelo DAG, que por sua vez, está em consonância com a Política Nacional de Arquivos. A descrição arquivística fundamenta-se na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), de modo a se obter um instrumento descritivo padronizado e com qualidade.

Tendo em vista a possibilidade de mostrar a relevância histórica do acervo em questão, optou-se por trabalhar apenas com os diários de classe referentes à disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros, pois acredita-se que esta parte da documentação, por se tratar de uma disciplina imposta para alinhar o pensamento dos acadêmicos da época aos princípios da ditadura, pode auxiliar no entendimento de como este período obscuro foi vivido na UFSM. Neste sentido, propôs-se a criação de um instrumento descritivo, o catálogo seletivo, para esta documentação.

Desta forma, se apresenta o problema que norteou a pesquisa: como realizar o arranjo e a descrição dos diários de classe da disciplina de “Estudos e Problemas Brasileiros”, as quais compõem o Acervo Memória Acadêmica, de modo a refletir o contexto histórico de sua produção?

A seguir, apresentam-se os objetivos da pesquisa.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é elaborar um catálogo seletivo dos diários de classe referentes à disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB), pertencentes ao Acervo Memória Acadêmica da UFSM, a partir dos procedimentos de arranjo e descrição documental.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos da pesquisa são os seguintes:

- Estudar o período histórico referente à ditadura civil-militar no Brasil, de modo que se possa compreender o contexto de produção do Acervo Memória Acadêmica;
- Apresentar as políticas de arranjo e descrição de documentos adotadas pelo Sistema de Arquivos da UFSM;
- Identificar o Acervo Memória Acadêmica da UFSM, suas características, tipologias documentais e possibilidades de pesquisa por parte de usuários;
- Estabelecer a proposta de arranjo documental, bem como os níveis e elementos de descrição que serão adotados para o Acervo Memória Acadêmica e para os diários de classe da disciplina de EPB.

1.3 JUSTIFICATIVA

Instituições de ensino superior têm a informação e o conhecimento como insumos principais, logo, os arquivos universitários além de constituírem a memória das universidades, trazem contidos em si parte da trajetória da região em que estão inseridas, ao mesmo tempo que refletem as transformações sofridas pela sociedade. Preservar esta faceta do patrimônio cultural

é, sem dúvida, uma política das mais relevantes, entretanto, mais do que isso, faz-se necessário trazê-la à tona, para que a comunidade desta se aproprie, utilizando-a como elemento de sua cultura.

Ciente disso, o DAG vem buscando difundir o patrimônio documental da UFSM. Ao longo do tempo, o referido órgão priorizou o tratamento do acervo permanente sob sua custódia. Nos últimos anos, porém, tornou-se premente a necessidade de propiciar uma maior visibilidade a estes acervos. Deste modo, uma política que conte com os procedimentos de arranjo e descrição de documentos é o primeiro passo no que concerne à ampliação das possibilidades de uso e alcance das informações contidas nos documentos pertencentes ao Fundo UFSM. Assim, alguns trabalhos visando ao arranjo e à descrição do patrimônio documental da Universidade já foram elaborados pelos arquivistas do DAG, ao passo que outras atividades com o mesmo objetivo estão sendo implementadas. Neste sentido, o desenvolvimento deste trabalho dissertativo se justifica por meio de dois aspectos: o arquivístico e o histórico.

O aspecto arquivístico se deu pelo interesse em relação à teoria arquivística, surgido a partir da atuação da pesquisadora, que é servidora da UFSM e atua como arquivista junto ao DAG. O Acervo Memória Acadêmica, por se tratar de um relevante legado da época em que a UFSM foi constituída, figura entre as prioridades de tratamento arquivístico do setor, tratamento este que possibilita, ao mesmo tempo, a organização e a disponibilização dos documentos ao público. Sabe-se que o arranjo e a descrição de documentos são procedimentos arquivísticos que juntos permitem o pleno acesso aos documentos, todavia, sua concepção e implementação traz consigo discussões teóricas e práticas, que são levantadas ao longo do trabalho.

O aspecto histórico se dá pela possibilidade de analisar o contexto em que a documentação foi produzida (1960 a 1973), período que remete à ditadura civil-militar. Não foram encontrados, até o momento, os documentos da AESI, os quais poderiam fornecer informações sobre os reflexos da ditadura na instituição. Entretanto, uma parte significativa da “Memória Acadêmica”, como os diários de classe da disciplina de EPB, pode fornecer dados sobre o regime civil-militar na UFSM. São, potencialmente, fontes documentais relevantes, que merecem um olhar aprofundado por parte de pesquisadores sobre o tema.

Assim, acredita-se que o desenvolvimento deste trabalho possa contribuir para a disseminação do patrimônio arquivístico da instituição. No próximo capítulo, será abordada a atuação do Departamento de Arquivo Geral como órgão responsável pelo Sistema de Arquivos da Universidade.

2 O DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL DA UFSM

O Departamento de Arquivo Geral (DAG) é o órgão, dentro da estrutura organizacional da UFSM, que tem por missão coordenar o Sistema de Arquivos e desenvolver a política de gestão documental da Universidade, preservando, de forma permanente, os documentos que contenham valor histórico, oriundos das atividades de cunho administrativo e das atividades de ensino, pesquisa e extensão desempenhadas pela UFSM.

A história do DAG, se inicia em 1988, quando a Administração Superior da Universidade designou uma equipe de arquivistas que atuavam na própria UFSM para diagnosticar a situação dos arquivos produzidos/acumulados pela instituição. O grupo verificou que, até então, o acervo documental da Universidade não havia recebido quaisquer intervenções no tocante à sua organização e preservação, sendo que apenas existiam pequenas áreas no subsolo do prédio da Reitoria que serviam de depósitos aos documentos produzidos pela Universidade.

Até então, não havia uma unidade ou um setor responsável dentro da UFSM pela implementação de políticas arquivísticas na instituição. A partir da realidade encontrada, a equipe de profissionais mobilizou-se com a finalidade de dar início ao projeto de implementação de um Sistema de Arquivos. A equipe de trabalho elaborou um conjunto de recomendações técnico-científicas que representaram um começo de mudança de mentalidade em relação a concepção de arquivo, chamando a atenção da comunidade universitária com a preservação do patrimônio documental da UFSM.

Tais recomendações culminaram na aprovação do projeto de implantação do Sistema de Arquivos da UFSM, em 17 de janeiro de 1990, na 438^a sessão do Conselho Universitário. Foi criada a Divisão de Arquivo Geral, como órgão executivo da Administração Superior, vinculada à Pró-Reitoria de Administração, por meio da Resolução nº 006/90¹ e alterada em seu item I pela Resolução nº 007/90². A criação do Sistema de Arquivos da Universidade foi referendada anos depois, com a publicação da Resolução nº 009/2012³, que dispõe sobre a normatização, organização e funcionamento do Sistema de Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria.

¹ Disponível no site da UFSM, no link: <<https://portal.ufsm.br/documentos/documento.html?id=4519517>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

² Disponível no site da UFSM, no link: <<https://portal.ufsm.br/documentos/documento.html?id=4519519>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

³ Disponível no site da UFSM, no link: <<https://portal.ufsm.br/documentos/documento.html?id=5253134>>. Acesso em: 28 mai. 2017.

Já no ano de 2006, a equipe técnica elaborou o Projeto de Reestruturação da Divisão de Arquivo Geral, visando à maior autonomia nas decisões arquivísticas, à execução de novas estratégias para a consolidação dos Arquivos Setoriais⁴ e o melhor gerenciamento das atividades concernentes às áreas de protocolo, arquivo permanente e serviços de reprografia.

A proposta de reestruturação foi aprovada em 22 de dezembro de 2006, na 663^a sessão do Conselho Universitário, Parecer nº114/06, da Comissão de Legislação e Regimentos. Dessa forma, a Divisão de Arquivo Geral passou a denominar-se Departamento de Arquivo Geral (DAG), constituindo-se na estrutura organizacional da UFSM, como órgão suplementar central, subordinado à Pró-Reitoria de Administração. Sua estrutura organizacional é composta por: Divisão de Protocolo, Divisão de Apoio Técnico aos Arquivos Setoriais, Divisão de Arquivo Permanente e Laboratório de Reprografia. Integra ainda o Sistema de Arquivos da UFSM, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), responsável por assessorar o Departamento de Arquivo Geral nas ações e procedimentos referentes a avaliação documental, orientando e auxiliando na análise e seleção de documentos produzidos e acumulados nas unidades e subunidades da UFSM.

O DAG trabalha para desenvolver e coordenar o Sistema de Arquivos da Universidade, integrar e uniformizar os procedimentos arquivísticos nas diversas unidades e subunidades universitárias, promovendo a difusão e o acesso às informações arquivísticas e preservando a memória e o patrimônio documental da UFSM.

Entre as políticas arquivísticas já implementadas pelo DAG, estão: a definição de políticas e procedimentos referentes à gestão arquivística; a realização de cursos de capacitação em gestão de documentos aos servidores da instituição; elaboração de políticas de descrição de documentos e a criação de instrumentos de descrição arquivística; participação em atividades de difusão do acervo permanente; ampliação do espaço físico para a custódia dos documentos permanentes, inúmeras orientações nos procedimentos referentes à classificação e à avaliação de documentos; adoção do Número Único de Protocolo (NUP) para o controle dos documentos, avulsos ou processos; e a criação da Comissão de Estudos da Gestão de Documentos Arquivísticos Institucionais (GeDAI), com a finalidade de elaborar e acompanhar o projeto de informatização da gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos da UFSM, incluindo a criação de documentos nato digitais.

⁴ Os Arquivos Setoriais são as unidades responsáveis pelas atividades de gestão documental relativos aos arquivos correntes e intermediários da cada unidade/subunidade a estes vinculados, com orientação técnica da Divisão de Apoio Técnico aos Arquivos Setoriais do DAG. Os Arquivos Setoriais são constituídos pelos arquivos da Administração Superior, das Unidades Universitárias e das Unidades de Educação Básica, Técnica e Tecnológica da UFSM.

Além disso, o DAG conta com diversas publicações, entre as quais se destacam: Projeto de Implantação do Sistema de Arquivos da UFSM (1992); Tabela de Temporalidade de Documentos da Pró-reitora de Recursos Humanos (1998); Uma política de arranjo documental para a Universidade Federal de Santa Maria (2001); Catálogo seletivo de fotografias/Concretizando um ideal: a cidade universitária da UFSM de 1960 a 1973 (2011); Informativo sobre o Sistema de Arquivos (2013); ICA-Atom – Manual do Usuário em Língua Portuguesa (2013); e mais recentemente, o Manual de padronização dos processos administrativos da UFSM (2014).

Importante destacar que o Departamento de Arquivo Geral não atua sozinho no que diz respeito à definição e implementação das políticas arquivísticas na Universidade, já que a UFSM é órgão integrante da Administração Pública Federal. Neste sentido, a UFSM integra o SIGA, como órgão seccional vinculado à Subcomissão do Ministério da Educação (SubSIGA/MEC), sendo que as normas, orientações e demais políticas de gestão documental emanadas pelo SIGA são implementadas na UFSM por meio do Sistema de Arquivos coordenador pelo DAG.

Neste capítulo, apresentou-se o histórico e o papel do DAG na gestão e preservação do patrimônio documental da UFSM. A seguir, estará o capítulo destinado a apresentar os conceitos de patrimônio, cultura e memória.

3 PATRIMÔNIO, CULTURA E MEMÓRIA

O homem faz parte do grande processo evolutivo pelo qual o planeta passa desde os mais remotos tempos. Em comparação às outras espécies do reino animal, o homem tem não apenas sobrevivido, mas também se destacado. Isso se deve, a sua capacidade de adaptação fisiológica, capaz de romper as barreiras ambientais e fazer de todo o planeta o seu habitat. Porém, outra característica faz do ser humano único entre os demais: a cultura, sendo esta a principal característica humana.

A cultura é resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores, que pode limitar ou estimular a ação criativa do indivíduo (KROEBER, 1949 apud LARAIA, 2009). Tal é o poder da cultura, que esta chega até mesmo a condicionar a visão de mundo do homem, não sendo raras as ocasiões em que este tem a propensão de engrandecer o seu contexto cultural, considerando-o correto e natural, em detrimento de outros, vistos por ele como estranhos e errôneos.

Sobre este aspecto, tem-se a visão de Bauman (2012), o qual diz que a cultura é um sistema fechado de características que distingue uma comunidade de outra. Na história da humanidade, estas diferenças culturais muitas vezes levaram os grupos sociais a cometer barbáries e atrocidades. Destaca-se, assim, as dualidades da cultura: por um lado é produto do homem, por outro faz o homem; por um lado se submete à liberdade humana, por outro a restringe; relacionando-se com o homem em sua qualidade tanto de sujeito como de objeto.

Para Eliot (2011), a cultura pode ser descrita simplesmente como o que torna a vida digna de ser vivida, de modo que outros povos e gerações, ao contemplarem os símbolos e as influências deixadas como resquícios por uma civilização extinta, possam proferir que valeu a pena ter existido determinada civilização. O mesmo autor defende que a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe, ao passo que a cultura do grupo ou classe depende da cultura da sociedade a que este pertence. Com isso, pode-se afirmar que a compreensão da cultura de uma sociedade, é requisito básico para o entendimento da cultura do grupo/classe e do indivíduo/coletivo.

Percebe-se que o homem é herdeiro de um longo processo acumulativo, que inclui conhecimentos, crenças, artes, leis, costumes, moral e demais aptidões, os quais foram adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam (LARAIA, 2009).

Neste contexto, está o termo patrimônio, utilizado no cotidiano frequentemente. Pode remeter à ideia de um bem econômico de um indivíduo, família ou empresa. Muitas vezes, é ligado à noção de propriedade, como algo valioso e que deve ser cuidado e preservado para

perpetuar registros de uma cultura. Pode estar associado à ideia de herança, de um legado do passado, que é transmitido às gerações futuras e que é representativo da identidade individual e coletiva e das atividades dos diferentes grupos sociais.

Deste modo, o reconhecimento de um patrimônio como tal está associado a um fator preponderante, o seu caráter simbólico, ou seja, sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade, o que justifica a mobilização de recursos e a elaboração de instrumentos que contribuem para sua preservação e divulgação (PRATS, 1997). Neste sentido, faz-se necessário a implementação de políticas e ações governamentais, a fim de promover a reflexão e a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação de seus patrimônios.

Os bens que integram os diferentes tipos de patrimônio nem sempre estão associados às funções práticas para os quais foram criados, são semióforos, expressão criada por Pomian (1984), para denominar os objetos que não têm utilidade, mas que ao representar o invisível, o que deixou de existir, são carregados de sentidos. Funcionam como extensões morais dos indivíduos, na medida em que os seres humanos utilizam seus patrimônios não somente como símbolos, mas também como portadores de mensagens, ou seja, para produzir significados (FUNARI; CARVALHO, 2009).

Ao longo da história, a definição de patrimônio ganhou novas acepções, entre estas a noção de algo que existe não apenas para representar ideias e valores abstratos, como por exemplo, fazer a mediação entre os seres humanos e as divindades, os mortos e os vivos, o céu e a terra, o presente e o passado. Tampouco existe para ser somente contemplado ou admirado, ao contrário, deve funcionar como um mecanismo desencadeador de reflexões e ações por parte dos indivíduos e coletividades, pois

O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. Mais do que um sinal diacrítico a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, a categoria "patrimônio", em suas variadas representações, parece confundir-se com as diversas formas de autoconsciência cultural (GONÇALVES, 2009, p.31).

Em oposição à noção tradicional de patrimônio, que privilegiava os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas, surgiu o reconhecimento de que o patrimônio de uma nação também se compõe de produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos produzidos por todos os grupos sociais (GARCÍA CANCLINI, 1994).

Todavia, cabe salientar que a amplitude do conceito de patrimônio cultural não deve ser entendida como um elemento de segregação. Souza (2008) adverte que o objetivo é preconizar a ideia de conexão entre as diferentes manifestações de expressão cultural e o entendimento conjunto das suas dimensões, de maneira que haja uma interação entre as vertentes. Neste sentido,

O patrimônio cultural manifesta-se de diversas formas, seja por meio de produções manuais, expressões cotidianas de saber e de pensar, pelos conhecimentos tradicionais, seja através de conhecimentos técnicos específicos ou de criações musicais e literárias. São expressões do processo cultural, antes excluídas da concepção de cultura (SOUZA, 2008, p.49).

No Brasil, o patrimônio histórico e artístico nacional foi abordado, primeiramente, na Constituição de 1934, que afirmava que a proteção das belezas naturais e dos monumentos de valor histórico ou artístico era responsabilidade da União e dos Estados. Após, foi sancionado o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, vigente até os dias de hoje e que trouxe a seguinte definição:

Art. 1º- Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Tal perspectiva é considerada limitada e reducionista, pois excluiu do conceito de patrimônio os bens imateriais, tais como as manifestações culturais e suas diversas formas de expressão. Essa definição foi precedida, segundo Souza (2008), em 1936, por um projeto inovador de Mário de Andrade, para o qual a definição de patrimônio histórico e artístico nacional envolvia todas as formas de arte pura ou aplicada, erudita ou popular, nacional ou estrangeira. Apesar desta concepção avançada, o projeto não teve seguimento e outro texto foi utilizado para promulgar o Decreto-Lei nº 25 (SOUZA, 2008).

Mário de Andrade, juntamente com Rodrigo Melo Franco de Andrade, teve papel preponderante também na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Criado em 1936, o órgão passou a funcionar oficialmente no ano seguinte com a promulgação da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, com a finalidade de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico de todo o país.

A modernização do conceito de patrimônio cultural brasileiro ocorreu apenas com a Constituição de 1988, que em seu Art. 216, o apresenta como o conjunto de “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. O artigo ainda elenca os diferentes tipos de bens que integram o patrimônio, tais como as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Um conceito constantemente associado ao patrimônio é o de memória. A memória é, comumente, descrita como a faculdade que os seres humanos possuem de lembrar fatos, imagens ou ideias do passado. Muitos foram os pesquisadores que se detiveram no estudo deste fenômeno, revelando, no entanto, que o ato de lembrar é muito mais complexo do que a mera reconstrução do passado no presente.

Para Le Goff (1990), a memória é um elemento fundamental do que se costuma chamar identidade, seja esta individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Pollak (1992), por sua vez, reforça o conceito apresentado por Le Goff, ao defender a memória como um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Neste sentido, é possível a existência de uma memória inteiramente individual? Grande parte dos autores defende que não, pois a memória é fruto de um processo coletivo, é construção, pois mesmo a lembrança mais particular situa-se na dimensão inter-relacional entre os seres, e entre os seres e as coisas. Em outras palavras, o indivíduo tem em si a memória, a lembrança, mas esta não se constrói de modo solitário, visto que o indivíduo está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições (CHAGAS, 2002; PEREIRA, 2006).

A memória relaciona-se de forma direta com a História, o que ocasiona, muitas vezes, a confusão entre os conceitos, os quais são utilizados como sinônimos. Lúporini (1998) acredita há um entrelaçamento entre os conceitos de memória e História, pois intencionalmente se busca preservar os vestígios humanos, impedindo a ação do esquecimento, ao passo que a História, ao interpretá-los e devolvê-los à sociedade, os institui simbolicamente. Em outras palavras, para que a história seja construída, recorre-se de forma constante à memória, ao passo que a memória de um grupo ou povo, por ser representativo do seu passado, pode vir a se tornar História. Nora (1993) elenca as diferenças entre estes dois campos:

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado. [...] A memória instala a lembrança no presente, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 09).

O mesmo autor apresenta o conceito de "lugares de memória" para se referir aos locais destinados à sua externalização. Estes lugares são produtos dos tempos atuais, em que a transmissão das vivências individuais e coletivas passou a se perder, aliado ao ritmo frenético do cotidiano, que faz emergir a consciência sobre a fugacidade da vida. Os lugares de memória surgem, então, como resposta à necessidade de identificação dos indivíduos e grupos sociais neste mundo contemporâneo. Para Nora (1993), os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, por isso se verifica a necessidade de criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, noticiar atas, tendo em vista que estas operações não são naturais.

Pereira (2006) defende que a possibilidade de resgatar a memória do passado por meio dos lugares de memória e dos objetos que os circundam, produz nos atores sociais um efeito de segurança, de continuidade, de poder ir e vir no universo das lembranças, além de assegurar um sentimento de identidade com as suas raízes, visto que os objetos materiais representam a garantia da sua permanência através dos tempos.

Os lugares de memória podem ser quaisquer espaços que recordem o passado. O ambiente em que um indivíduo viveu com a família, em sua infância e juventude, pode constituir um lugar de memória. Contudo, em se tratando de memórias coletivas, existem locais propícios para a sua celebração e apropriação, espaços estes como os arquivos, centros de documentação, museus e bibliotecas, os quais funcionam como “estabilizadores da memória coletiva” (PEREIRA, 2006, p. 114).

Tais instituições apresentam um determinado discurso sobre a realidade que simbolizam. Chagas (2002) salienta que compreender este discurso, composto de som e silêncio, de cheio e vazio, de presença e ausência, de lembrança e esquecimento, não envolve apenas o entendimento sobre o que foi ou deixou de ser expresso na fala, mas também a compreensão daquilo que faz falar, de quem fala e do lugar de onde se fala.

Neste sentido, percebe-se que a memória coletiva não é somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder. Aqui, cabe questionar à serviço de quem está a memória? Quem elabora o seu discurso? Quais motivos os levam a isso? Quem efetua a seleção e decide o que deve ser mostrado e preservado ou destruído e esquecido?

Embora exista o reconhecimento de que nos lugares de memória habitam os jogos de poder, é preciso fazer com que arquivos, museus, bibliotecas e demais centros culturais trabalhem na perspectiva do “poder da memória” (CHAGAS, 2002). Em outras palavras, isto significa colocar estas instituições à serviço do desenvolvimento da sociedade, da apropriação das identidades como sinônimo de cidadania e do seu uso como ferramenta de intervenção social. Somente desta forma estas instituições estarão de fato cumprindo os seus papéis primordiais. Tal pensamento vai ao encontro de Jimerson (2009 apud SANTOS, 2013) que defende que os arquivos, tais como os demais lugares de memória, servem à sociedade, colaborando para sua interpretação, sua evolução e agregando qualidade de vida por sua função mediadora entre o patrimônio documental, a memória, identidade, informação e conhecimento.

A seguir, irá se abordar um dos componentes do patrimônio cultural: o patrimônio documental, com o objetivo de discutir sua importância na sociedade.

3. 1 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Os arquivos, como um dos lugares de memória, formam as bases de representação dos repositórios de memórias dos grupos sociais, onde estão registrados relatos, tradições, retratos evocados e trazidos à superfície, além de ritos do passado (BELLESSE; GAK, 2004). Entretanto, no momento da criação dos documentos, que dão origem aos arquivos, não existe consciência do possível caráter histórico que estes poderão ter no futuro, visto que são criados para atender finalidades imediatas, sendo estas administrativas, financeiras e jurídicas.

É o procedimento de avaliação documental, com a determinação do ciclo de vida dos documentos, que define o que pode ser descartado e o que deve ser mantido por deter valor histórico. São estes documentos, chamados de permanentes, que são considerados patrimônios documentais, justamente por denotar e refletir os acontecimentos e as trajetórias de entidades físicas ou jurídicas, sejam estas públicas ou privadas.

Bellotto (2014), ao discorrer sobre o patrimônio documental, afirma que este é uma parte significativa do patrimônio histórico, sendo que se refere aos acervos dos arquivos permanentes ou históricos, remanescentes das tabelas de temporalidade documental, avaliados como permanentes pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os produziu, recebeu e acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto, viveu ou atuou aquela instituição. A autora ainda lembra que a salvaguarda e a boa administração do patrimônio documental, quer seja de uma instituição, município, estado ou país, pressupõe o desenvolvimento de políticas adequadas, para que a sociedade desfrute deste,

em termos de cultura e de consciência da cidadania. Assim, faz-se necessário a implementação de políticas de divulgação do patrimônio documental, pois não basta a sua existência e preservação, é preciso que este se torne conhecido do público em geral.

Ao considerar os arquivos como componentes do patrimônio documental, deve-se conferir a estes não o caráter estático, que não desperta a curiosidade dos indivíduos, mas sim o sentido de empoderamento, possibilitando que sejam compreendidos como bens culturais, como um lugar de memória e um espaço de comunicação e transformação social. Jimerson (2008) adverte que, comumente, o foco dos arquivistas acaba sendo o lado técnico de seus afazeres, o que acaba obscurecendo suas responsabilidades sociais e culturais. Evidentemente, os sistemas de gestão de documentos são cruciais para o funcionamento dos arquivos institucionais, entretanto, não se pode olvidar do papel primordial dos arquivistas em relação à preservação do patrimônio e à divulgação deste junto ao público.

Embora os documentos que constituem o patrimônio documental sejam representativos das formas de viver e de pensar das sociedades que os geraram, deve-se atentar para o fato de que estes guardam intenções, muitas vezes ocultas e obscuras, visto que o documento não é inocente (LE GOFF, 1990). Em outras palavras, significa dizer que o documento é produto da sociedade que o elaborou e das relações de força que detêm o poder. Apenas com a consciência deste fato é que o historiador ou pesquisador poderá utilizá-lo como fonte histórica.

Farge (2009), ao discorrer sobre a descoberta dos arquivos como fontes históricas, destaca que o arquivo age como um desnudamento, pois revela não apenas o inacessível, mas também o vivo; confrontando os fragmentos da verdade, permitindo uma longa viagem incerta, mas que ao mesmo tempo, permite chegar ao essencial dos seres e das coisas.

Portanto, o patrimônio documental constitui uma faceta relevante do patrimônio cultural, que merece ser valorizado, visto que traz em si os vestígios do passado dos homens, instituições e da própria sociedade. A seguir, apresenta-se os arquivos universitários, integrantes do patrimônio documental.

3.2 ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS

Os arquivos universitários são constituídos por documentos de entidades universitárias, públicas ou privadas, resultantes de suas atividades administrativas e acadêmicas. As universidades têm como missão a produção e a transmissão do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Neste sentido, os arquivos universitários têm um papel

relevante, pois para cumprir estas funções de maneira efetiva é necessário que estas instituições se utilizem de informações prontamente acessíveis e confiáveis.

A criação e o funcionamento das organizações, ao longo dos séculos, sofreram influências diretas dos contextos históricos e políticos nas quais estavam inseridas. Assim, a compreensão de determinados períodos ou fatos históricos passa pela pesquisa sobre essas organizações e, consequentemente, pela pesquisa em seus arquivos. Com as universidades e seus acervos documentais não é diferente. Este pensamento é compartilhado por Roncaglio (2016), que afirma que as universidades produzem conhecimentos e documentos que vão além das exigências de comprovação administrativa, fiscal e legal ou que servem apenas como vestígios de suas atividades acadêmicas e institucionais: estas produzem saberes e documentos que dizem respeito à cidade, ao estado, ao país em que estão inseridas e, até mesmo, dependendo do alcance da pesquisa, ao mundo.

Bellotto (1989) destaca que os arquivos universitários podem, por sua natureza, ser testemunhos e agentes de concretização de todas as possibilidades das atividades acadêmicas. A autora ainda observa as principais funções dos arquivos universitários: reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, à história e ao funcionamento da universidade; avaliar e descrever estes documentos, tornando possível seu acesso, de acordo com as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins; e supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, objetivando que nenhum documento de valor permanente seja destruído (BELLOTTO, 1989).

Já, para Bottino (2012, p. 25), a missão primordial do arquivo universitário é

Preservar a herança documental da instituição, que se amplia uma vez que ele extrapola os limites do campus universitário, com atividades e serviços prestados. Assim, tem por missão a gestão de documentos que comporta as duas vocações do arquivo, incidindo sobre os acervos produzidos e recebidos pela instituição, bem como sobre aqueles a ela incorporados com vista a facilitar e atender melhor aos usuários em suas necessidades administrativas, pedagógicas e culturais.

Em outras palavras, é preciso que haja a implementação de políticas de gestão documental nas universidades, que beneficiem os procedimentos administrativos e que, por outro lado, reverberem sobre os seus arquivos permanentes, permitindo que a memória institucional seja preservada e difundida junto ao público. A gestão documental em universidades envolve políticas, regras e procedimentos que determinam como e de que forma os documentos devem ser produzidos, tramitados, acessados, arquivados e preservados pelos órgãos acadêmicos e administrativos, para servirem como testemunho de suas ações, e para uso

da sociedade e dos cidadãos no exercício de seus direitos (SEMINÁRIO DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS E DE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E CIÊNCIA, 2008). Na concepção de Moreno (2006), é necessário o gerenciamento eficaz dos documentos produzidos nas universidades, o que irá demandar um reconhecimento oficial da organização e, até mesmo, uma formalização estrutural que permita conceder importância tanto quanto a que é geralmente concedida aos outros recursos da instituição.

Neste sentido, a implantação de sistemas de arquivos nas universidades, bem como a criação de um órgão central responsável pela coordenação, orientação e implementação das políticas arquivísticas é o caminho mais lógico no que diz respeito à organização e ao tratamento dos arquivos universitários. Um sistema de arquivos serve como um elemento de agregação entre os vários arquivos das unidades e subunidades da universidade, funcionando de modo integrado e articulado na consecução de objetivos comuns (MORENO, 2006).

Quanto aos referenciais teóricos do tema “arquivos universitários”, Carpes (2013) observa que este vem sendo estudado e debatido por parte da comunidade arquivística, ainda que haja pouca literatura especializada sobre o assunto no país. Isso se deve ao fato, principalmente, dos arquivos universitários estarem em processo de desenvolvimento, buscando seus alicerces conceituais e teóricos.

Algumas iniciativas pioneiras de sistematização e de organização dos arquivos nas universidades brasileiras foram verificadas a partir da década de 1980, embora o despertar para o tema tenha ocorrido apenas na década seguinte, mais precisamente, no ano de 1991, com a realização do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários. Este foi o primeiro evento voltado ao tema no Brasil, quando os arquivos universitários passaram de fato a serem vistos como uma área especializada da Arquivologia (BOTTINO, 1995 apud SEFFRIN et al, 2004).

Na sequência, houveram outras iniciativas, como a criação do Comitê de Arquivos Universitários, vinculado à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1996, e cujo objetivo era a promoção de estudos, pesquisas e a troca de experiências e conhecimentos, bem como a elaboração do censo sobre os arquivos universitários, a fim de conhecer a realidade destes acervos no país. Já em 1998, Bottino organiza o “Repertório bibliográfico preliminar sobre arquivos universitários”, com o objetivo de realizar o levantamento e disseminar a literatura arquivística sobre arquivos universitários (BOTTINO, 2012). Nesta época, constata-se algumas iniciativas consolidadas de implantação de sistemas de arquivos para subsidiar a gestão documental e garantir a preservação do patrimônio documental universitário, são os casos da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Foi nos últimos anos, porém, que se verificou um avanço significativo em relação às políticas públicas voltadas aos arquivos universitários. Em se tratando, especificamente, das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), verifica-se a criação e sistematização de arquivos em várias universidades; a criação de Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD's) nas instituições; a realização de eventos voltados à discussão dos anseios e da atuação dos arquivistas nas universidades, tais como o Encontro Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior (ENARQUIFES) e a Reunião dos Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior – espaço concedido para discussão no Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), além da realização de concursos públicos e, consequentemente, a contratação de arquivistas e técnicos em arquivo.

Sobre a admissão de arquivistas nas universidades federais brasileiras, Roncaglio (2016) afirma que está relacionada com a criação do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), desenvolvido a partir de 2007, que objetivou prover as universidades públicas federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, por meio da ampliação das estruturas físicas, reforço e ampliação das iniciativas para ampliação de vagas e elevação da qualidade da educação nacional. Assim, o REUNI auxiliou na expansão dos Cursos de Arquivologia no país, além de propiciar a contratação de arquivistas para atuar nas instituições universitárias.

Um dispositivo importante, no que tange a todos os órgãos da administração pública, foi a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos para a garantia do acesso a informações. Para Roncaglio (2016), a LAI reforça a necessidade e a urgência do tratamento e disponibilização das informações contidas nos arquivos das instituições públicas.

A criação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA), tema que será explorado no subcapítulo 4.3 A Política Nacional de Arquivos, também propiciou avanços nas ações voltadas à gestão documental nas Universidades. Entre estes cita-se a elaboração do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativo às atividades-fim das IFES. Segundo Nascimento (2012), foi constituído, no ano de 2006, um grupo de trabalho, composto por técnicos do Arquivo Nacional e por representantes das IFES, que realizaram reuniões de estudo, com o objetivo de aperfeiçoar os referidos instrumentos de gestão documental, que posteriormente foram disponibilizados para consulta pública. Importante destacar que tanto o Código de Classificação, quanto a Tabela de Temporalidade foram elaborados tendo por base a Tabela de Temporalidades de Documentos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB),

encaminhada anos antes ao Arquivo Nacional. Estes instrumentos se tornaram de uso obrigatório pelas IFES, com a aprovação da Portaria nº 1261, de 23 de dezembro de 2013.

Carpes (2013) adverte que os instrumentos de classificação e temporalidade de documentos para as IFES têm caráter complementar ao Código de Classificação e à Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio, ambos aprovados pela Resolução nº 14, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), de 24 de outubro de 2001.

Por fim, deve-se salientar que o estabelecimento de um instrumento de classificação padrão para um conjunto de organismos públicos é controversa no meio arquivístico, embora esteja se tornando uma prática cada vez mais comum. Sousa (2004) argumenta que não é possível obter uma posição absolutamente contrária ou favorável sobre essa questão. Ao mesmo tempo em que se verifica que as atividades-meio ocorrem de modo semelhante na esfera pública, o que justificaria a adoção de um instrumento que serviria como modelo, percebe-se que cada instituição tem suas especificidades no tocante as suas atividades-fim, o que contribui para a ideia de que cada órgão elabore seu próprio instrumento de classificação. Por outro lado, o mesmo autor concorda com a utilização de um instrumento modelo de classificação para as universidades, pois estas “possuem as mesmas missões, praticamente a mesma estrutura organizacional e, por certo, as mesmas funções e atividades” desde que tal instrumento possa ser aperfeiçoado por cada universidade, justamente, por conta das possíveis especificidades que uma instituição pode ter em relação a outra (SOUZA, 2004, p. 54).

Neste capítulo, abordou-se os arquivos universitários, sua relevância para a eficiência administrativa e a memória institucional, bem como buscou-se evidenciar a evolução destes arquivos no âmbito nacional. A seguir, apresenta-se o capítulo “A Arquivística”, que abordará os seus princípios, teorias, funções e abordagens, além de tratar sobre a política nacional de arquivos.

4 A ARQUIVÍSTICA

4.1 ABORDAGENS, FUNÇÕES, PRINCÍPIOS E TEORIAS

A Arquivística, também conhecida por Arquivologia, é responsável pelo estudo teórico e prático dos princípios, procedimentos e problemas concernentes aos arquivos. Surgida no contexto da Revolução Francesa, com a abertura dos arquivos aos cidadãos comuns, a Arquivística esteve, em seu início, fortemente vinculada à Diplomática⁵ e à Paleografia⁶, sendo considerada uma ciência auxiliar da História, na medida em que os arquivos passaram a ser reconhecidos e utilizados como fontes para a pesquisa histórica.

Foi a obra “Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos” (MULLER; FEITH; FRUIN, 1960), publicada pela primeira vez no ano de 1898, que levou a Arquivística a um outro patamar, enquanto área do conhecimento humano. Conhecida por “Manual dos Arquivistas Holandeses”, esta obra não se tratou da primeira publicação na área, tampouco propôs novas teorias, mas foi por seu intermédio que princípios teóricos, como o Princípio da Proveniência e o Princípio da Ordem Original, foram divulgados e concebidos como enunciados fundamentais. Ademais, significou a autonomia da Arquivística frente a outras áreas do conhecimento, pela afirmação de princípios e teorias próprias (SCHMIDT, 2012).

Seguiram-se outras publicações relevantes para a teoria e a sistematização arquivísticas, como por exemplo o “*Manual of Archive Administration*”, de Jenkinson (1922). Ocorridas durante a chamada “explosão documental”, estas publicações passaram a priorizar a dimensão administrativa dos arquivos, até então relegada em função de sua utilização exclusiva como fonte histórica, surgindo, assim, o conceito de gestão documental.

Ao deter-se um olhar mais aprofundado sobre o desenvolvimento da Arquivística, percebe-se que esta evoluiu a partir das necessidades de cada época. Como exemplo mais recente deste fato, têm-se o surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC’s), acarretando na produção considerável de documentos em meio digital, o que levou a Arquivística a repensar os seus princípios e a readaptá-los para responder de modo eficiente às novas demandas informacionais. Gagnon-Arquin (1998 apud SCHMIDT, 2012) observa que a

⁵ Para Bellotto (2014), a Diplomática é a ciência responsável pela confiabilidade e a autenticidade dos documentos de arquivo, sendo que, nos últimos anos, passou a vê-los não mais isoladamente, mas sim vinculados ao seu meio genético, ou seja, a entidade que os produziu.

⁶ Para Riesco Terrero (2000, p. 97), a Paleografia é a “arte e técnica de decifrar e ler escrituras e sinais gráficos antigos, fixados em suportes brandos e semibrandos”. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Ariesco.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Arquivística é produto de um saber-fazer que se acumulou ao longo dos anos e cujos métodos de trabalho mudaram, mas calcados geralmente nas mesmas preocupações funcionais.

Embora exista uma tendência atual de considerar a Arquivística como uma ciência, não existe um consenso sobre este aspecto entre os autores da área: há quem a considere ciência, há quem a veja como disciplina. Entre os autores que defendem a Arquivística enquanto disciplina estão: Aurelio Tanodi, Heloísa Bellotto, Carol Couture, Jean Yves Rousseau, Le Coadic, Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro. Segundo estes autores, a Arquivística possui caráter estritamente técnico, visto que trata de resolver os problemas de organização documental com soluções pragmáticas, a fim de que o processo de acumulação, conservação e a memória social funcionem com eficácia e economia de recursos. Já entre os autores que defendem a Arquivística enquanto ciência, estão: Paola Carucci, Luciana Duranti, Ramon Alberch i Fugueras, Antonia Heredia Herrera, José Ramon Cruz Mundet e Theodore Schellenberg. Para estes, embora a Arquivística tenha um aspecto prático, não se pode negar que esta parte de premissas racionais, críticas e que detém rigor científico para lograr os seus fins (RAMÍREZ ACEVES, 2011; SCHMIDT, 2012).

Ciência ou disciplina, o fato é que a Arquivística vem se consolidando ao longo do tempo como área do conhecimento humano. Isto pode ser verificado por meio de sua teoria, métodos e terminologia. Verifica-se, também, o aumento do número de publicações sobre a área, da realização de eventos científicos, dos Cursos de Arquivologia e dos profissionais em atuação.

A Arquivística está sustentada em vários princípios basilares, como o Princípio da Pertinência e da Territorialidade, entretanto, para fins deste trabalho dissertativo, abordar-se-á dois destes: o Princípio da Proveniência (ou Princípio de Respeito aos Fundos) e o Princípio da Ordem Original, visto serem estes os princípios que regem os procedimentos de arranjo e de descrição dos documentos de arquivo.

O Princípio da Proveniência, cuja autoria é atribuída ao historiador francês Natalis de Wailly, foi enunciado em 1841 e se trata de um “princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.171). Tal Princípio é norteado pelo conceito de fundo de arquivo, o qual Bellotto (2007) define como

O conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro

conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim (BELLOTTO, 2007, p. 128).

Do Princípio da Proveniência, advém algumas premissas, entre as quais a ideia da organicidade dos documentos de arquivo, ou seja, o arquivo é um todo orgânico, produto natural das atividades de uma mesma entidade física ou jurídica, portanto, os documentos pertencentes a um mesmo fundo se relacionam entre si, pois são resultados das mesmas funções/atividades desenvolvidas por esta entidade.

Cruz Mundet (2012) afirma que a concepção de fundo de arquivo não está baseada no uso jurídico-administrativo ou histórico-cultural dos documentos, mas sim na própria entidade que os produziu e na forma como estes foram gerados e acumulados ao longo do tempo. Em consequência disto, a estruturação de um fundo, de acordo com o Princípio da Proveniência, exige o conhecimento dos procedimentos administrativos da entidade produtora, bem como de sua evolução histórica.

Já o Princípio da Ordem Original se refere à organização interna do fundo de arquivo. Em outras palavras, refere-se “à ordem estrita em que os documentos vieram da repartição de origem, na sequência original de séries, mesmo que deturpada pelas baixas decorrentes da execução das tabelas de temporalidade” (BELLOTTO, 2007, p. 131). O respeito à ordem original pressupõe, portanto, que a classificação dada aos documentos nos arquivos correntes será mantida nos arquivos permanentes.

Salienta-se que Bellotto (2007) considera o Princípio da Ordem Original como um desdobramento do Princípio da Proveniência. Já Rousseau e Couture (1998) defendem que o Princípio da Proveniência possui, na verdade, dois graus: o primeiro, se refere ao isolamento, a partir da proveniência, da entidade que constitui o fundo de arquivo; o segundo, se refere ao local que todos os documentos pertencentes a um fundo de arquivo ocupam, sendo que este deve ser mantido ou restabelecido, caso a ordem primitiva tenha sido modificada.

A aplicação dos referidos princípios, juntamente com o estabelecimento dos procedimentos de classificação e de arranjo de documentos dão origem a instrumentos que balizam o tratamento dos conjuntos documentais: o quadro de fundos, que define e relaciona os fundos documentais (e suas possíveis divisões) de uma entidade produtora ou custodiadora de documentos; o plano/esquema de classificação, que vai dispor os documentos de acordo com as funções/atividades, assuntos ou estrutura da entidade que os produziu e, por fim, o quadro de arranjo, que permite a organização interna dos fundos documentais nos arquivos permanentes. Estes procedimentos e instrumentos também refletirão sobre a atividade de

descrição de documentos, visto que a elaboração dos instrumentos descritivos se dá em função dos fundos documentais, de sua organização interna e dos quadros de arranjo.

Além dos Princípios da Proveniência e da Ordem Original, destaca-se um outro pressuposto teórico importante para a Arquivística: a chamada Teoria das Três Idades dos Arquivos, que está intimamente ligada ao Ciclo Vital dos Documentos, isto é, às sucessivas fases pelas quais os documentos passam. A Teoria das Três Idades divide os arquivos em correntes (primeira idade), intermediários (segunda idade) e permanentes (terceira idade), a partir da definição do valor primário ou secundário que lhes é atribuído. Santos (2009) afirma que a Teoria das Três Idades envolve

- a) A utilização corrente do documento, quando está arquivado junto aos seus produtores; b) uma fase intermediária, quando os produtores, embora necessitem dos documentos para consulta ou para garantir direitos, os utilizam com pouca frequência; c) e a fase permanente, quando não têm mais utilização para os fins para os quais foram criados e na qual os produtores – no caso de órgãos públicos –, pelo fato dos documentos estarem abertos à consulta pública, não possuem mais ingerência sobre eles (SANTOS, 2009, p. 175).

A aplicação da Teoria das Três Idades e do Ciclo de Vida dos Documentos pressupõe a atribuição de valores aos documentos. Assim, todos os documentos arquivísticos nascem com valor primário, isto é, nascem do cumprimento dos objetivos para os quais foram criados – administrativos, fiscais, legais e executivos. Já o valor secundário, decorre de valores que transcendem o uso primário dos documentos e que tornam os documentos de interesse para outros que não os utilizadores iniciais. O valor secundário dos documentos refere-se a dois aspectos: a prova que estes contêm da organização e do funcionamento de quem os produziu e a informação que contêm sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições, etc. (SCHELLENBERG, 2004).

O Ciclo de Vida dos Documentos se converteu na base conceitual da chamada gestão de documentos (CRUZ MUNDET, 2012). A Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, em seu Art. 3º, comprehende a gestão de documentos como o “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente” (BRASIL, 1991). Já nas palavras de Bernardes (1998, p. 11), a gestão de documentos se trata do

Conjunto de medidas e rotinas que garante o efetivo controle de todos os documentos de qualquer idade desde sua produção até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente), com vistas à racionalização e eficiência administrativas, bem como à preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural.

A gestão documental pressupõe a implementação de uma série de procedimentos, chamados de funções arquivísticas, quais sejam: produção/criação, avaliação, aquisição, conservação/preservação, classificação, descrição e difusão/acesso. A produção se refere aos procedimentos relacionados à manutenção do maior rigor possível na criação de documentos, abrangendo a definição de normas, conteúdos, modelos, formatos e trâmites. A aquisição contempla a entrada de documentos nos arquivos correntes, intermediários e permanentes, ou seja, se refere ao arquivamento corrente e aos procedimentos de transferência (passagem dos documentos do arquivo corrente ao arquivo intermediário) e de recolhimento (passagem dos documentos do arquivo intermediário ao arquivo permanente). A conservação/preservação se refere aos procedimentos relacionados à manutenção da integridade física e/ou lógica dos documentos ao longo dos anos, bem como as tecnologias que propiciam o seu processamento e recuperação. Por sua vez, a difusão/acesso é concebida como o conjunto de procedimentos cujo objetivo é tornar os documentos acessíveis e promover sua utilização (SANTOS, 2009).

Já as funções de classificação, avaliação e descrição são consideradas os procedimentos-chave para a Arquivística, sendo também as que demandam maior esforço intelectual por parte dos arquivistas. Lopes (1997) considera estas funções inseparáveis e complementares entre si. Isto porque, ao classificar documentos, se produz um primeiro nível avaliativo e descriptivo. Ao se identificar uma classe, por exemplo, se atribui, ainda que preliminarmente, um juízo de valor sobre os conteúdos dos documentos, evidenciando o que é essencial do que é irrelevante. Da mesma forma, se realiza uma primeira representação do conjunto arquivístico em questão, o que irá subsidiar a descrição arquivística.

As funções de classificação e descrição serão aprofundadas no subcapítulo seguinte, por serem as funções que são implementadas no desenvolvimento deste trabalho. Quanto à avaliação, trata-se do procedimento destinado a descobrir e analisar os valores inerentes dos documentos, bem como definir os seus prazos de guarda. Consiste no estudo das classes documentais uma por uma, a fim de conhecer sua origem funcional, a tipologia documental e o valor que os documentos têm ou poderão ter no futuro para a entidade produtora, a história, a pesquisa geral e a difusão cultural (CRUZ MUNDET, 2012). A avaliação, portanto, deve ser embasada em um conhecimento profundo da instituição e na legislação vigente.

Bernardes e Delatorre (2008) apresentam os objetivos da avaliação documental: identificar os valores imediatos (primários) e mediatos (secundários) dos documentos; definir os prazos de guarda e destinação dos documentos; elaborar a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD); agilizar a recuperação dos documentos e das informações; reduzir a massa documental acumulada; liberar espaço físico; dar visibilidade e preservar os documentos de

guarda permanente; autorizar a eliminação criteriosa de documentos; e estimular a pesquisa e uso de dados retrospectivos.

Cabe destacar que a Arquivística pode ser abordada a partir de correntes teóricas que possuem diferentes percepções. Para a Arquivística Tradicional, esta é uma ciência auxiliar da História e o seu objeto de estudo é o arquivo permanente. Para os defensores desta abordagem, o *archivist* é um conservador de documentos com caráter histórico, não intervindo nas demais idades dos documentos. Para a tendência conhecida por *Records Management*, os arquivos da primeira e segunda idades são os objetos de interesse. Os documentos são organizados de modo a propiciar a racionalidade e a eficácia administrativas e as soluções, criadas para resolver os problemas informacionais das entidades, são advindas da prática, sem preocupação teórica. Já para a Arquivística Integrada, o tratamento a ser dado aos arquivos deve ser global, sendo iniciado nos arquivos ativos e estendido até os arquivos inativos, contemplando, portanto, todas as fases do Ciclo de Vida dos Documentos. A Arquivística Integrada defende a autonomia da Arquivística em relação à História e às Ciências Administrativas (LOPES, 1997).

Mais recentemente, a abordagem teórica dos *Records Continuum* passou a ganhar força com o advento dos documentos arquivísticos digitais. Segundo Schmidt (2012), esta abordagem é baseada em quatro eixos de permanente interação: produção, reunião, organização e acesso aos documentos de arquivo, estabelecendo uma perspectiva contínua para a gestão arquivística, visto que não separa os documentos correntes dos permanentes e nem a profissão entre os *records managers* e os *archivists*. O documento é visto como entidade lógica e não física, enquanto que o Ciclo Vital dos Documentos é considerado linear e fragmentado.

A presente seção, abordou a Arquivística, seus princípios, teorias, procedimentos e abordagens. A seguir, apresentam-se as funções de classificação, arranjo e descrição de documentos.

4.2 A CLASSIFICAÇÃO, O ARRANJO E A DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS

A classificação é a função arquivística cuja finalidade é a organização hierárquica dos documentos de arquivo segundo a estrutura interna, funções, atividades ou assuntos dos organismos produtores de documentos. Para Gonçalves (1998), o objetivo da classificação é dar visibilidade às funções/atividades do fundo de arquivo, evidenciando as ligações existentes entre os documentos.

O processo classificatório se divide em duas partes: a parte intelectual e a parte física. A parte intelectual se refere ao processo mental de estabelecimento de classes, com a disposição interna dos documentos nas classes definidas e a codificação, que pode ser alfabética, numérica, alfanumérica, duplex, variadex, entre outras. A parte física, por sua vez, é representada pelo arquivamento dos documentos em um local determinado pela classificação e disposta segundo uma ordem pré-definida (SOUSA, 2009).

O resultado da classificação arquivística se traduz em um instrumento de classificação. Sousa (2009) ressalta que não há um consenso quanto à denominação deste instrumento, há autores que o chamam de plano de classificação, esquema de classificação, quadro de classificação ou, ainda, código de classificação. Entretanto, os termos “plano/esquema de classificação”, além de serem os que mais constam na literatura arquivística, são os que revelam com maior fidelidade o que um instrumento de classificação deve ser, isto é, a representação gráfica da organização de um arquivo.

Neste sentido, “o plano de classificação é a representação lógica da estrutura e do funcionamento da organização. Por isso, o arquivo organizado de acordo com a classificação proposta assemelha-se a um espelho que reflete a imagem da organização com toda fidelidade” (BERNARDES; DELATORRE, 2008, p. 19). Além disso, o plano elaborado deve ser simples, de fácil compreensão, flexível, expansível e estável.

A classificação de documentos é elaborada a partir da escolha de um método, que pode ser por assunto, estrutural ou funcional (SCHELLENBERG, 2004). Para definir o método que melhor se adapta ao contexto do produtor do arquivo, é necessário um estudo aprofundado de sua história, organização interna, funcionamento, além dos tipos documentais produzidos/acumulados.

O método por assunto esquematiza as classes segundo os conteúdos de que tratam os documentos. Em geral, deve ser evitado, visto ser comum um mesmo documento tratar de mais de um assunto, o que dificulta sua classificação em uma única classe e prejudica sua recuperação por parte do usuário. O método por estrutura classifica os documentos conforme a estrutura administrativa da entidade, ou seja, de acordo com os diferentes setores, divisões e departamentos da organização. É vantajoso por sua objetividade, entretanto não é indicado quando o organograma institucional é incompleto, inexiste ou sofre alterações com frequência, o que causará alterações frequentes no plano de classificação. Já o método funcional, classifica os documentos segundo as funções e atividades desempenhadas pela entidade produtora. Este método é considerado por muitos autores o mais apropriado, visto que as funções são duráveis, permanentes, além de ser um método flexível, já que permite que novas classes sejam criadas

sempre que uma nova função/atividade for desenvolvida. Vale lembrar, no entanto, que se trata de um método complexo, pois é preciso que todas as funções/atividades da organização sejam mapeadas a fim de que o plano de classificação possa refleti-las fielmente (BERNARDES; DELATORRE, 2008).

Na literatura arquivística brasileira, convencionou-se diferenciar os termos “classificação” e “arranjo”. Assim, a classificação corresponde às operações de natureza intelectual e técnica destinadas à organização dos documentos de caráter corrente, ao passo que o arranjo engloba as operações intelectuais e técnicas destinadas a organização dos documentos de caráter permanentes (GONÇALVES, 1998). Neste caso, o resultado do arranjo documental desenvolvido nos arquivos permanentes é o quadro de arranjo.

Entretanto, a mesma autora considera que, em ambos os procedimentos, o objetivo é o mesmo, quando adotado o critério funcional: “definir grandes classes abstratas, que correspondam, de forma coerente e articulada, às funções e atividades da organização em questão, no período recoberto pela documentação a ser organizada” (GONÇALVES, 1998, p. 12). Esta afirmação coaduna com a opinião manifestada por Sousa (2009), que afirma que tal confusão terminológica não é salutar à Arquivística, pois evidencia uma quebra entre arquivos correntes e permanentes, que no entendimento do autor, não existe.

Autores como Bellotto, porém, consideram o arranjo arquivístico como “a acomodação que se faz à classificação efetuada anteriormente, depois das baixas sofridas em decorrência da avaliação” (BELLOTTO, 2007, p. 29). Nesta concepção, o arranjo nada mais é do que a classificação no âmbito dos arquivos permanentes, funcionando como uma espécie de adaptação da classificação outrora recebida pelos conjuntos de documentos nos arquivos correntes.

A função de um arquivo permanente é, segundo Paes (2005), reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais de uso não-corrente, ou seja, custodiar, preservar e tornar acessíveis os documentos permanentes que podem vir a se tornar úteis por razões históricas e outros fins. O procedimento de arranjo de documentos é, portanto, vital para a organização de tais documentos, pois é a partir deste que as demais atividades arquivísticas, tais como a descrição e a difusão, poderão ser implementadas.

Schellenberg (2004, p. 239) aponta que “os princípios de arranjo de arquivos dizem respeito, primeiro, à ordenação dos grupos de documentos, uns em relação aos outros e, em segundo lugar, ao ordenamento das peças individuais dentro dos grupos”. O autor ainda ressalta ao lembrar que o arranjo arquivístico se dá de acordo com os Princípios básicos da Arquivística – como o da Proveniência e o de Respeito à Ordem Original.

O arranjo documental de um arquivo deve corresponder, em linhas gerais, à estrutura e às funções desempenhadas pela entidade que o produziu. Este aspecto é fundamental para preservar a organicidade do conjunto arquivístico a ser arranjado. Assim, o arquivista deve ter em mente que a organização do acervo não se formou arbitrariamente, não resultou do acaso, mas é a consequência lógica do modo porque se constituiu a unidade administrativa, de cujas funções o arquivo é o resultado (MULLER; FEITH; FRUIN, 1960).

Da mesma forma, Castanho et al (2001) defendem que uma política de arranjo documental depende do conhecimento da história administrativa da instituição, da legislação que norteou as mudanças estruturais e funcionais, dos organogramas que refletem estas mudanças, das atribuições, dos objetivos institucionais, além do contexto político em que a instituição está inserida.

Compreende-se o procedimento de arranjo documental como a atividade que visa ao estabelecimento de fundos, grupos, seções e/ou séries, respeitando a classificação outrora recebida nos arquivos correntes, porém com os ajustes que se fizerem necessários. Aqui cabe destacar Schellenberg (2004), ao afirmar que o arranjo e a descrição de arquivos são processos inseparáveis, que muitas vezes se confundem. De fato, a descrição documental só poderá ser realizada a partir da organização do acervo arquivístico, isto é, se este estiver devidamente arranjado. Por outro lado, a descrição se efetiva nas unidades descritivas que foram fixadas por meio do arranjo documental, o que comprova a inter-relação entre estas duas atividades arquivísticas.

Neste contexto, está o conceito de descrição arquivística, que é a atividade de cunho intelectual que visa criar representações dos conjuntos arquivísticos, de modo a propiciar a sua identificação, localização e contextualização, facilitando sobremaneira o seu acesso. Segundo Lopez (2002, p.12), “somente a descrição arquivística garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram”.

Schellenberg (2004) argumenta que, com a implementação do processo descritivo, o arquivista cumpre o papel de revelar ao público as fontes de pesquisa sob sua custódia, ao invés de monopolizá-los, privando-os de sua consulta. Assim, o profissional deve registrar o conhecimento que possui sobre o acervo, e não o guardar somente para si. Deve descrever o material sob sua proteção, de maneira que os usuários, utilizando as descrições por ele feitas, possam ter um pleno conhecimento do conteúdo, arranjo e valor cultural daquele.

As operações de descrição os instrumentos de pesquisa ou instrumentos descritivos. Rodrigues (2003) considera-os como responsáveis pela intermediação entre as informações contidas nos documentos e os usuários, sendo instrumentos de acesso autoexplicativos. Em outras palavras, os instrumentos de descrição funcionam, muitas vezes, como o primeiro contato dos pesquisadores com o acervo, permitindo um acesso indireto que antecede à consulta propriamente dita aos documentos.

Através destes instrumentos o utilizador avalia, de ângulos distintos, a relevância da documentação existente no arquivo, para responder às suas necessidades de informação. Estes são, pois, “cartões-de-visita” que determinam a visibilidade da documentação ou o seu esquecimento, por se julgar inexistente (GUEDES, 2015, p. 200).

Os instrumentos descritivos podem ser de vários tipos, tais como: guias, inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices. Segundo Bellotto (2007), a sequência lógica e ideal da elaboração de instrumentos descritivos num arquivo permanente, inicia nos guias, passa pelos inventários, até chegar aos catálogos. Entretanto, esta prática não significa que todos os fundos deverão ser descritos uniformemente, o que vai definir as prioridades para a representação dos conjuntos arquivísticos será a política de descrição desenvolvida em cada instituição arquivística.

Devem ser levados em consideração vários fatores para a escolha do tipo de instrumento a ser construído, tais como: a fase do Ciclo de Vida em que se encontram os documentos – levando-se em consideração que a descrição inicia nos arquivos correntes, com a sistematização da classificação, e se aprofunda nos arquivos permanentes –, a natureza do acervo a ser descrito, sua utilidade, as necessidades dos usuários, os meios disponíveis, entre outros (CRUZ MUNDET, 2012).

O guia é o instrumento de descrição mais abrangente, sendo, de modo geral, o primeiro instrumento de descrição, a ser elaborado por um arquivo. “É a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo” (LOPEZ, 2002, p. 23). Sua finalidade é orientar o público quanto ao conhecimento e utilização do acervo, além de servir como meio de divulgação e promoção do arquivo junto aos meios escolares, administrativos e culturais (BELLOTTO, 2007). Este costuma ser elaborado em duas partes distintas: a primeira, destinada a apresentar informações gerais sobre a instituição arquivística, e a segunda, destinada a descrever sumariamente os fundos que integram o arquivo.

O inventário é o instrumento descritivo elaborado, geralmente, após o guia, tendo em vista a ordem hierárquica dos níveis de classificação. O seu objetivo é descrever conjuntos documentais ou partes do fundo (BELLOTTO, 2007). O inventário é um instrumento do tipo parcial, que descreve sumariamente um ou mais fundos. Também, costuma ser apresentado em duas partes, uma que descreve de forma sintética o conjunto em questão, e outra, que apresenta mais detalhadamente o conteúdo de cada série. Tem uma vida útil maior que o guia, por se referir a conjuntos documentais, sendo apenas necessária a reavaliação das informações quando da inclusão de novos documentos.

O catálogo, por sua vez, “descreve unitariamente as peças documentais de uma ou mais séries, ou ainda, de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem de classificação” (BELLOTTO, 2007, p. 202). Embora o catálogo se destine à descrição unitária dos documentos, é relevante que a relação orgânica dos documentos com as atividades que os geraram não sejam perdidas, sendo, ao contrário, evidenciadas (LOPEZ, 2002).

Já o catálogo seletivo se caracteriza por transcender a dimensão arquivística dos catálogos convencionais, visto que são descritos documentos que atendem a critérios temáticos, contemplando, inclusive, documentos de fundos de arquivos distintos (LOPEZ, 2002). Bellotto (2007) destaca que os catálogos seletivos podem ser de dois tipos: os que selecionam documentos com base especificamente em um tema, pessoa ou evento, ou os que, além da seleção por tema, pessoa ou evento, ainda trazem uma escolha feita pelo autor no sentido dos documentos mais importantes, de maior interesse ou de maior relevo.

No passado, os catálogos se constituíram nos instrumentos descritivos mais produzidos pelos arquivistas, situação distinta da atualidade, em que a prioridade costuma ser destinada à confecção de guias e inventários. Segundo Lopez (2002), a produção de catálogos seletivos por parte das instituições que detêm arquivos se dá, na maior parte das vezes, em situações excepcionais, ligadas à política de descrição da instituição ou a interesses muito específicos de pesquisas.

Por fim, tem-se os índices, instrumentos descritivos que têm o caráter de complementariedade em relação aos demais instrumentos. Sua finalidade é indexar diretamente os documentos, apontando nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética e remetendo o usuário às respectivas notações de localização (BELLOTTO, 2007). Ao se elaborar um índice, deve-se considerar os termos a serem utilizados, por isso, a importância do uso de vocabulários controlados.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento das ferramentas tecnológicas e a percepção dos benefícios alcançados pelas bibliotecas, em face da utilização de padrões universais de tratamento da informação, motivaram a elaboração das normas de descrição para documentos arquivísticos (HAGEN, 1998). Neste sentido, em âmbito internacional, foram elaboradas normas destinadas a padronizar a descrição em arquivos, entre as quais a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), que estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas.

A criação de normas para a descrição arquivística influenciou, inclusive, o entendimento do conceito de descrição, que se tornou mais abrangente. Segundo Llanes Padrón (2012), as definições sobre a descrição de arquivos convergiam, antes da ISAD(G), para os mesmos pontos: sua finalidade era a criação de instrumentos de pesquisa, que viabilizassem a disponibilização e o controle dos fundos arquivísticos. Já após a criação da norma, o propósito da criação de descrições em arquivos passou a ser representar as unidades de descrição a fim de identificar, gerir e explicar os documentos e seu contexto de produção.

Fox (2007), ao argumentar a favor da padronização das descrições de acervos arquivísticos, explicita as dificuldades dos usuários para compreender os instrumentos de pesquisa, quando cada arquivo decide, de forma individual, como descrever o seu acervo. O autor afirma ainda que a normalização não atenderá completamente às necessidades informacionais dos usuários, tendo em vista a sua multiplicidade, mas facilitará o acesso.

A ISAD(G) foi estabelecida pelo Conselho Internacional de Arquivo (CIA), no ano 2000, sendo estruturada em vinte e seis elementos de descrição, distribuídos em sete áreas de informação. As diretrizes contidas nesta norma podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos. Além disso, entre as recomendações da ISAD(G), está a criação de normas descritivas nacionais, adaptadas às realidades arquivísticas de cada país, mas que ao mesmo tempo, estejam em consonância com os padrões internacionais.

Bellotto (2007) afirma que a principal característica da ISAD(G) é a relação hierárquica, já preconizada anteriormente na literatura arquivística e agora conhecida por “descrição multinível”, o que propicia que a descrição parta do geral para o particular, onde cada nível de arranjo (fundo, seção, série...) corresponda a um nível ou unidade de descrição. Outras características da ISAD(G) são: a não repetição de informação, evitando redundâncias; a conexão entre descrições, por meio da posição da unidade de descrição na hierarquia; e a presença de informação relevante para o nível de descrição, a fim de que a unidade de descrição seja descrita de forma precisa, bem como o seu conteúdo e contexto.

Em âmbito nacional, houve a criação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), publicada no ano de 2006, a partir do trabalho da Câmara Técnica de Normalização de Descrição Arquivística (CTNDA), pertencente ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Antes de sua aprovação, foi discutida junto à comunidade arquivística por meio de consulta pública e de oficinas promovidas pelo Arquivo Nacional.

A NOBRADE estabelece diretrizes, para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD(G) e ISAAR(CPF). Tem por objetivo facilitar o acesso e o intercâmbio de informações, não se tratando simplesmente de uma mera tradução das diretrizes internacionais, e sim de uma adaptação à realidade brasileira. Embora voltada, preferencialmente, para a representação de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição nas fases correntes e intermediária (CONARQ, 2006).

A NOBRADE contempla seis níveis de descrição, um a mais do que a ISAD(G), além de conter níveis intermediários, outro aspecto novo. A inclusão do nível 0, se refere à entidade custodiadora. Já o nível 1, é destinado à descrição do fundo ou coleção; o nível 2, se refere à descrição da seção; o nível 3, se refere à descrição da série; o nível 4, é destinado à descrição do dossiê ou processo e o nível 5, que se refere à descrição do item documental. Os níveis admitidos como intermediários são: o 0.5, que deve ser utilizado no caso da entidade custodiadora possuir subunidades administrativas que custodiam acervos em endereços distintos; o 2.5 que se refere à subseção, caso houver, e o 3.5 que se refere à subsérie, caso houver.

Nem todos os níveis necessitam ser implementados, conforme aponta a norma. Entretanto, alguns destes só poderão ser descritos, caso o nível anterior também tenha sido criado. Este é o caso do nível 5, que tem como requisito a existência do nível 4, deste modo, itens documentais só poderão ser descritos como parte integrante de dossiês/processos.

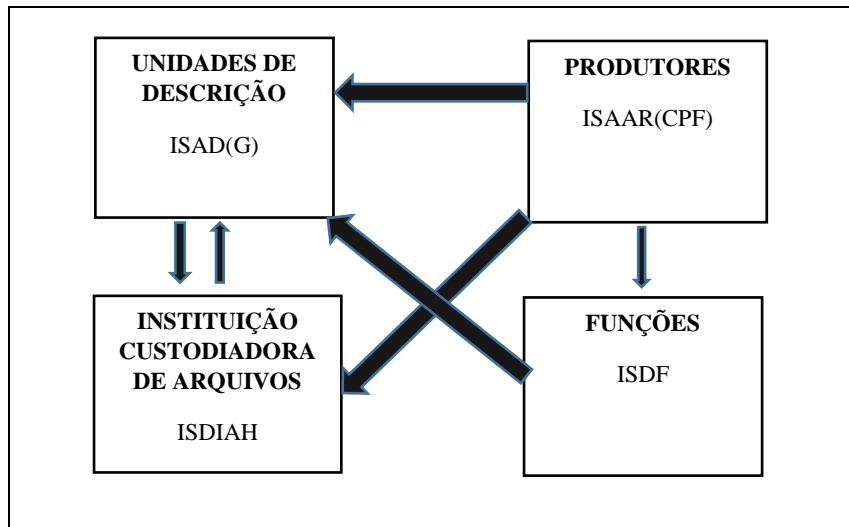
A norma brasileira prevê a existência de oito áreas de informação, sendo uma adicional em relação à ISAD(G): a “Área de pontos de acesso e descrição de assuntos”, destinada a registrar os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição. Assim, tem-se as seguintes áreas: Área de identificação; Área de contextualização; Área de conteúdo e estrutura; Área de condições de acesso e uso; Área de fontes relacionadas; Área de notas; Área de controle da descrição; e Área de pontos de acesso e descrição de assuntos.

A NOBRADE possui vinte e oito elementos de descrição, sendo que sete são considerados obrigatórios, a saber: código de referência, título, data (s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome (s) do (s) produtor (es) e condições de acesso. Destes sete elementos,

os seis primeiros já eram considerados obrigatórios pela ISAD(G), e a inclusão do elemento “condições de acesso” se tornou obrigatório apenas para descrições nos níveis 0 e 1.

Outras normas, no contexto internacional, seguiram-se à publicação da ISAD(G), a saber: a Norma de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR(CPF), que fornece diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que favoreçam as descrições de entidades relacionadas à produção e à manutenção de arquivos; a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF), a qual dá instruções para a preparação de descrições de funções, visto que a análise das funções de entidades é base para muitas das atividades de tratamento documental; além da Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH), que determina o tipo de informação que pode ser incluída em descrições de instituições com acervo arquivístico. A Figura 1, adaptada de Costa, Madio e Llanes Padrón (2016), representa as relações existentes entre as normas internacionais de descrição arquivística, ressaltando o caráter de complementariedade que cada uma exerce em relação à outra.

Figura 1 – Relações entre as normas de descrição arquivísticas internacionais



Fonte: Adaptada de Costa, Madio e Llanes Padrón (2016, p.452)

É importante ressaltar que a criação de instrumentos descritivos, a partir da aplicação das normas, abriu caminho para a disponibilização destes instrumentos na web, possibilitando a maximização do acesso ao patrimônio documental. Percebe-se, cada vez mais, que os arquivos estão fazendo uso de normas e ferramentas tecnológicas para comunicar os seus acervos aos usuários. Evidentemente, o contato virtual poderá, muitas vezes, não suprir a necessidade do

contato direto com o documento, todavia não se pode negar que a disponibilização de instrumentos descritivos com possibilidade de acesso remoto amplia de modo considerável o alcance dos arquivos como lugares de memória (NASCIMENTO, 2011).

A inserção dos acervos arquivísticos na internet implica novos desafios na gestão da informação arquivística, de imediato, ao permitir maior possibilidade de acesso pelos usuários. As instituições arquivísticas têm na internet um recurso de grande potencial para a ampliação dos serviços prestados e, consequentemente, para o aumento da sua atuação e visibilidade institucional e social, assim como para o fortalecimento de seus vínculos com o cidadão (MARIZ, 2012, p. 146).

Salienta-se que a problemática dos documentos arquivísticos digitais tem modificado a dimensão da descrição de documentos, conforme aponta Llanes Padrón (2012). No epicentro desta discussão, estão os metadados⁷ e a evidência documental. Os metadados, há algum tempo, se converteram no cerne da gestão arquivística em todas as etapas do ciclo de vida dos documentos digitais, visto que podem capturar e conservar o contexto de criação do documento, preservar sua estrutura, gerar e reter informação descritiva relevante, incorporar dados de sua evolução e situação, preservar e migrar as funcionalidades do sistema e criar ferramentas de localização para fontes de informação institucionais (WALLACE, 1993 apud LLANES PADRÓN, 2012).

A descrição, sob este enfoque, inicia na produção do documento arquivístico, com a atribuição de metadados a estes. Quanto à questão da evidência documental, sabe-se que todo documento arquivístico, digital ou não, está associado à ação que o originou. Os sistemas digitais de gestão arquivística devem ser capazes de gerar documentos autênticos e confiáveis, ou seja, que sejam evidências das funções que os produziram. Por isso, a necessidade de se descrever documentos desde a fase corrente a fim de garantir que as informações sobre o seu contexto sejam as mais fidedignas e exatas possíveis. Assim, a descrição arquivística contemporânea tem como finalidade adicional manter a autenticidade, veracidade e integridade dos documentos arquivísticos.

A presente seção discutiu os aspectos relacionados à classificação, ao arranjo e à descrição dos documentos. A seguir, será abordada a questão das políticas arquivísticas no Brasil.

⁷ O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil) define metadados como “dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo” (CONARQ, 2011, p. 130). Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

4.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS

Por política nacional de arquivos, entende-se o conjunto de premissas, decisões, normas, deliberações governamentais e ações, produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais, em nome do interesse social e que contemplam vários aspectos – administrativo, legal, científico, cultural e tecnológico, entre outros – referentes à produção, uso e preservação dos documentos arquivísticos públicos e privados (JARDIM, 2006).

Para Sousa (2006), as políticas públicas de arquivo carregam a defesa e a garantia de direitos individuais e coletivos, o que justifica a sua promoção. Neste sentido,

a importância e o valor estratégico da informação arquivística para a sociedade brasileira, como para qualquer outra sociedade, justifica a necessidade da formulação de políticas públicas de arquivo no país. É um capital informacional pouco compreendido e pouco explorado e que poderia dar uma enorme contribuição para a busca da eficiência e da qualidade na prestação de serviços e, no caso dos órgãos públicos, para a transparência das ações do Estado (SOUSA, 2006, p. 04).

O marco de institucionalização das políticas públicas nacionais voltadas aos arquivos ocorreu com a promulgação da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. A chamada “Lei de Arquivos” contempla definições importantes, como atribuir ao Poder Público o dever pela gestão documental e pela proteção especial aos documentos de arquivo, além de dispor sobre a criação do CONARQ, como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e como responsável por definir a política nacional de arquivos. Entretanto, a referida lei carece de um aprofundamento maior em alguns aspectos, conforme aponta Jardim (1995). Um exemplo disto, é a ausência de uma definição quanto aos objetivos, forma de estruturação e abrangência da política nacional de arquivos, apenas citada na Lei.

O CONARQ é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, e que foi regulamentado pelo Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994, sendo que sua instalação ocorreu em 15 de dezembro do mesmo ano. Além de ser responsável pela efetivação da política nacional de arquivos, tem também como atribuição exercer orientação normativa, visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

Já a regulamentação do SINAR ocorreu por meio do Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que determina sua composição pelos arquivos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Federais; os arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; os arquivos do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; os arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo; além do Arquivo Nacional, do CONARQ –

como órgão central – e das pessoas físicas e jurídicas de direito privado, detentoras de arquivos, as quais, mediante acordo ou ajuste, podem integrá-lo.

Ao se tratar, especificamente, dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, as políticas concernentes à gestão documental ganharam força por meio da criação do já citado Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA), através do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, o qual tem por finalidade promover a articulação dos arquivos federais e o desenvolvimento integrado dos procedimentos arquivísticos em todas as fases do seu ciclo de vida, organizando estes arquivos sob a forma de sistema. Quanto a sua estrutura, o SIGA tem o Arquivo Nacional como órgão central, como órgãos setoriais, as unidades responsáveis pela coordenação das atividades de gestão de documentos nos ministérios e órgãos equivalentes e como órgãos seccionais, as unidades que estejam vinculadas aos ministérios e órgãos equivalentes.

Salienta-se, ainda, o Arquivo Nacional, como órgão preponderante na promoção de políticas públicas voltadas aos arquivos. Criado em 1838, atualmente, integra e estrutura do Ministério da Justiça. É o órgão central do SIGA e tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo CONARQ, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão, na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

É inegável que o CONARQ, juntamente, com o Arquivo Nacional, tem promovido, ao longo dos anos, diversas ações técnico-científicas relevantes, além de propiciar o desenvolvimento da legislação arquivística e prestar assistência técnica a vários dos órgãos governamentais. Como exemplos, tem-se a tradução para o português das normas internacionais de descrição, a publicações de diretrizes, recomendações, voltadas à diferentes aspectos da gestão documental, como preservação, acesso, descrição, digitalização, documentos arquivísticos digitais, entre outros. Além disso, elaborou instrumentos técnicos de classificação, de temporalidade e destinação das atividades-fim de diversos órgãos da administração pública federal, além do já citado instrumento de classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo das atividades-meio.

Entretanto, autores como Jardim (2013) e Sousa (2006) destacam que estas ações não bastam para uma efetiva implementação de uma política nacional de arquivos. Jardim (2013) sustenta que o empoderamento que a Lei nº 8.159 imprimiu às instituições arquivísticas não incluiu os serviços públicos arquivísticos, que, em geral, continuam convertidos em unidades

técnico-administrativas periféricas, longe das estruturas estratégicas da maior parte dos ministérios e órgãos equivalentes.

Um dos obstáculos à construção e implementação de políticas arquivísticas efetivas, para Jardim (2013), é a arquitetura sistêmica escolhida pelo Arquivo Nacional para o desempenho de suas atribuições no controle da gestão de documentos federais. Este sistemismo, que é frequentemente utilizado na Administração Pública Federal, encontra suas bases no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que prevê que serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento estatístico, administração financeira, contabilidade e auditoria e serviços gerais, além de outras atividades comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitam de coordenação central. Neste sentido,

A arquitetura sistêmica resultante do Decreto-Lei nº 200 parece buscar mais a homogeneidade do que os diálogos entre as diversas partes que constituem um sistema. O modelo que norteia esses sistemas estruturados em órgãos central, setorial e seccional, aponta para uma relação verticalizante – e muito pouco circular – das relações entre as partes do sistema (JARDIM, 2013, p. 38).

A legislação arquivística no Brasil apresentou avanços significativos nos últimos anos. Todavia, Sousa (2006) argumenta que as políticas públicas têm sido reduzidas, em muitos casos, à formulação de leis e normas unicamente. No entanto, embora o aspecto legal seja relevante e, até mesmo fundamental, este por si só, não garante a implementação das ações de políticas públicas arquivísticas.

Por fim, ressalta-se que a institucionalização de uma política nacional de arquivos, em um país com dimensões continentais como o Brasil, é uma tarefa árdua que não será realizada em pouco tempo. O sucesso de sua viabilidade depende significativamente da integração de duas vertentes: a política e a técnica, além do reconhecimento da informação como recurso estratégico e gerencial que permeia todas as ações empreendidas pelo Estado. Mais do que a formulação de leis e normas, é preciso o planejamento, a avaliação e a operacionalização de ações criadas a partir de objetivos comuns, que tenham sido amplamente discutidos com a sociedade, o que, até o momento, não ocorreu.

Essa seção tratou a respeito da política nacional de arquivos, seus avanços e limitações. No próximo capítulo, será abordado os “Métodos e Técnicas” utilizados no desenvolvimento da pesquisa.

5 MÉTODOS E TÉCNICAS

Este capítulo aborda a classificação da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados utilizados, o modo como os dados foram tratados e analisados, bem como as etapas que foram percorridas para a consecução dos seus objetivos. Contém, sobretudo, a descrição do objeto, os materiais ou fontes que foram utilizados e os procedimentos seguidos, de acordo com a especificidade da área de estudo.

Sob o ponto de vista de sua natureza, a presente pesquisa se classificou como aplicada, visto que objetivou “gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 20).

Neste sentido, os preceitos teóricos e diretrizes referentes aos procedimentos de arranjo e descrição de documentos, foram aplicados para resolver os problemas de um conjunto específico de documentos: o Acervo Memória Acadêmica.

A pesquisa também pode ser classificada como um estudo de caso, pois “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2010, p. 37). Neste sentido, o objeto de estudo em questão foi o Acervo Memória Acadêmica, que se encontra custodiado pelo Arquivo Permanente do DAG, e que contempla documentos oriundos das atividades acadêmicas do período inicial de instalação da Universidade, de 1960 a 1973, perfazendo o total de trezentos e cinquenta caixas-arquivo.

Quanto aos seus objetivos, se tratou de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. Tratou-se de uma pesquisa descritiva porque descreveu fatos e fenômenos de uma certa realidade (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A abordagem qualitativa se justificou porque o objeto de pesquisa não pode ser traduzido em números. Segundo Silva e Menezes (2005), este tipo de abordagem não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Assim, o ambiente natural é a fonte utilizada para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave, sendo que o processo e os seus significados são os focos principais desta abordagem.

O levantamento bibliográfico foi uma constante no desenvolvimento deste trabalho de investigação. Assim, foram realizados levantamentos a partir de livros, artigos científicos e demais publicações dos temas abordados na pesquisa, buscando extrair reflexões teóricas que sustentassem a sua construção. A internet foi o principal meio de busca de materiais recentes, como artigos eletrônicos, dissertações e teses. Os sites do Arquivo Nacional, CONARQ e SIGA também foram utilizados para buscar normas arquivísticas, legislações e instrumentos de gestão

documental. Importante destacar que durante a realização do levantamento bibliográfico, foi realizado o fichamento das citações, a partir da seleção dos trechos considerados relevantes e que foram editados em fichas de citação (APÊNDICE A) no editor de textos Microsoft Word.

Já como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados a observação direta e a análise documental. A observação direta é a técnica que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, não consistindo apenas em ver e ouvir, mas também em verificar os fatos ou fenômenos que se deseja estudar (MARCONI; LAKATOS, 2010). Existem várias formas de observação, sendo que a utilizada neste trabalho foi a assistemática, ou seja, a que recolhe e registra os fatos da realidade sem utilizar meios técnicos especiais ou perguntas diretas. Assim, o contexto de produção e a situação atual do Acervo Memória Acadêmica foram as realidades observadas, além do DAG e da própria UFSM, com vistas a buscar uma compreensão maior sobre o acervo estudado. A análise documental deu-se com base em fontes primárias, mais especificamente documentos que remontam à origem da Universidade e que estão preservados no Arquivo Permanente do DAG. Tratam-se de organogramas, estatutos, regimentos, ementários de disciplinas, além da compilação de informações referentes à criação, extinção e reestruturação de unidades e subunidades acadêmicas e administrativas da UFSM.

A pesquisa foi dividida em oito etapas, sendo que a primeira se referiu a construção da revisão de literatura, etapa que ocorreu durante toda a execução do trabalho, quando foram buscados autores que fundamentassem os temas tratados na pesquisa, tais como: patrimônio cultural e documental, cultura, memória, arquivos universitários, política nacional de arquivos, princípios e bases da Arquivística, funções arquivísticas, com ênfase no arranjo e na descrição de documentos.

A seguir, ocorreu a etapa que objetivou retratar o período histórico em que a documentação foi produzida – a ditadura civil-militar no Brasil –, de modo que se pudesse compreender o contexto de produção do Acervo Memória Acadêmica. Buscou-se abordar os fatos políticos que antecederam ao golpe de 1964, os governos civis-militares e seu autoritarismo, expresso em ações de repressão, censura e violações de direitos humanos. As mudanças introduzidas nas universidades, bem como a resistência e a repressão no meio acadêmico foram também abordadas, visando elucidar como a ditadura interferiu nestas instituições.

Após, houve a coleta de informações sobre o acervo arquivístico em questão, de modo a se obter um panorama da situação da documentação quanto à classificação/arranjo, tipologia documentais existentes, como/quando a documentação foi recolhida pelo DAG e as suas

condições de preservação. Algumas das possibilidades de pesquisa do acervo, por parte de usuários, foram elencadas, com o objetivo de demonstrar a riqueza histórica da documentação.

A quarta etapa ocorreu a partir da análise dos documentos constitutivos da UFSM, que auxiliaram a elucidar as mudanças estruturais e a evolução da Universidade da sua fundação até a década de 1970.

A quinta etapa se deu em função da atualização da política de arranjo e descrição de documentos da UFSM. Tal atualização foi fruto de um estudo por parte da equipe de arquivistas do DAG, demandando um tempo significativo para sua conclusão. Todavia, em função do tempo exíguo para o desenvolvimento da pesquisa, houve um certo impasse, por parte da pesquisadora, entre utilizar a política antiga de arranjo da Universidade ou esperar que os arquivistas concluíssem sua atualização, para então proceder à aplicação de arranjo e descrição do Acervo Memória Acadêmica. Optou-se, então, por esperar a conclusão do trabalho da equipe do DAG, para que o tratamento do acervo documental fosse realizado com base na nova sistemática adotada. No final do primeiro semestre de 2016, ocorreu a sua aprovação e, com isto, o trabalho de pesquisa pode ter prosseguimento. Realizou-se, então, o estudo e a análise da nova política instituída, sendo que o Acervo Memória Acadêmica será o primeiro conjunto documental custodiado pelo DAG a ser organizado conforme as novas diretrizes.

A etapa seguinte foi a elaboração da proposta de arranjo e descrição de documentos para o Acervo Memória Acadêmica. Decidiu-se, em comum acordo com a Direção do DAG, que tal proposta seria implementada, pela pesquisadora, em um momento posterior à conclusão deste trabalho, devido ao grande volume documental do acervo e aos prazos para a conclusão da pesquisa, tendo em vista que a definição da política de arranjo documental da UFSM levou um tempo considerável para ser concluída. Ademais, optou-se por priorizar a descrição dos diários de classe referentes à disciplina de EPB, ante a possibilidade de ressaltar o caráter histórico da documentação, relacionando-a com o período da ditadura civil-militar no Brasil.

A sétima etapa referiu-se à descrição propriamente dita dos diários de classe da referida disciplina, com vistas à elaboração de um catálogo seletivo da documentação, produto do mestrado. Para tanto, utilizou-se a NOBRADE, visto que esta norma fornece os subsídios para uma descrição arquivística padronizada e de alto nível.

Os dados coletados, durante a quinta, a sexta e a sétima etapas, foram reunidos, analisados e discutidos com base na fundamentação teórica. A análise foi feita “para atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar a(s) hipótese(s) ou os pressupostos da pesquisa” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 35).

Para a sistematização dos resultados e a elaboração do trabalho textual, utilizou-se o editor de textos Microsoft Word. Os dados analisados foram apresentados em forma de dissertação de mestrado, que correspondeu à oitava etapa. Como produtos finais da pesquisa, foram elaborados a proposta de arranjo e descrição de documentos para o Acervo Memória Acadêmica e o catálogo seletivo da disciplina de EPB. As atividades da pesquisa iniciaram no segundo semestre de 2015, sendo coordenadas pela professora orientadora da pesquisa.

Para fins de validação da pesquisa, ressalta-se que se estabeleceu a data de 30 de abril de 2017 como a data limite para a descrição dos diários de classe, sendo que os documentos que foram localizados após esta data não foram contemplados na primeira versão do instrumento descritivo. Foram descritos, de acordo com a norma NOBRADE, sessenta e um (61) diários de classe referentes à disciplina de EPB.

Este capítulo abordou a metodologia adotada para a presente pesquisa. Os próximos capítulos serão destinados a apresentação e discussão dos resultados obtidos na pesquisa, sendo que o capítulo 6, discutirá a respeito da ditadura civil-militar no Brasil e suas implicações.

6 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL (1964-1985)

6.1 O GOLPE DE 1964 E OS GOVERNOS CIVIS-MILITARES

O golpe civil-militar no Brasil ocorreu precisamente na data de 31 de março de 1964, mas foi engendrado muito tempo antes, ainda no ano de 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, o que culminou numa grave crise política no país e na tentativa de impedir que João Goulart⁸, vice-presidente eleito democraticamente, assumisse o cargo. “A queda foi rápida, mas a conspiração foi longa” (TAVARES, 2015, p. 15). A oposição à João Goulart foi fortemente amparada pelos meios de comunicação de massa, por setores conservadores das classes elitistas, além das próprias Forças Armadas. “Na ótica dos militares e dos demais setores civis golpistas, Jango simbolizava tudo aquilo que havia de ‘negativo’ na vida política brasileira: demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista” (TOLEDO, 2004, p. 12).

Segundo o mesmo autor, nem todos os segmentos sociais e políticos interpretaram da mesma forma a trajetória política de Jango, não vendo razões para que este deixasse de assumir a Presidência da República. Entre estes, estavam governadores de estados, parlamentares federais e estaduais, sindicatos de trabalhadores, entidades representativas de empresários, estudantes e, até mesmo, alguns setores militares (TOLEDO, 2004). Foi por meio do então governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, Leonel Brizola, que se deu início à chamada “Campanha da Legalidade”. Brizola mobilizou recursos do seu estado, proclamou discursos, conclamando que a população brasileira saísse às ruas para resistir à conspiração. Salienta-se, no entanto, que Brizola foi movido não apenas pela possibilidade de deflagrar um movimento em favor da Constituição Federal, mas também porque viu uma chance de projetar seu nome a nível nacional, bem como extrair dividendos ao estado que governava (SANTOS, 2002 apud JAKOBY, 2013).

Como resultado, a “Campanha da Legalidade” obteve o apoio do III Exército, além de manifestações populares e greves de vários segmentos trabalhistas em todo o território nacional, obtendo, assim, êxito no seu intento: em 07 de setembro de 1961, embora com poderes limitados, sob à égide do parlamentarismo, João Goulart assumiu a Presidência da República. Este episódio ficou conhecido como “golpe branco” ou “solução de compromisso”. Jango,

⁸ Também conhecido popularmente pelo nome de “Jango”.

como presidente, tinha o poder de nomear ministros e vetar projetos de lei, todavia, a elaboração de projetos e orçamentos era função do primeiro-ministro, cargo ocupado por Tancredo Neves.

Alguns autores afirmam que se Jango tivesse aguardado alguns dias a mais, poderia ter assumido o país sob o regime presidencialista, tendo por base que o movimento em prol da legalidade ganhava, cada vez mais, a adesão popular e de setores políticos e militares anti-golpistas. Ao invés disto, temendo maiores confrontos, preferiu assumir o governo às pressas, com os poderes castrados, o que prejudicou enormemente a implantação de seu programa de governo.

Com um Congresso conservador, Jango não poderia implementar reformas políticas e sociais profundas. Por isso, agiu para retomar o antigo regime presidencialista, tentando obter a confiança das forças moderadas, ao mesmo tempo, que tentava manter o apoio das esquerdas (ABREU, 2011). Assim, o plebiscito que deveria escolher entre o parlamentarismo e o presidencialismo foi antecipado para o ano de 1963, sendo que a opção pelo presidencialismo venceu com uma diferença significativa.

Jango pôde, então, começar de fato o seu governo, com a missão de encontrar soluções para os problemas econômicos e sociais que assolavam o país. Neste sentido, foi lançado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado (escolhido por Jango como Ministro Extraordinário do Planejamento). Diante da aceleração da inflação e do declínio do crescimento, o Plano Trienal, na perspectiva de Toledo (2004), pretendia compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)⁹ alcançadas durante o período de 1957 a 1961.

O Plano Trienal, entretanto, não alcançou os objetivos pretendidos e antes de completar seis meses de duração, tornou-se inviável econômica e politicamente, não contando com o apoio de empresários ou de trabalhadores operários. Ao contrário, a inflação continuou sem, contudo, haver crescimento. Jango, então, voltou-se às chamadas Reformas de Base, que contemplaria as reformas agrária, bancária, administrativa, fiscal, eleitoral, urbana, etc., como forma de estancar a convulsão social que ora se anunciava.

⁹ O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma economia durante um certo período. Portanto, o PIB ajuda a avaliar se a economia está crescendo e se o padrão de vida está melhorando. Disponível no Portal Brasil, no link: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/06/entenda-como-e-medido-o-produto-interno-bruto-pib>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

Skidmore (1988) sustenta que o Plano Trienal afastou Jango de sua clientela política original: os sindicatos. As Reformas seriam um mecanismo de aproximá-lo novamente deste público. Além disso, “dizia ele agora que a crise econômica do Brasil – da qual o impasse do balanço de pagamentos e a inflação eram os sintomas mais imediatos – só podia ser resolvida com a aprovação do seu pacote de Reformas” (SKIDMORE, 1988, p.39).

A possibilidade da realização das Reformas gerou resistências, principalmente, a Reforma Agrária. Embora não tivesse um viés revolucionário, visto que atendia, ao mesmo tempo, aos interesses de consolidação do capitalismo industrial e à estratégia da dominação social burguesa, a Reforma Agrária proposta por Jango acabou sendo alvo de intensas críticas por parte de proprietários rurais, setores políticos e da Igreja Católica (TOLEDO, 2004).

A partir disto, os adversários de Jango passaram a apregoar que suas reais intenções eram polarizar a opinião pública e preparar o terreno para levar o governo para o caminho do nacionalismo radical, “que subverteria a ordem constitucional de dentro para fora” (SKIDMORE, 1988, p. 39). Toledo (2004) aponta que duas graves denúncias contribuíram para disseminar a ideia da “esquerdação” do governo Goulart, tendo ampla cobertura da imprensa e circulação entre os meios políticos. A primeira, se referia à divulgação de um documento, por meio do porta-voz político do chefe do Estado-Maior do Exército, o General Castelo Branco, em que se declarava que o país estava prestes a assistir à “tomada do poder pelos comunistas” (TOLEDO, 2004, p. 92), sendo Jango o responsável por instigar as invasões de terra, as greves de operários e trabalhadores do campo e distribuir armas a sindicatos rurais e marítimos. Para o autor, era o início da chamada “guerra psicológica” contra o governo de Jango, visto que os fatos denunciados careciam de provas concretas, que jamais foram apresentadas. A segunda denúncia se referia às chamadas “manobras continuistas” de Jango: apregoava-se que a sua proposta de Reforma Constitucional era um artifício para alterar a legislação e passar a permitir a reeleição do presidente da república. A direita temia, assim, que a extensão do voto aos analfabetos, a realização das reformas sociais e o apoio das forças populares e de esquerda, funcionassem como molas propulsoras da reeleição de Jango nas eleições de 1965 (TOLEDO, 2004).

Ao mesmo tempo, Jango não possuía o apoio incondicional de todos os setores da esquerda, o que impediu uma ação conjunta contra o golpe. “Quando Goulart voltou-se para a esquerda, verificou que ela não tinha unidade” (SKIDMORE, 1988, p.41). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) aconselhava prudência, já o Partido Comunista do Brasil (PC do B) era a favor de medidas radicais, mas o seu número de integrantes era reduzido. A maior força entre os esquerdistas eram os chamados jacobinos, nacionalistas combativos, dissidentes do PCB e do

PC do B, que pertenciam à esquerda católica ou à União Nacional dos Estudantes (UNE), sendo estes os que encorajavam o indeciso governo Goulart a tomar medidas mais fortes. Se somado, este conjunto fragmentado de forças não constituía um sério risco à “ordem constitucional” (SKIDMORE, 1989).

Foram os fatos ocorridos em março de 1964, os responsáveis pela acentuação da turbulência política e a consecução do golpe. Em 13 de março, ocorreu o chamado “Comício das Reformas”, ocasião em que Jango discursou para cerca de duzentas mil pessoas. Ocorrido em Guanabara, e considerado por muitos a efetiva guinada de Goulart para a esquerda, deveria ser sucedido por outros comícios nos maiores centros urbanos do país, tendo por finalidade demonstrar o apoio popular às Reformas de Base, além de pressionar o Congresso Nacional para que este aprovasse os projetos encaminhados pelo governo. Toledo (2004) sustenta que o Comício de 13 de março de 1964 pode ser considerado um marco decisivo na história política brasileira. Entretanto, não significou a emergência de um governo nacionalista, democrático e popular, mas sim o último ato da “democracia populista”, visto que a direita se mobilizava cada vez mais em direção ao golpe.

Alguns dias após o Comício das Reformas, ocorreu em 19 de março, a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, organizada por setores da Igreja Católica, das classes média e burguesa, de movimentos femininos, da Sociedade Rural Brasileira e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), além de ter contado com a total colaboração do governo estadual de São Paulo. Seu objetivo foi protestar contra a “penetração comunista no governo e no Brasil”, tendo reunido um número similar ou até superior de pessoas em relação ao Comício de 13 de março (TAVARES, 2015). Segundo o mesmo autor, tal manifestação não gerou maiores preocupações no governo federal, sendo vista como algo natural, fruto da democracia. Jango estava confiante de que não havia motivos para se preocupar com os opositores e que os ministros militares de seu governo estavam firmes no controle de suas armas e na lealdade à Constituição (TAVARES, 2015).

Importante destacar que naqueles anos o presidente da República necessitava não apenas do apoio do Congresso para governar, mas também do apoio militar. Este apoio foi formalmente retirado do governo Goulart uma semana após o Comício das Reformas, por meio do General Castelo Branco, que redigiu um memorando destinado à alta hierarquia do exército, com graves considerações sobre o momento político-institucional do país.

A retirada do apoio militar ao governo Goulart foi sintetizada no seguinte trecho: “os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes

constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei”. Aqui estava a senha para a ofensiva na área militar (TOLEDO, 2004, p. 101).

Entretanto, ainda não existia, entre a alta oficialidade militar, um consenso quanto à deflagração do golpe. A “Revolta dos Marinheiros” foi o episódio que contribuiu para que o referido consenso fosse imediatamente alcançado. Em 25 de março, marinheiros se reuniram na Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, a fim de comemorar o segundo aniversário da entidade não reconhecida pelas autoridades militares. O evento foi também uma oportunidade para realizar uma série de reivindicações, tais como o reconhecimento da instituição, a melhoria da qualidade das refeições servidas a bordo dos navios e quartéis, mudanças no código disciplinar das Forças Armadas e, por fim, solicitar que nenhum dos participantes da reunião fossem punidos. Diante disto, o Ministro da Marinha enviou ao local da concentração, um contingente de fuzileiros navais para prender os manifestantes. Estes, entretanto, para surpresa geral, uniram-se aos revoltosos, insubordinando-se. No dia seguinte, foi ordenado que soldados do Exército invadissem o local da manifestação e realizassem as prisões dos rebelados. Todavia, Jango ignorou a ordem do Ministro da Marinha (que acabou por deixar o cargo), proibindo a invasão do local e, algumas horas depois, os manifestantes foram amistiados. O episódio acirrou ainda mais os ânimos dos militares, sendo considerado como um ato de indisciplina e de quebra de hierarquia: a deposição de Jango estava selada (TOLEDO, 2004).

Não houve, porém, resistência ou lutas. Em 31 de março, as tropas militares de Minas Gerais encaminharam-se em direção ao Rio de Janeiro, obedecendo a ordem do General Mourão Filho, comandante da IV Região Militar. Aguardavam, entretanto, a decisão do Comandante do II Exército, General Amaury Kruel, que hesitava frente à possibilidade de uma ação conjunta contra a I e a III Regiões Militares – naquele momento, acreditava-se que estas se posicionariam a favor da defesa da ordem constitucional. Segundo Tavares (2015), antes de decidir-se a favor da ação militar, Kruel realizou um telefonema a Jango, impondo as seguintes condições para continuar fiel ao governo: a declaração da ilegalidade de entidades consideradas “subversivas”, tais como a UNE e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT); o rompimento com o “sindicalismo pró-comunista”; a declaração pública de Jango de repúdio ao comunismo e aos comunistas; e a punição dos manifestantes que participaram do episódio da Revolta dos Marinheiros. Diante da recusa de Jango, Kruel ordenou que as tropas militares de São Paulo se dirigessem ao Rio de Janeiro, a fim de se reunir com os soldados do General Mourão. Já o I Exército, sob o comando do General Moraes Áncora, mantinha-se leal ao governo, preparando-se para um confronto com as demais tropas. Todavia, a notícia de que Jango preferiu “negociar”

a resistir, somado ao fato do Presidente ter abandonado o Rio rumo à Brasília, fez com que o General Âncora não apenas desistisse do combate, como também passasse para o lado dos conspiradores.

Toledo (2004) afirma que setores militares dispostos a defender a “legalidade” foram dissuadidos por Jango a não se envolverem numa “luta fratricida”. Por outro lado, o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, o Chefe do Gabinete Civil da Presidência, Darcy Ribeiro, e Leonel Brizola tentaram convencer Goulart acerca da necessidade de uma resistência armada, ao que Jango recusou (SKIDMORE, 1989; TOLEDO, 2004). No dia 1º de abril, foi aprovado pelo Congresso Nacional, sem qualquer amparo legal, a declaração de vacância da Presidência da República e três dias depois Jango se retirava para o exílio no Uruguai.

Tavares (2004) defende que a conspiração para derrubar Jango não cessou em 1961, quando este, inicialmente impedido de assumir a presidência, conseguiu tomar posse por ocasião do Movimento da Legalidade, liderado por Brizola. Assim, “o triunfo dos golpistas de 1964 nasceu (ou começou) na derrota dos golpistas de 1961, mas não como fatalidade, e sim como organizada ação de revanche” (TAVARES, 2004, p. 249).

Entretanto, o golpe não teria sido “vitorioso”, sem o fundamental apoio do governo dos Estados Unidos. O mundo vivia o contexto da Guerra Fria (1945-1991), época em que os Estados Unidos e a União Soviética disputavam a hegemonia política, econômica e militar no mundo, conflito que teve origem na incompatibilidade ideológica entre os dois países – enquanto os Estados Unidos seguiam os preceitos capitalistas, a União Soviética seguia o comunismo.

Assim, o “mundo ocidental e cristão” se resguardava da “contaminação comunista”, desconfiando de tudo o que divergisse da política norte-americana e rejeitando/reprimindo reivindicações de caráter social ou voltadas à independência nacional, ao passo que o bloco oriental, com as liberdades públicas suprimidas, desconfiava e rejeitava qualquer tentativa interna de liberalização por temor à “sabotagem capitalista” (TAVARES, 2004).

No Brasil, a conjuntura mundial ajudava a estimular o atraso comportamental da sociedade, sendo que nos anos 60 a dúvida e a desconfiança pairavam frente a tudo o que pudesse romper a monotonia conservadora em questão. Portanto, simples menções à possíveis reformas sociais bastavam para criar um clima de tensão entre as classes dominantes, temerosas de perder o que haviam conquistado.

Neste contexto, os planos conspiratórios para a derrocada de Goulart não teriam atingido os seus objetivos, sem os recursos e a assistência em diversas áreas dos Estados Unidos. Não obstante, contrariando os prognósticos norte-americanos que apontavam para uma prolongada

guerra civil, não houve resistência ou lutas, ao contrário, a direita, representada pelos militares, obteve uma vitória rápida e tranquila.

Iniciava-se, assim, o período mais conturbado da história recente do país, iniciando-se em 1964 e estendendo-se até 1985, quando Tancredo Neves foi eleito indiretamente o primeiro presidente civil desde a derrocada de Goulart. A ditadura civil-militar ocasionou profundas transformações no Estado Brasileiro, prevalecendo, neste período, o extremo controle ideológico, a censura, e todo o tipo de arbitrariedades e violações aos direitos civis da sociedade.

Após a declaração de vacância da Presidência da República, o cargo foi ocupado interinamente pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. No dia 09 de abril, foi emitido pelos militares o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que seria seguido de muitos outros, e ao qual fornecia ao Presidente poderes discricionários para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos.

A primeira lista de cassados continha cento e dois (102) nomes, entre os quais congressistas, militares, governadores, sindicalistas, diplomatas e ministros do governo Jango. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a onda repressiva foi instaurada desde o início, com os comandos militares procedendo a milhares de prisões em todo o país. Houve perseguições violentas, sobretudo, a indivíduos e organizações mais identificados com a esquerda, tais como a CGT, a UNE, as Ligas Camponesas e alguns grupos católicos. Além disso, centenas de inquéritos policiais-militares foram instaurados com o intuito de apurar atividades consideradas subversivas (CNV, 2014).

Um dia após a publicação da lista de cassados, o Congresso, reuniu-se para eleger o novo Presidente. Apesar de alguns nomes de políticos experientes terem sido especulados, a sucessão pertenceu à classe dos militares, sendo decidida nos bastidores. Grande parte dos oficiais, conhecidos como membros da “linha dura”, defendiam que “era imperioso parar o carrossel que vinha girando desde 1945 em que as periódicas intervenções militares eram seguidas pelo rápido retorno dos civis ao poder” (SKIDMORE, 1988, p.47). Deste modo, o General Castelo Branco, um dos coordenadores da conspiração contra Jango, foi o nome escolhido indiretamente pelo Congresso como o novo Presidente, comandando o país do ano de 1964 até 1967.

O fato de ser considerado como moderado, pelas alas militares, não impediu Castelo Branco de tomar inúmeras medidas arbitrárias em seu governo: proibiu atividades políticas por parte de estudantes, decretou o Ato Institucional nº 2 (AI-2), não logrou impedir que militares radicais conquistassem o poder político, ajudou a redigir a Lei de Segurança Nacional, foi

responsável pelo fechamento do Congresso Nacional e limitou a liberdade de imprensa, além de ter sido conivente com a tortura aos opositores do governo (FICO, 2004).

Salienta-se que o Ato Institucional nº 2 foi uma resposta do governo à oposição que sobreviveu aos primeiros expurgos e saiu vitoriosa nas eleições dos estados de Minas Gerais e Guanabara. Entre outras medidas, o referido ato dissolveu todos os partidos políticos e estabeleceu eleições indiretas para Presidente da República e governadores dos estados. Assim, foram definidas as regras a serem seguidas na reorganização partidária, as quais deram origem ao bipartidarismo no Brasil: de um lado o partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e de outro, o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Na prática, entretanto, o bipartidarismo serviu apenas para fornecer, ao governo ditatorial, ares democráticos, visto que o MDB não representava uma ameaça aos seus interesses. Por sua vez, a promulgação do Ato Institucional nº 3 (AI-3) foi mais uma estratégia para o governo se proteger nas eleições futuras, visto que estabelecia que os prefeitos das capitais dos estados e de outras cidades consideradas de “segurança nacional” seriam nomeados pelos governadores.

Do ponto de vista econômico, o governo de Castelo Branco implementou uma série de medidas anti-inflacionárias que atingiram negativamente os trabalhadores assalariados. Houve aumento das tarifas de energia elétrica e telefone e do preço da gasolina e do pão – que eram subsidiados. Os reajustes dos salários passaram a ser feitos com índices inferiores à inflação, as greves foram praticamente proibidas, foi imposta a rotatividade da mão-de-obra e o fim da estabilidade decenal, adquirida após dez anos de serviços prestados ao mesmo empregador (CNV, 2014).

Castelo Branco foi também responsável pela revogação da Constituição de 1946 e pela criação de uma nova Constituição, promulgada, pelo Congresso Nacional, em 24 de janeiro de 1967. Skidmore (1988) comenta que esta era uma síntese dos três atos institucionais e algumas leis correlatas e diferia da Carta Constitucional anterior por estabelecer eleições indiretas para Presidente, aumentar o controle pelo governo federal dos gastos públicos e conferir amplos poderes ao Presidente, em detrimento dos poderes legislativo e judiciário.

Por fim, foi em seu governo que foi instituído o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 13 de junho de 1964, como órgão central da repressão, o qual era responsável por vigiar todos os setores da sociedade e punir severamente quem se opunha ao regime ditatorial. O SNI funcionava a partir da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), dentro do contexto da guerra fria. Segundo Padrós (2007 apud Jacques, 2014), a DSN foi legitimada com a justificativa de proteção da sociedade nacional por meio de um Estado que precisava esconder suas características e essências ditoriais. Para tanto, a DSN destacou a existência de um

“estado de guerra permanente” contra um hipotético “inimigo interno”, que compreendia todo o sujeito ou organização política e social de oposição aos interesses da ordem vigente.

O governo de Castelo Branco foi sucedido pelo do militar radical Artur Costa e Silva, o qual presidiu o país do ano de 1967 a 1969. Este período foi marcado pelo recrudescimento do regime, motivado pelos inúmeros atos de insurgência contra este. A oposição à ditadura ganhava força nas ruas, nas fábricas e nas universidades. A UNE havia retomado suas atividades e o movimento estudantil reivindicava uma série de melhorias no tocante à qualidade do ensino superior no país, que estava aquém até dos padrões sul americanos (SKIDMORE, 1988). Alastraram-se pelas principais capitais do país, manifestações de estudantes, intelectuais e operários. A mais significativa destas ocorreu, em julho de 1968, no Rio de Janeiro, tendo reunido mais de cem mil pessoas. Ao mesmo tempo, greves de operários ocorreram isoladamente, sendo as principais nos municípios de Contagem, em Minas Gerais, e Osasco, em São Paulo, as quais foram violentamente reprimidas.

Os protestos e as greves serviram como pretexto para o governo instaurar o terrorismo de Estado, a ditadura desprovida de disfarces, por meio da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, conhecido como o golpe dentro do golpe. Este consistiu num conjunto de medidas discricionárias que concentrou, quase que inteiramente, o poder nas mãos do Presidente da República. Entre outros aspectos, o AI-5 aprofundou a autorização para as cassações políticas, estabelecendo que o Presidente, sem as limitações previstas na Constituição, poderia suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Suspendeu as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo. Também, suspendeu a garantia do *habeas corpus*, instrumento usado por prisioneiros e perseguidos políticos da ditadura para garantir sua vida e liberdade. Por fim, o AI-5 determinou que os atos facultados ao Presidente não fossem passíveis de recursos legais ou apreciações judiciais (CNV, 2014).

Para Coimbra (2000), foi a partir do AI-5 que a ditadura consolidou a sua forma mais brutal de atuação: o aparato repressivo, em que se silenciava e se massacrava todo e qualquer cidadão que ousasse se opor ao regime ditatorial. É importante destacar que os atos de exceção praticados durante os governos civis-militares eram mostrados à nação como a única maneira possível de proteção de uma liberdade que se opunha a outra espécie de liberdade, a qual poderia conduzir a sociedade brasileira à ruína, pois pregava o desmantelamento da família, do direito de religião, de propriedade, etc. Propagava-se a ideia de que a classe dos militares era a única

que poderia garantir a aplicação da liberdade que se opunha ao comunismo, justamente por estabelecer um controle rígido sobre a política (REZENDE, 2013).

Para Bauer (2012 apud Lopes; Konrad, 2013), os métodos de repressão em países como o Brasil e a Argentina foram sustentados a partir de dois níveis de normatividade aplicados de modo paralelo: o primeiro nível, foi a repressão de caráter público, configurada pelo conjunto de normas sancionadas durante o período da ditadura, já o segundo nível, foi a repressão clandestina, que ocorreu por meio do conjunto de práticas ilegais fundamentadas em ordenamentos elaborados pelas Forças Armadas.

Apesar da brutalidade dos atos de perseguição e de tortura, os movimentos de resistência à ditadura persistiram, sendo que entre estes estavam os movimentos de luta armada. As chamadas guerrilhas emergiram vagarosamente após o golpe de 1964, tendo em vista que a esquerda precisou recolher-se para tentar entender a própria conduta na fase anterior ao golpe de 1964 e os motivos que levaram ao diagnóstico errôneo do cenário político, que culminou na ascendência dos civis-militares ao poder. A promulgação do AI-5 e as manifestações ocorridas em diversas cidades do país mobilizou alguns setores da esquerda, surgindo, assim, as guerrilhas urbanas e rurais.

As guerrilhas eram formadas por dissidentes do PCB, veteranos de grupos trotskistas¹⁰, estudantes e membros da juventude católica, além de militares expurgados de suas corporações no início do governo de Castelo Branco. Segundo Almeida (2014) as ações de luta armada no Brasil transitavam em três áreas de atuação: assaltos, que, sob a ótica dos guerrilheiros, eram operações de desapropriação; justiçamento, que se tratava da execução capital como ato de justiça revolucionária; e os sequestros, que eram realizados como forma de pressão para libertar presos políticos. Apesar de sua relevância no processo histórico de resistência à ditadura, grande parte dos pesquisadores do tema afirma que a luta armada foi combatida e sua atuação não conseguiu ameaçar diretamente a ditadura implantada, tendo servido, inclusive, como uma das justificativas para o endurecimento, cada vez maior, desta.

Por sua vez, a censura também foi utilizada como instrumento governamental de repressão. Foram proibidas críticas aos atos institucionais, às autoridades governamentais ou às Forças Armadas, bem como a veiculação de notícias sobre movimentos de trabalhadores e de

¹⁰ Corrente revolucionária comunista, baseada no pensamento do russo conhecido como Leon Trotski (1879-1940), que defendia, entre outras teses, a revolução permanente, segundo a qual a expansão da revolução deveria ocorrer para além das fronteiras da então União Soviética, sua maior divergência com a corrente stalinista, que pregava o “socialismo em um só país”. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=trotskismo>>. Acesso em: 01 de julho de 2017.

estudantes. Em suma, toda a mídia foi colocada sob a supervisão dos militares (SKIDMORE, 1988).

A sucessão de Costa e Silva foi, por razões fortuitas, atribulada, pois o Presidente sofreu um derrame cerebral e foi substituído por uma junta militar, como solução de transição. Pouco depois, foi escolhido o General Garrastazu Médici para exercer a Presidência, tendo ocupado o cargo de 1969 a 1974.

O governo de Médici foi o mais repressivo e violento dos governos civis-militares. Representante da “linha dura” das Forças Armadas, governou sob o lema da “segurança e desenvolvimento nacionais”. Em meio à fase do chamado “milagre econômico”, dos projetos de impacto como a rodovia Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, cada vez mais o aparato repressivo se aperfeiçoava e se institucionalizava, mesmo após o desmantelamento das guerrilhas. A tortura se tornou o principal meio de repressão, sendo utilizada para obter informações, mas também como forma de dissuasão, de intimidação e disseminação do terror entre as forças de oposição. Segundo a CNV (2014), a repressão atingia, sobretudo, grupos ou instituições que procuravam organizar as classes populares: sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, associações de moradores em bairros pobres e, ainda, o trabalho de padres e religiosos junto a estes mesmos grupos.

Entretanto, os representantes da ditadura insistiam em vender a ideia de que não havia violação de direitos humanos para os cidadãos que acreditavam na compatibilidade de uma suposta democracia com o regime civil-militar. Neste sentido, propagavam que o AI-5, por exemplo, não ameaçava a maioria da população, tendo em vista que esta estava de acordo com os seus dispositivos. Conforme Rezende (2013, p.116), “havia uma nítida separação entre os que aceitavam as regras da ditadura e os que as contestavam. Subtrair alguns direitos de determinados indivíduos era uma forma, diziam eles, de atender aos interesses da maioria”.

Foi no governo de Médici que a atuação do, já citado, SNI conheceu o seu auge, verificando-se a sua militarização. Suas funções e prerrogativas aumentaram de tal modo, que se transformou na quarta Força Armada, tendo sido o órgão de repressão mais importante, dentro e fora do Brasil, com agências em cada Ministério, empresas estatais e privadas, universidades e governos estaduais e municipais (COIMBRA, 2000).

Houve, também, a criação, no ano de 1969, da organização denominada Operação Bandeirantes (OBAN), a qual tinha por objetivo integrar as forças de repressão, combinando forças da polícia com oficiais de segurança das Forças Armadas. Esta contou com o apoio financeiro de setores da sociedade civil, entre os quais empresários ligados à FIESP e empresas multinacionais. Firmas brasileiras também foram pressionadas a contribuir. Skidmore (1988)

afirma que alguns empresários contribuíram com entusiasmo, ao passo que outros, somente sob coação. Há relatos de que comerciantes, por exemplo, com seus filhos presos, sofreram intimidação para contribuir. A partir de meados de 1970, a OBAN se tornou uma estrutura oficial do Exército passando a denominar-se Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Outro órgão que atuou durante o período repressivo foi o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o qual funcionou em diferentes estados do país, tendo surgido a partir da década de 1920 e perdurado até o ano de 1983, quando foi, enfim, desativado. Foi com a ditadura civil-militar que o DOPS experimentou um crescimento considerável, tanto em relação à estrutura do órgão, quanto em relação aos seus agentes, que passaram a trabalhar em conjunto com as Forças Armadas. Carneiro [2014?] aponta que um dos principais objetivos do DOPS foi bloquear a heterogeneidade de pensamento, silenciando – muitas vezes via tortura – os que eram considerados “potencialmente perigosos”. Mais do que isso, o objetivo maior da repressão era manter os grupos subalternos sob os véus da alienação e da acomodação. “As atitudes repressivas da polícia e as consequências nefastas de uma prisão acabaram por gerar diretrizes de comportamento, impondo aos cidadãos o autocontrole e a autocensura” (CARNEIRO, [2014?], p. 01).

A mesma autora afirma que a polícia política desta época sombria da história brasileira, contribuiu enormemente com a chamada domesticação das massas, uma vez que acionava um discurso carregado de estereótipos e estigmas que, propagado pela mídia, contribuía para fortalecer a imagem negativa edificada contra alguns grupos tradicionalmente excluídos.

Ao mesmo tempo, o país vivia sob um clima de ufanismo, visto que Médici transmitiu, estrategicamente, a mensagem de que o Brasil estava velozmente se transformando em potência mundial, graças aos seus dez por cento anuais de crescimento econômico e à intensa vigilância do governo contra os que se opunham a este. Muitos brasileiros compraram este pensamento, acreditando que o crescimento econômico era, de fato, resultado do autoritarismo vigente (SKIDMORE, 1988).

O “milagre econômico”, comandado pelo Ministro da Fazenda Delfim Neto, constituiu-se por ser um período de intensas mudanças no país, com o crescimento do PIB, o surgimento de indústrias de bens de capital e de insumos básicos, a melhoria da infraestrutura e a criação de um novo sistema tributário e financeiro. Todavia, de acordo com Bellingieri (2005?), estes avanços tiveram um alto preço: o gigantesco endividamento do Estado, que havia feito a opção de se financiar por meio da fácil e barata captação de recursos externos. Este modelo de crescimento econômico, obteve resultados satisfatórios até o final da década de 1970.

Entretanto, a partir do momento em que as fontes de recursos externos esgotaram e os encargos da dívida aumentaram, o país quebrou. Paralelamente, a estratégia de crescimento rápido não se converteu em benefícios para as classes trabalhadoras: o país crescia, mas não de forma inclusiva. O desenvolvimento econômico era baseado no arrocho salarial das classes menos favorecidas e no aumento da concentração de renda.

Médici foi sucedido no governo pelo Chefe do Gabinete Militar, o General Ernesto Geisel, que presidiu o país de 1974 a 1979. Com Geisel, o Brasil iniciou, lentamente, a sua caminhada rumo à abertura política. O novo presidente defendia que a sociedade, como um todo, deveria se preparar para o processo político denominado por ele de “evolução do regime”, o qual tinha como prioridade adaptar a população e as instituições a um modo de desengajamento que não quebrasse ou alterasse a estrutura vigente (REZENDE, 2013). Apesar de acenar desde o início com a liberalização do regime, o governo Geisel foi notadamente marcado pela não atenuação da repressão e, por conseguinte, a continuada violação dos direitos humanos.

Com o intento de garantir uma governabilidade mínima e conter os anseios dos membros da “linha dura”, o governo Geisel, ao mesmo tempo, que lançou mão de medidas consideradas liberalizantes, foi responsável por ações extremamente autoritárias. Um exemplo disto, foi a questão dos desaparecidos políticos. No governo Médici, mesmo durante a forte repressão, sabia-se que a maioria dos detidos estaria em alguma das dependências da polícia ou nos quartéis, o que permitia que grupos de direitos humanos no Brasil ou no exterior seguissem o rastro dos presos e tentassem intervir a seu favor. Já o governo Geisel, inaugurou a técnica de “desaparecimento dos suspeitos”. As forças de segurança alegavam que desconheciam a localização dos desaparecidos, frustrando, assim, a possível abertura de inquéritos e fazendo com que as famílias dos presos convivessem com a dúvida e a dor sobre os seus paradeiros.

Dois casos emblemáticos ilustram claramente a repressão sofrida no período em que Geisel governou o país. O primeiro, ocorrido em 1975, se refere ao renomado jornalista Vladimir Herzog, diretor-responsável do Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo e editor de cultura da Revista Visão, que foi acusado de ter ligações com o PCB e foi encontrado morto por enforcamento em uma das celas do DOI-CODI. O Exército divulgou que Herzog havia cometido suicídio, após confessar por escrito que era membro do Partido Comunista. O caso causou comoção nacional visto que ninguém acreditou na versão apresentada pelo Exército (SKIDMORE, 1988). Por três dias, houve greve de estudantes e de professores na USP. O Sindicato dos Jornalistas declarou-se em sessão permanente para exigir a abertura de inquérito e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protestou no mesmo sentido.

O cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, conduziu um serviço fúnebre ecumênico com grande participação popular (CNV, 2014). O segundo caso, ocorrido em 1976, foi o do operário do Sindicato dos Metalúrgicos, Manoel Fiel Filho, que teve a sua morte, dentro das dependências do DOI-CODI do II Exército, também divulgada como suicídio. O médico que assinou o laudo pericial do Instituto Médico Legal, mais tarde, foi punido por falsidade ideológica pelo Conselho de Medicina de São Paulo, ao passo que Geisel, sem consultar o alto comando militar, demitiu o General Ednardo d'Ávila, comandante do II Exército.

Por outro lado, o governo teve que lidar com a crise do petróleo, a qual teve início, quando se descobriu, na década de 1970, que este não se tratava de um recurso natural renovável. Com isso, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) triplicou o seu preço e o Brasil, que importava oitenta por cento do produto, se viu com dificuldades de adquiri-lo, já que o petróleo era um entre os inúmeros itens que o país importava. Para reverter a situação, o governo recorreu às reservas cambiais e aos empréstimos no exterior, aumentando sua dívida externa (SKIDMORE, 1988). Mesmo com essas medidas, a crise do petróleo barrou os altos índices de crescimento que o Brasil vinha apresentando e serviu para que a população principiasse a despertar contra o governo ditatorial.

Assim, alguns setores da sociedade civil começaram a se manifestar contra os abusos cometidos pelo governo e a favor da redemocratização do país. A insatisfação em relação à ditadura, ainda que debilmente, passou a ser mais perceptível. Nas eleições de 1974, o MDB, em detrimento do partido governista, praticamente dobrou sua representação na Câmara. No Senado, o partido também obteve resultados satisfatórios, quase que triplicando o número de cadeiras para senadores. Para Skidmore (1988), os resultados das eleições demonstraram claramente ao governo que a população não apoiava a ditadura.

Neste contexto de insatisfação generalizada, mas ainda contida em relação ao governo, a Igreja Católica e a OAB – que haviam inicialmente apoiado o golpe de 1964 – foram algumas das vozes da sociedade civil que se fizeram ouvir, reivindicando a necessidade de estabelecimento do estado de direito como pré-requisito para a democracia (REZENDE, 2013). Tais instituições não estavam sob a tutela direta dos militares, além de estarem espalhadas por todo o território nacional, o que permitiu que a sua ofensiva contra o Estado autoritário reverberasse pelo Brasil afora.

Entretanto, ainda faltava sensibilizar uma parcela maior da sociedade. A mídia, atingida de modo especialmente severo durante a ditadura, era o instrumento que detinha este poder. Conforme Skidmore (1988), a rigorosa censura sofrida pelos meios de comunicação estimulou a criação de um novo gênero de publicação, o semanário político, sendo que os mais conhecidos

eram “Opinião” e “Movimento”, ambos pertencentes à esquerda. Embora mutilados pelos censores, conseguiram sobreviver à repressão e permaneceram como pontos de encontro, especialmente para os intelectuais. Em 1975, em meio ao seu projeto de liberalização, Geisel retirou a censura do “Estado de São Paulo” e do “Jornal da Tarde”, os quais passaram a noticiar, com maior destaque, a tortura e as violações de direitos humanos cometidos pelas forças de segurança. A partir disso, a opinião pública se tornou mais bem informada e mais facilmente mobilizada. “E essa opinião estava se inclinando maciçamente, especialmente nas cidades, para a oposição, como ficou provado nas eleições de 1974 (SKIDMORE, 1988, p. 369).

No final do ano de 1978, quase no fim do seu mandato, Geisel cumpriu sua promessa de desativar alguns dos elementos da estrutura autoritária do governo através da chamada Emenda Constitucional nº 11. Segundo o relatório da CNV (2014), a mudança mais importante foi a abolição do AI-5, extinguindo, consequentemente, a autoridade do Presidente para colocar o Congresso em recesso, cassar parlamentares ou privar os cidadãos dos seus direitos políticos. Ao mesmo tempo, a emenda inseria novas medidas de emergência na Constituição. Revogava o Decreto-Lei nº 477, que permitia a expulsão de estudantes e professores por motivos políticos. Transferia para o Supremo Tribunal Federal (STF) a responsabilidade de cassar mandatos parlamentares, com base em denúncias enviadas pelo Executivo. Restabelecia o *habeas corpus* para crimes políticos e abolia as penas de morte, prisão perpétua e banimento. Previa ainda o abrandamento das penas previstas na Lei de Segurança Nacional, a diminuição das exigências para a criação de novos partidos e a restauração do voto em separado do Senado e da Câmara na apreciação das emendas constitucionais (CNV, 2014).

O General João Figueiredo, indicado pelo próprio Geisel, recebeu a Presidência da República para um mandato de seis anos a partir de 1979, o qual foi exercido integralmente. Figueiredo foi o último governante militar, sendo que este deu continuidade à abertura política rumo à volta da democracia, iniciada no governo anterior.

Entre as medidas tomadas por Figueiredo visando à liberalização do país, está a sanção da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a qual em seu Artigo 1º, concedeu anistia

a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (BRASIL, 1979).

Esta lei, conhecida como Lei da Anistia, beneficiou quatro mil e seiscentas e cinquenta (4650) pessoas entre presos, cassados, banidos, exilados ou simplesmente destituídos dos seus empregos. Havia, então, cinquenta e dois (52) presos políticos, dos quais dezessete (17) foram imediatamente libertados e trinta e cinco (35) permaneceram à espera de uma análise de seus processos. Entre os exilados que retornaram ao país, e que deram à lei grande simbolismo, estavam alguns nomes identificados como inimigos da ditadura desde o seu início, e cuja participação na vida política do país se estendia por várias décadas: Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes e Francisco Julião (CNV, 2014). Todavia, ficaram excluídos os culpados por “atos de terrorismo e de resistência armada ao governo, os quais foram reduzidos a apenas uns poucos, quando da aplicação da lei (SKIDMORE, 1988).

Muito embora o país caminhasse rumo à abertura política, a partir de 1980, uma série de manifestações terroristas de direita, em oposição à redemocratização, assombraram a população. Em sua maioria, os atos de violência consistiram na explosão de bombas em bancas de jornal que vendiam publicações de esquerda, sendo que, nestes casos, não houve vítimas. Dois episódios, no entanto, tiveram sérias consequências e provocaram imensa indignação. O primeiro, tratou-se do envio de cartas-bombas ao vereador do Rio de Janeiro, Antônio Carlos de Carvalho, do PMDB, e a Eduardo Seabra Fagundes, presidente da OAB. O jornalista José Ribamar de Freitas, chefe de gabinete do vereador, ficou gravemente ferido e Lida Monteiro da Silva, secretária da OAB, foi morta. O segundo se refere à explosão no Riocentro, um local de diversões no Rio, onde seria realizado um evento em benefício das causas esquerdistas. O incidente ocorreu quando um capitão e um sargento do Exército pertencentes ao DOI-CODI, com trajes civis, chegaram no estacionamento do parque e momentos depois, uma bomba explodiu no carro em que ambos estavam matando o sargento e ferindo gravemente o capitão. Skidmore (1988) comenta que o Exército, imediatamente, tentou lançar sobre o caso uma cortina de silêncio, negando qualquer envolvimento. Entretanto, todas as evidências indicavam que os dois militares estavam conduzindo a bomba para interromper o evento e causar pânico no público presente.

Em 1979, o bipartidarismo foi extinto dando lugar a uma nova configuração partidária, compreendendo cinco legendas. A ARENA, o partido do governo, reagrupou-se como Partido Democrático Social (PDS), enquanto a maior parte do MDB aglutinou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Os demais partidos de oposição foram: o Partido Popular (PP), formado por políticos moderados do ex-MDB, liderados pelo senador Tancredo Neves, e dissidentes liberais da Arena, liderados pelo deputado Magalhães Pinto; a legenda do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi disputada por Leonel Brizola, mas acabou

concedida à sobrinha-neta de Getúlio Vargas, a ex-deputada Ivete Vargas; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que acabou sendo fundado por Brizola; e por fim, o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo então sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, o Lula. Para Pasquarelli (2016), o pluripartidarismo foi uma estratégia dos militares para dividir e, consequentemente, manter sob controle a oposição ao governo, visto que os partidos oposicionistas se tornaram menos unidos e coesos.

Antes do pleito indireto que elegeria o sucessor do governo Figueiredo, haveria ainda as eleições municipais, que elegeriam prefeitos e vereadores em 1980, e as eleições estaduais, que elegeriam senadores, deputados federais e estaduais em 1982. Apesar da maioria dos prefeitos e vereadores no país pertencer ao PDS, os governistas receavam uma grande derrota se o pleito municipal ocorresse na data prevista, por isso trataram de adiar as eleições municipais para 1982, associando-as às eleições estaduais, por meio de emenda apresentada pelo Deputado Anísio de Sousa, do PDS, a qual foi aprovada pelo Congresso. Na opinião do governo, o PDS seria beneficiado com a reunião destas votações em um mesmo dia. Já em 13 de novembro de 1980, o governo encaminhou ao Congresso uma emenda de cunho liberalizante, que estabeleceu eleições diretas para governador, que foi aprovada por unanimidade.

Entretanto, com a proximidade das eleições de 1982, o governo novamente tomou medidas extremistas para deter os avanços da oposição. Este proibiu a coligação de partidos, estabelecendo, assim, a vinculação de votos. Em outras palavras, o eleitor foi obrigado a escolher a chapa integral de um único partido para os cargos de governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador. Qualquer discrepância – um voto em candidato de outro partido – implicaria anulação do voto. Com essas medidas, se tornou praticamente impossível a formação de uma maioria oposicionista (CNV, 2014).

Mesmo com o controle rígido por parte do governo do processo político, iniciou-se em 1984 um movimento de massas jamais visto antes na história do país, que lutou pelo fim do regime civil-militar e exigiu eleições diretas para presidente, reunindo milhões de pessoas em todo o Brasil.

Era o ressurgimento do espírito cívico com uma dimensão sem precedentes, acrescendo que nenhum candidato estava pedindo voto para si mesmo. Ao contrário, o objetivo era restaurar o *direito* de voto. Era uma dramática mensagem da sociedade civil que firmemente reconquistava a sua voz (SKIDMORE, 1988, p. 472, grifo do autor).

Contudo, a campanha pelas “Diretas Já!” não logrou o êxito esperado. As eleições diretas para presidente dependiam da aprovação, pelo Congresso, da Emenda Dante de Oliveira. Esta foi rejeitada pelos congressistas por uma diferença de vinte e dois (22) votos, mostrando, mais uma vez, a enorme distância entre as vozes das ruas e a classe política e gerando grande frustração na população brasileira.

A sucessão ao governo Figueiredo ocorreu, então, por meio de votação do Colégio Eleitoral. Os candidatos do governo, pelo PDS, foram Paulo Maluf, para presidente, e Flávio Marcílio, para vice-presidente. A oposição se reuniu por meio da chamada Aliança Democrática, uma coligação entre o PMDB e o Partido da Frente Liberal (PFL), formado por dissidentes do PDS, que não concordavam com a candidatura de Maluf. Os candidatos, pela Aliança Democrática, foram Tancredo Neves, do PMDB, para presidente, e José Sarney, ex-presidente do PDS, para vice-presidente (CNV, 2014).

Assim, no dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu por quatrocentos e oitenta (480) votos, os candidatos da oposição, Tancredo e Sarney, ao passo que os candidatos do governo receberam apenas cento e oitenta (180) votos, além de ter ocorrido dezessete (17) abstenções e nove (09) ausências. A campanha pelas Diretas, apesar de não ter conseguido obter o que buscava, disseminou pelo país o clamor pela democracia, de tal forma que a ditadura se viu isolada, a ponto de o governo não conseguir emplacar o seu sucessor na presidência.

Pela primeira vez, desde 1964, o Brasil seria governado por um presidente civil. Na figura pública de Tancredo Neves, estavam depositadas as esperanças de um novo país. Entretanto, a morte do presidente eleito e a posse de Sarney, em seu lugar, deram à transição política um caráter inesperado e dramático.

Como legados principais da ditadura civil-militar, podem ser citados a crise econômica, com o endividamento externo, o aumento da inflação e do desemprego e o fraco desempenho do PIB. Ademais, muitas foram as cicatrizes infligidas pelos anos de forte repressão e o cerceamento da liberdade de expressão. Sem dúvida, a sociedade brasileira, nos anos que se seguiram, teve que repreender a conviver com a democracia.

Este subcapítulo apresentou os fatos políticos que antecederam ao golpe de 1964 e como sucederam os governos civis-militares desde então. No subcapítulo seguinte, irá se abordar como a ditadura atingiu as universidades e as mudanças no Ensino Superior com a Reforma Universitária de 1968.

6.2 OS REFLEXOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NAS UNIVERSIDADES

A ditadura civil-militar teve forte repercussão sobre as instituições de ensino superior brasileiras, sendo que estas foram umas das mais atingidas pela violência do aparato militar. Durante os anos que se seguiram ao golpe, estudantes, professores, pesquisadores e outros profissionais foram vítimas de torturas, assassinatos, perseguições e expurgos. Ainda assim, foi entre os seus muros que se forjou um dos maiores redutos de contestação e resistência ao governo ditatorial, o que fez com que a comunidade acadêmica se tornasse um dos alvos preferenciais da repressão.

O relatório da CNV (2014) aponta que o contexto repressivo nas universidades se caracterizou por atos normativos que culminaram em afastamentos e demissões de professores e funcionários, de um lado, e de estudantes, por outro, sendo que boa parte destes eram vinculados a alguma organização política¹¹. Também, ocorreram no período, segundo o mesmo relatório, inúmeras invasões nestas instituições, além de projetos, linhas de pesquisas, cursos e grupos que foram afetados e, muitas vezes, banidos do sistema, além do controle e da censura de livros e publicações, o que assinala como foi a política repressiva da época.

Logo após o golpe civil-militar, o ambiente universitário em todo o país esteve bastante agitado. Nas primeiras semanas que se seguiram à instauração do regime, as aulas nas universidades foram suspensas e foi colocada em prática a chamada Operação Limpeza, em que ocorreram os primeiros afastamentos sumários dos apoiadores do governo deposto, entre estes nacionalistas de esquerda, comunistas e socialistas. Jacques (2014) avalia que não é possível estabelecer o percentual de professores e estudantes universitários que foram atingidos neste primeiro momento, entretanto, é certo que muitos foram detidos, inclusive por tentativas de resistência, como foi o caso da faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Um meio amplamente utilizado pelos militares como forma de coação e amedrontamento no meio acadêmico foi a instauração de Inquéritos Policial-Militares (IPMs). Estes foram criados para minar as supostas atuações subversivas e se tornaram reduto de ação dos militares da linha dura, interessados em radicalizar as medidas repressivas. Os oficiais na

¹¹ A CNV enviou ofícios aos Reitores de universidades públicas solicitando listas com nomes completos de todos os professores, servidores e funcionários cassados, aposentados compulsoriamente, mortos ou desaparecidos por motivação política referente ao período de 1964 a 1985. A UFSM respondeu ao ofício, informando que durante a ditadura civil-militar dois professores e dois funcionários do seu quadro foram expurgados.

direção dos IPMs não tinham o poder de condenar ou demitir, seu papel era fazer investigações e remeter suas conclusões ao Judiciário. Todavia, agiam arbitrariamente, a fim de tentar criar fatos consumados, aterrorizar inimigos e obter publicidade para a causa. Ainda assim, conforme Motta (2014a), os IPMs causaram menos danos do que as comissões de sindicâncias instaladas nas universidades, as quais foram efetivamente responsáveis por grande parte dos expurgos ocorridos.

Após o restabelecimento das aulas, algumas universidades passaram a contar com tutores militares, ao passo que outras, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) tiveram a presença de soldados do Exército a fim de garantir a voltas às aulas dentro da normalidade pretendida pela ditadura. Houve, ainda, casos em que professores colaboraram com o novo governo, aproveitando-se para progredir em suas carreiras dentro da academia. Ao mesmo tempo, os expurgos abriram vagas dentro dos quadros docentes das universidades e tais vagas foram preenchidas, preferencialmente, por aqueles que se dispuseram a colaborar com o sistema instituído (MOTTA, 2014a).

A Operação Limpeza também foi responsável pelo afastamento de alguns dos dirigentes universitários, especificamente os que se identificavam com a ideologia esquerdistas ou os que se opuseram à implementação das ações repressivas. Chama a atenção o caso da Universidade de Brasília (UnB), que teve o Reitor Anísio Teixeira e o Professor Almir de Castro demitidos, além da extinção do mandato de todos os integrantes do seu Conselho Diretor. O fato gerou protestos diversos: professores e coordenadores, em solidariedade aos colegas demitidos, pediram coletivamente a renúncia de seus cargos e estudantes declararam-se em greve por tempo indeterminado, o que acarretou na prisão de alguns dos envolvidos. Jacques (2014), porém, infere que a maioria dos dirigentes universitários à época era favorável ao governo golpista, tendo em vista que de um universo de vinte e cinco (25) universidades públicas, apenas seis (06) tiveram seus dirigentes afastados.

Mas, era do movimento estudantil que os militares acreditavam vir as maiores ameaças ao Estado de exceção. Os estudantes, representados por entidades como a UNE, haviam adquirido prestígio e influência junto aos cenários político e cultural do país, tendo grande capacidade de mobilização social. Neste sentido, uma das primeiras iniciativas do governo militar no sentido de silenciar o movimento estudantil foi a promulgação da Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, a qual colocou na ilegalidade a UNE e instituiu como forma legal de representação estudantil o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), o Diretório Acadêmico (DA), a nível de cada curso de graduação, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), no âmbito das universidades. A Lei ainda vedava, por

parte dos referidos órgãos de representação, qualquer tipo de contestação ao governo, além de determinar que os dirigentes universitários fossem responsabilizados caso tolerassem ou se omitissem em relação ao não cumprimento da Lei.

Uma das principais pautas do movimento estudantil, à época, era a Reforma Universitária, principalmente a problemática questão envolvendo o ingresso no ensino superior público. O sistema de ingresso às faculdades e universidades públicas no Brasil principiou a defasar-se a partir do final da década de 1950, com a oferta de vagas inferior à demanda existente de candidatos, apesar da expansão do número de instituições de ensino superior. Skidmore (1988) comenta que era grande a pressão dos estudantes, inclusive os secundaristas¹², para se matricularem em universidades públicas, já que a realização de um curso superior abria caminhos para a mobilidade e ascensão social e as universidades particulares cobravam mensalidades altas.

Neste contexto, passada a primeira fase dos grandes expurgos, os estudantes voltaram às ruas em protestos e passeatas, sob o comando da UNE que passou a funcionar na clandestinidade, e tendo como reivindicações principais a Reforma Universitária, a luta contra a privatização do ensino superior e a repressão. Tais manifestações se intensificaram a partir de 1966, o que conferiu aos estudantes o papel de protagonistas em relação à oposição ao governo, colocando-os como foco principal das agências de informação e segurança. Com o endurecimento do regime civil-militar, a perseguição aos estudantes aumentou exponencialmente, o que culminou na expulsão de muitos das universidades, ao passo que outros abandonaram seus cursos para se dedicar à resistência, tanto nas atividades políticas, quanto, mais tarde, nas guerrilhas (JACQUES, 2014).

A edição do AI-5, no governo Costa e Silva, inaugurou o segundo ciclo repressivo. Segundo Motta (2014a), este se tratou de uma resposta às demandas dos grupos radicais de direita, que entendiam que a “limpeza” iniciada em 1964 tinha sido interrompida e incompleta, sobretudo nas universidades. De acordo com estes grupos, a falta de rigor nas retaliações teria estimulado a reorganização dos grupos de esquerda, que se tornaram mais ousados e contestadores, principalmente ao longo de 1968, quando entraram em confronto direto com as forças de repressão.

O objetivo do AI-5 foi claramente instaurar um clima de terror entre os que se opunham ao governo, ao mesmo tempo em que abriu caminho para o governo implementar a Reforma Universitária, conforme os seus parâmetros, isto é, arbitrariamente. Assim, as universidades

¹² Os estudantes secundaristas correspondem, atualmente, aos estudantes que estão cursando o Ensino Médio.

foram mais uma vez duramente atingidas, com uma nova leva de expurgos contra docentes e estudantes universitários. Desta vez, porém, até mesmo alguns dos professores que apoiavam o regime ditatorial criticaram a intensidade da repressão, pois havia o entendimento que a saída de cientistas, prejudicaria a qualidade do ensino e da pesquisa nestas instituições.

O governo, entretanto, continuou a criar mecanismos para consolidar as bases do seu aparato repressivo, visando o cerceamento dos movimentos sociais e a repressão a todos os que questionassem o seu modelo de dominação. Desta forma, foi promulgado o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que colocou na ilegalidade as manifestações públicas de educadores, funcionários e alunos. Motta (2014a) afirma que o referido Decreto foi uma das formas de repressão mais draconianas produzidas no regime, tornando-se um dos símbolos da ditadura. Embora funcionários e professores também pudesse ser punidos, foi um instrumento legal criado especialmente para desestruturar a organização estudantil, visto que as infrações previstas remetiam a práticas de militância estudantil, sobretudo nos anos de 1967 e 1968. Entre outras sanções, o Decreto determinava, além do desligamento dos estudantes das faculdades, a proibição de se matricular em outras instituições de ensino superior e também apenas um tipo de recurso, que servia para piorar as chances do acusado, já que no caso de uma absolvição, esta teria que ser ratificada ou não pelo Ministro da Educação.

O relatório da CNV (2014) pondera que é difícil precisar o número exato de punidos pelo Decreto-Lei nº 477. Alguns dados divulgados por diferentes órgãos do governo civil-militar apresentaram números ilusórios, com alta quantidade de expurgos, que contrastaram com outras estimativas, como a do Projeto Brasil: nunca mais, que levantou o número de duzentos e quarenta e cinco (245) atingidos pelo Decreto no decorrer de seus dez anos de vigência. Apesar deste número ser relativamente baixo se comparado com o número de estudantes matriculados à época¹³, é preciso ressaltar que o principal objetivo de dispositivos legais como o AI-5 e o Decreto-Lei nº 477, foi a criminalização dos movimentos de resistência. Como salienta Lira (2010), a ditadura ampliou a agressividade contra tais movimentos levando a questão social para o campo do direito penal, sendo este uma forma ainda mais brutal de atingir o indivíduo e desmobilizar grupos organizados.

Outro mecanismo de controle interno das universidades, empregado pelos militares, foi a criação das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs). Estas integravam o já mencionado Serviço Nacional de Informações (SNI), cuja estrutura se ramificava através de agências setoriais: as Divisões de

¹³ Motta (2014a) afirma que no ano de 1969 havia trezentos mil estudantes universitários no Brasil, ao passo que em 1973, o número de universitários passava de setecentos mil.

Segurança e Informações (DSI), instaladas em cada um dos ministérios e suas subdivisões, as referidas ASIs/AESIs, criadas em cada um dos órgãos públicos e autarquias federais. Para Motta (2014a), a DSI do Ministério da Educação (MEC) foi uma das maiores e mais importantes, graças à vigilância sobre as instituições de ensino superior. Desde sua criação, em 1967, o Ministério passou a recomendar a nomeação de “elementos de ligação” que fizessem a comunicação entre as universidades e o Ministério. Entretanto, somente após a aprovação do Plano Setorial de Informações do MEC, é que as ASIs/AESIs foram criadas oficialmente, quando a própria DSI/MEC enviou ofício às universidades solicitando que houvesse, dentro do prazo de dez dias, nomeações para os Chefes das AESIs¹⁴.

O maior objetivo das Assessorias era a produção de informação e contrainformação. Os documentos disponíveis sobre esses órgãos mostram dois focos principais de ação: a monitoração do movimento estudantil e a triagem de professores e funcionários (CNV, 2014). Em outras palavras, tinham como propósito o levantamento de dados sobre alunos, professores, servidores e alunos, bem como de seus movimentos políticos, como greves, invasões, manifestações, associações de turmas e adesão a partidos políticos. Motta (2014a) ao fazer uma análise sobre a existência das ASIs/AESIs nas universidades, afirma que

nas listas dos órgãos do Sistema Setorial de Informações e Contrainformações do MEC aparecem ASIs em todas as universidades federais existentes nos anos 70: Fundação Universidade do Amazonas, federais do Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Rural de Pernambuco, Espírito Santo, Goiás, Brasília, Mato Grosso e Santa Catarina. No Paraná, havia ASI na federal, mas também nas estaduais de Londrina e Maringá. Nas universidades paulistas, estado com fraca presença de órgãos federais, só havia ASI na USP e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). No Rio Grande do Sul havia ASI na UFRGS e nas federais de Santa Maria e Pelotas. Em Minas Gerais, além da UFMG, existia ASI na Ufop¹⁵, UFV¹⁶, UFJF¹⁷ e UFU¹⁸, e, também, nas faculdades federais de Diamantina e de Uberaba, além da Escola Técnica Federal de Minas Gerais (ETFMG). No estado do Rio de Janeiro havia doze ASIs subordinadas à DSI/MEC, entre elas as da UFRJ, UFF¹⁹, UFRJ²⁰ e mais outras ligadas a subdivisões do MEC (...). No total, havia aproximadamente trinta e cinco AESIs universitárias e cerca de quinze ligadas a outros setores do MEC (MOTTA, 2014a, p. 200)

¹⁴ A princípio, o referido órgão foi denominado como Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), com o termo “Especial” em sua nomenclatura oficial. Foi a partir de 1975, que a denominação oficial passou a ser Assessoria de Segurança e Informações (ASI), segundo Jacques, 2014.

¹⁵ Universidade Federal de Ouro Preto

¹⁶ Universidade Federal de Viçosa

¹⁷ Universidade Federal de Juiz de Fora

¹⁸ Universidade Federal de Uberlândia

¹⁹ Universidade Federal Fluminense

²⁰ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Na UFSM, a ASI/AESI²¹ foi criada como órgão executivo da Administração Superior, por meio da Resolução do Reitor nº 017/1978²², na gestão do Reitor Derblay Galvão, encerrando suas atividades apenas em 1986, na gestão do Reitor Gilberto Benetti. Segundo Jacques (2014), para os militares, a UFSM tinha uma importância estratégica por estar localizada em uma cidade que historicamente sempre foi militarizada, com o segundo maior contingente militar do país. Por isso, a vigilância e a interferência dos órgãos de informação sobre a comunidade universitária, principalmente no que tange ao movimento estudantil se tornou de suma importância. Neste sentido, os documentos da AESI/UFSM são fontes documentais que ajudariam a esclarecer os acontecimentos relacionados à ditadura que ocorreram na instituição.

Após o encerramento das atividades da AESI, os documentos produzidos durante os anos de sua existência não foram localizados nos arquivos da instituição. Como já mencionado, em 1986, quando a Assessoria foi extinta, não havia dentro da estrutura da UFSM um órgão responsável pela implementação de políticas arquivísticas, fato que só ocorreu em 1990, quando da criação do Departamento de Arquivo Geral. Portanto, não havia, à época, um setor que se responsabilizasse pelo recolhimento dos documentos deste e de outros órgãos da Universidade.

Motta (2014b), em entrevista ao Jornal “O Globo”, comenta que, no ano de 2006, o Arquivo Nacional fez um esforço para reunir todo o material da comunidade de informações espalhado pelos órgãos públicos. O que se verificou é que, no âmbito geral, os arquivos das ASIs/AESIs universitárias são bastante precários, sendo que muitos foram destruídos, inclusive por ordem dos Reitores entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

Para Lopes e Konrad (2013), a documentação produzida pela ditadura civil-militar no Brasil, por meio do seu aparato repressivo, tem muito a revelar sobre este período da história do país. “Para que a memória seja reconstruída, para que a verdade seja revelada e a justiça seja feita, existe um vasto acervo documental ainda pouco explorado pelos pesquisadores que atualmente são conhecidos como arquivos da repressão” (LOPES; KONRAD, 2013, p. 10).

A partir desta percepção, foi criada na UFSM, em junho de 2015, a Comissão “Paulo Devanier de Lauda” de Memória e Verdade, cujo nome é uma homenagem ao ex-professor do Curso de Medicina da Universidade e ex-prefeito de Santa Maria que foi cassado pelo AI-1. Com a missão e o desafio de trazer à tona como se deu o processo de repressão na Universidade,

²¹ Encontrou-se as duas denominações (ASI e AESI) em alguns dos documentos institucionais que fazem referência à Assessoria na UFSM.

²² Disponível no site da UFSM, no link: <<https://portal.ufsm.br/documentos/documento.html?id=5749748>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

esta segue o caminho do que foi realizado em outras universidades brasileiras que também criaram suas Comissões da Verdade, como as universidades de Brasília (UnB), de São Paulo (USP), a Federal da Bahia (UFBa), a Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A Comissão da Verdade da UFSM conta com onze (11) membros titulares e cinco (05) membros suplentes que representam os três segmentos acadêmicos a partir de indicações do DCE, da Associação de Servidores da UFSM (ASSUFSM) e da Seção Sindical dos Docentes da UFSM (SEDUFSM), além de representantes do Conselho Universitário (CONSU), da OAB, do Comitê Santa-mariense pelo Direito à Memória e à Verdade e de representantes dos Cursos de Arquivologia, Direito e História.

Após dois anos de trabalho²³, a Comissão da Verdade da UFSM obteve depoimentos importantes sobre como se deu o funcionamento da repressão na Universidade, entre estes do ex-Professor da UFSM Eduardo Rolim, também expurgado do quadro de funcionários da Universidade, e de Lyz Lauda, filha de Paulo Lauda. O que se sabe até o momento é que, de fato, haviam espiões infiltrados nas salas de aulas e entre docentes e funcionários da Universidade. Também se constatou que, em Santa Maria, não houve registros de violência física cometida pelo governo, tais como em outras partes do país, onde se têm inúmeros casos de tortura física, sequestros e desaparecimentos. A prática repressiva frequente por aqui era a tortura psicológica, com longos e repetitivos interrogatórios, cujo objetivo era fazer com que o depoente caísse em contradição.

O trabalho da Comissão também se concentrou na busca da documentação produzida pela ASI/AESI junto aos arquivos da UFSM. Diante da não localização destas fontes, foi realizada uma solicitação junto à Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que sucedeu o SNI, para que os referidos documentos se encontrados, possam ser enviados à Comissão da Verdade, uma vez que existe a possibilidade de estes terem sido encaminhados ao SNI, quando do encerramento de suas atividades, em 1986.

Voltando ao âmbito nacional, uma vez que o controle interno e a repressão sobre as universidades estavam sendo estabelecidos gradativamente, o governo civil-militar tratou de dar início ao processo de modernização do ensino superior brasileiro. A Reforma Universitária, uma das principais reivindicações dos estudantes, estava na agenda política do governo por ser uma forma deste angariar certo respaldo junto à sociedade, buscando, por exemplo, uma

²³ Informações retiradas do site da SEDUFSM, em notícia intitulada “Comissão da Verdade da UFSM avalia os quase dois anos de trabalho”, publicada em 13 de abril de 2017. Disponível em: <<http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=4494>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

alternativa para o problema da falta de vagas no ensino superior. Evidentemente, a reestruturação empreendida pelo governo ocorreu à sua maneira, isto é, de forma autoritária e conservadora, sem a participação da comunidade universitária no processo.

Para levar adiante o seu projeto de modernização do ensino superior, os civis-militares contaram, mais uma vez, com os Estados Unidos. O objetivo dos norte-americanos ao “auxiliar” o Brasil em seu projeto de reestruturação foi impedir, dentro do contexto da Guerra Fria, que a juventude se tornasse atraída pelos ideais comunistas, sendo que, para tanto, era necessário valer-se da educação como meio de incutir nas mentes da juventude o “perigo” representado pelo comunismo. Sob esta perspectiva, a chave para que o Brasil permanecesse uma “sociedade livre” e um “amigo próximo” dos Estados Unidos estava no ensino superior, pois o que os brasileiros pensariam nas gerações seguintes, dependeria dos professores universitários, visto serem estes os formadores dos dirigentes e dos futuros mestres do país (CUNHA, 2007).

Assim, em março de 1964, antes mesmo da efetivação do golpe, consultores norte-americanos desembarcaram no Brasil com o intento de realizar um diagnóstico sobre o ensino superior brasileiro e apontar meios para que a *United States Agency for International Development* (Usaid)²⁴ pudesse adequar sua estratégia geral de assistência ao ensino superior do país. Segundo Cunha (2007), o relatório organizado pelos consultores elencou uma série de inadequações do sistema de ensino vigente, entre as quais: instituições de ensino em completa falta de sintonia com a sociedade da época; a existência de currículos rígidos; professores que dedicavam poucas horas por semana à universidade; a precariedade dos laboratórios; a escassez de livros e materiais didáticos; bibliotecas pequenas e mal organizadas; edifícios mal utilizados; e, finalmente, as condições de ingresso que de tão severas, não chegavam a completar as vagas.

Por outro lado, era perceptível a fragilidade do MEC nos anos iniciais do governo civil-militar, assim como a indefinição e a falta de clareza quanto às políticas que seriam adotadas para o ensino superior. Motta (2014a) observa que o período de 1964 a 1967 foi uma fase de espera e ansiedade em relação aos rumos que a ditadura iria adotar, se haveria ou não a Reforma Universitária e que natureza esta teria. O ano de 1968, foi o momento de decisão, quando em meio ao aguçamento da crise política, o comando militar decidiu-se por implementá-la efetivamente. Diante deste quadro e frente ao propósito de estreitar, cada vez mais, relações com os Estados Unidos, os civis-militares receberam de bom grado as iniciativas de auxílio de recursos financeiros, humanos e técnicos vindos dos norte-americanos.

²⁴ Em tradução livre: “Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional”. Criada em 1961, tinha por objetivo gerenciar projetos financiados pelos Estados Unidos em outros países, particularmente os da América Latina, atuando não apenas na área da educação, mas também na agricultura, saúde, economia, entre outras.

Assim, foram firmados diversos acordos entre o governo brasileiro e os Estados Unidos, os quais ficaram conhecidos como Acordos MEC-Usaid, que previam, entre outros aspectos, a disponibilização de quantias significativas de recursos financeiros, através de empréstimos ou doações, para a efetivação da modernização das universidades. Estes acordos tiveram grande impacto no ensino superior, ao mesmo tempo em que despertaram controvérsias e resistências que geraram significativa repercussão pública. Motta (2014a) recorda que a presença estrangeira na educação brasileira é bem anterior à Guerra Fria. O que justifica a indignação causada pela presença da Usaid foi a implicação do envolvimento oficial do governo de outro país na educação brasileira, levado, evidentemente, por interesses próprios e não por filantropia.

Entre os acordos firmados, o principal e mais polêmico foi assinado em junho de 1965 e tinha por propósito planejar as mudanças que ocorreriam no ensino superior nos próximos cinco anos, visando à rápida expansão do sistema e à melhoria dos seus fundamentos. Para tanto, foi formada uma comissão com a presença de cinco membros brasileiros e cinco membros norte-americanos. Houve também um projeto para a melhoria dos cursos de licenciatura oferecidos nas faculdades de filosofia, que tinham o papel estratégico de formar professores para o ensino básico, e outro para apoiar a educação industrial ou vocacional, dirigindo-se aos cursos técnicos dedicados a formar mão de obra para a indústria. Um outro acordo, previu a tradução e publicação de livros-textos norte-americanos a serem utilizados nos cursos universitários. Por fim, houve o projeto, considerado o mais bem-sucedido entre todos, que correspondeu ao projeto de modernização da administração universitária, com a capacitação de técnicos para transformar as reitorias e seus órgãos auxiliares em exemplos de gestão (MOTTA, 2014a).

Neste contexto, a Reforma Universitária foi implementada, por meio da Lei nº 5.440, de 28 de novembro de 1968, no governo do General Costa e Silva, sob a gestão de Tarso Dutra no MEC. A referida lei estabeleceu as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e foi seguida pelo Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969, que estabeleceu normas complementares a esta.

Ao analisar as implicações da Reforma Universitária no país, pode-se afirmar que a mesma produziu efeitos positivos e negativos. Martins (2009) defende que a Reforma proporcionou a modernização de grande parte das universidades federais, que incorporaram gradualmente as modificações propostas. Foram criadas condições propícias para que as instituições passassem a articular as atividades de ensino e pesquisa, algo raro até então. As cátedras vitalícias foram abolidas com a introdução do regime departamental. A carreira acadêmica foi institucionalizada, sendo que a legislação pertinente acoplou o ingresso e a

progressão docente à titulação acadêmica. Por fim, criou-se uma política nacional de pós-graduação, conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal.

A Reforma também alterou a forma de ingresso ao ensino superior, que era uma demanda antiga dos estudantes. Cunha (2007) afirma que a Lei nº 5.440 estabeleceu a unificação dos vestibulares por instituição, abolindo as provas por faculdade ou área específica de conhecimento. O novo sistema passou a basear-se em uma seleção universal, a partir de provas de conhecimento sobre as disciplinas obrigatórias correspondentes ao atual ensino médio. Outra novidade foi a introdução do sistema classificatório, o qual tinha por objetivo erradicar o problema do excedente de vagas, tendo em vista que o simples aumento de vagas não garantiria o fim do problema. Houve uma mudança semântica que trouxe implicações importantes: o termo “exame” foi substituído por “concurso”, o que significou que deixariam de existir candidatos aprovados ou reprovados. Estes passariam a ser ordenados conforme o seu desempenho, o que impediria que determinado curso não tivesse suas vagas preenchidas por insuficiência de candidatos com boas notas.

Ainda assim, o problema do ingresso nas instituições públicas de ensino superior não foi solucionado por completo e a nova forma de acesso acabou favorecendo a ampliação da rede privada de ensino. O governo, na verdade, conteve o aumento de vagas no ensino público e liberou a criação de cursos e vagas nas faculdades e universidades particulares. O resultado disto foi a admissão da elite ao ensino público superior, enquanto que os menos favorecidos foram “empurrados” para o ensino privado que carecia, em grande parte, de qualidade e cujo principal objetivo era a obtenção do lucro econômico (MARTINS, 2009).

A Reforma também gerou outras críticas, inclusive pela forma como o processo foi conduzido. Pode-se dizer que a modernização universitária foi um assunto de gabinete, definida por uma comissão mista de dez membros, cujas recomendações não foram colocadas a público para debate. Professores e alunos, que eram os principais interessados no tema, não participaram da sua elaboração, ao passo que os meios de divulgação de massa só serviram para divulgar os resultados da Reforma (LIRA, 2010). Entretanto, é válido lembrar que a falta de diálogo com a sociedade na implementação da Reforma Universitária não foi algo isolado, visto ter sido uma característica de todos os governos civis-miliares.

Outro ponto que gerou divergências, foi a concepção tecnicista que marcadamente norteou a Reforma e que seguia o modelo norte-americano, sem levar em conta a realidade nacional. “Com a modernização do ensino superior pretendia-se colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizado nas formas estatal e privada multinacional” (CUNHA, 2010, p. 287).

Assim, a educação passou a estar, exclusivamente, à serviço do mercado de trabalho, o que significa dizer que o sistema educacional deveria preparar a força de trabalho para o sistema produtivo.

Outrossim, cabe destacar que um dos maiores temores provocados pela modernização imposta pelos civis-militares, foi a possível organização das universidades em fundações, o que era visto como um caminho para a sua privatização. Ao mesmo tempo, o governo sinalizou a possibilidade de passar a cobrar mensalidades dos estudantes de renda alta, medida que poderia ser estendida a todos os demais, posteriormente. Motta (2014a), entretanto, pondera que tais temores não vieram a se concretizar, em parte, devido ao medo da repercussão negativa que estas decisões teriam sobre a opinião pública, especialmente, sobre o movimento estudantil.

De modo geral, pode-se afirmar que embora a Reforma Universitária tenha atendido alguns dos interesses de estudantes e professores, esta se deu de forma predominantemente autoritária, num ambiente de repressão e de controle interno, e o que é mais importante, sem a participação da comunidade universitária em sua concepção.

Por fim, ressalta-se que a intervenção do governo no meio acadêmico se deu também por outras formas, que não a repressão e o controle interno exercido pelos órgãos de informação. São exemplos disto o estabelecimento do Projeto Rondon²⁵ e a criação da disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros. Quanto ao Projeto Rondon este teve por objetivo o deslocamento de estudantes e professores para áreas isoladas do país, a fim de realizar práticas assistenciais voltadas às populações carentes destas regiões. A intenção oculta, entretanto, foi atrair os jovens universitários, utilizando-se do idealismo e patriotismo em prol da causa nacionalista militar (MOTTA, 2014a). Já o estabelecimento da disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB) foi outro meio empregado nas universidades para difundir os valores da ditadura civil-militar, tal como se verá no subcapítulo a seguir.

6.3 A DISCIPLINA DE ESTUDOS E PROBLEMAS BRASILEIROS (EPB)

A disciplina intitulada de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB) foi a denominação utilizada para estabelecer a Educação Moral e Cívica (EMC) no âmbito do ensino superior, sendo oferecida obrigatoriamente nas universidades como componente curricular e prática

²⁵ O DAG dispõe do instrumento descritivo “Inventário documental do Fundo Coordenação do Campus Avançado de Roraima – Projeto Rondon” que reúne a descrição dos documentos referentes à participação da UFSM no Projeto Rondon. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/dag/images/Inventario%20documental%20Fundo%20Projeto%20Rondon%201968%201985.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

educativa, passando a ser mais uma das inúmeras intervenções realizadas pelos civis-militares na educação durante a ditadura.

A Escola Superior de Guerra (ESG)²⁶ foi a principal defensora da inserção obrigatória da referida disciplina no ensino, segundo Cunha (2010). Todavia, sua implementação encontrou ressalvas no interior do próprio governo. Durante quatro anos, o Conselho Federal de Educação (CFE) promoveu uma espécie de política de procrastinação passiva diante da pressão para a inserção nos currículos escolares da EMC, driblando pressões que vinham diretamente do Ministério da Guerra. Após o recrudescimento do regime com a promulgação do AI-5, a resistência à inserção da EMC nos currículos, de caráter legalista e pedagógico, caiu diante da pressão dos membros da linha dura.

No entanto, autores como Cunha (2010), Mancebo (2011) e Lerner (2016) salientam que iniciativas de criação da EMC no ensino superior surgiram antes mesmo da implantação da ditadura e, por conseguinte, fora do campo ideológico que estigmatizou a disciplina. Desde a Primeira República (1889-1930), o ensino da moral e do civismo esteve presente no currículo escolar brasileiro ora como disciplina, ora como prática educativa, ou ainda, como conteúdo de disciplinas consideradas conexas como Filosofia, Religião, História e Geografia, entre outras.

Neste sentido, Lerner (2016) aponta que em momentos de grande instabilidade social e política, tal como ocorreu na Era Vargas e no regime civil-militar, a educação foi mais fortemente chamada a atuar como estratégia para adequar os educandos a um determinado projeto político-ideológico, cujo objetivo era moldar o cidadão, de modo que este se tornasse disciplinado e ordeiro, incapaz de questionar o sistema vigente e, portanto, sem representar uma ameaça à ordem e à segurança nacional.

Somando-se a isto, havia o propósito do governo civil-militar de buscar uma legitimidade, aqui empregada com o sentido de reconhecimento, perante os vários segmentos sociais e este o fazia buscando apregoar valores tidos como próprios das Forças Armadas. Assim, propagava-se a ideia que a sociedade brasileira passava por uma crise moral sem precedentes e que necessitava passar por um processo de regeneração. A intenção era convencer os indivíduos de que as diversas ações colocadas em prática, pelos dirigentes civis-militares, iriam ser benéficas a todos. Para tanto, o governo tratava de divulgar em diversos meios,

²⁶ A Escola Superior de Guerra foi criada como um instituto de pesquisa que envolvia civis e militares e propunha diretrizes e estratégias para o desenvolvimento e a segurança nacional. De 1952 a 1956, a ESG elaboraria uma doutrina de segurança interna alinhada aos interesses norte-americanos, no contexto da Guerra Fria, e favorável à cooperação total com os EUA no combate ao comunismo “onde quer que ele fosse percebido”, como diziam seus oficiais. Disponível em: <<http://memoraldademocracia.com.br/card/criada-a-escola-superior-de-guerra>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

inclusive na área educacional, que havia um projeto de “integração nacional” e que o Brasil vivia plenamente a democracia (NUNES; REZENDE, 2008).

Foi a partir destas premissas, que foi instituído o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que determinou a obrigatoriedade da disciplina de EMC em todos os níveis escolares. No ensino médio, a EMC foi ministrada com o nome de Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Já nas universidades, tanto em cursos de graduação, quanto de pós-graduação, a EMC foi ministrada sob a forma de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB). A disciplina de EMC foi oferecida até meados da década de 1980, apenas sendo retirada oficialmente da grade curricular das instituições de ensino após a promulgação da Lei nº 8.663, de 14 de junho de 1993, o qual revogou o Decreto nº 869. Os objetivos da EMC, segundo o Decreto nº 869 são os seguintes:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (BRASIL, 1969).

Ao analisar-se os objetivos da EMC, é perceptível o discurso que enaltece os valores defendidos pelos diferentes grupos que deram sustentação aos governos civis-militares, os quais fundamentam-se na tríade Deus-Pátria-Família. Para Motta (2014a), nota-se traços de republicanismo autoritário, patriotismo conservador e catolicismo tradicional, que são elementos próximos da tradição integralista. Ao mesmo tempo, se verifica a inserção de valores caros aos setores liberais, como a menção ao “princípio democrático” e “amor à liberdade”. Todavia, a democracia está vinculada ao “espírito religioso”, ao passo que a liberdade está atrelada à “responsabilidade”. Paradoxalmente, a democracia mencionada no Decreto seria exercida num contexto de restrição de direitos e, portanto, com o exercício de uma cidadania e de uma cultura cívica limitadas, esvaziadas de seu conteúdo democrático, por assim dizer (MANCERO, 2011).

Muito mais do que estimular o culto ao patriotismo e aos valores morais e cristãos, o ensino da EMC teve por finalidade a reprodução ideológica do regime instituído, ao mesmo tempo em que fazia uma propaganda indireta do governo civil-militar, que se apresentava como o único defensor possível da pátria e da moral, em oposição ao comunismo.

O Decreto-Lei nº 869 determinou a formação da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), composta por nove (09) membros nomeados pelo Presidente da República, com mandato de seis (06) anos e que deveriam possuir “ilibado caráter e valor cultural”. Por funções, a Comissão tinha: colaborar com o CFE na aprovação dos currículos para as novas disciplinas, assessorar o Ministro da Educação, influenciar de forma positiva os meios de comunicação e de difusão cultural para divulgar na sociedade os valores cívicos e morais, além de assessorar o Ministro na aprovação de material didático relativo à área de EMC.

Como primeira iniciativa, a CNMC formulou o documento “Subsídios para Currículos e Programas Básicos de Educação Moral e Cívica”, com diretrizes que deveriam nortear o ensino da EMC no país. Também, indicava a criação de uma comissão especial, dentro da estrutura do CFE, que teria a incumbência de tratar dos assuntos atinentes à educação moral e cívica em todos os graus e níveis de escolarização. Tal comissão especial foi responsável pela elaboração do Parecer n. 094/71, que fixou os currículos e programas da EMC em todos os níveis de ensino do país, em oposição às diretrizes formuladas pela CNMC. Segundo Bertotti (2015), o CFE procurou “filtrar” as manifestações de temas com elevado teor ideológico presentes nas diretrizes emanadas pela CNMC, o que acabou por evidenciar as divergências existentes entre os dois órgãos. Para o CFE, que desejava definir sozinho os conteúdos e programas das disciplinas, a intervenção dos membros da CNMC era por vezes incômoda e atípica, tendo em vista que esta era formada, geralmente, por militares reformados, que não tinham conhecimento ou afinidade com o universo escolar (MOTTA, 2014a).

Para o governo golpista, o sucesso da campanha pela moral e o civismo dependia particularmente da formação dos professores que ministrariam a disciplina, tarefa a ser executada pelas universidades. Em 1972, o CFE estabeleceu que os professores responsáveis pelas disciplinas de EPB e OSPB seriam formados em licenciatura em Estudos Sociais. Os professores de EMC do ensino fundamental poderiam cursar as chamadas licenciaturas curtas, com duração de dois (02) anos, ao passo que para atuar junto ao ensino médio era necessário cursar a licenciatura plena. Enquanto se preparavam os especialistas para as disciplinas de EMC, professores de História, Geografia ou Ciências Sociais deveriam ministrá-las. Entretanto, Cunha (2010) comenta que na prática o ensino de EMC foi desempenhada por religiosos e militares, sendo estes últimos nos cursos superiores.

A obrigatoriedade da EMC em todos os níveis de ensino, acabou gerando uma demanda editorial expressiva por livros que abordassem os conteúdos programáticos que constavam no Parecer nº 094. Os livros necessitavam passar pelo crivo do MEC, que para tanto contava com assessoria da CNMC. Filgueiras (2006) observa que a produção editorial referente à EMC expôs

diversas formas de conformação perante o regime instalado, ao mesmo tempo em que também se verificou, entre as publicações, algumas tentativas de resistência às prescrições oficiais. Mesmo com todo o mecanismo de controle sobre a produção didática e a predileção pela divulgação de ideias que expressavam a oposição entre a “democracia espiritualista” e o “comunismo ateu”, constatou-se que alguns autores tentaram burlar, suprimir e/ou modificar essas prescrições. Alguns destes já haviam publicado obras sobre o civismo e a cidadania antes da promulgação da Lei nº 869 e conservaram suas concepções, ao passo que outros mantiveram-se a favor das ideias defendidas por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que fizeram parte da primeira geração de Conselheiros do CFE, no final dos anos de 1950 e início de 1960 e que defendiam, entre outros aspectos, a escola fundamentada no espírito de liberdade e no respeito às individualidades, com o despertar consciente do amor à pátria, do sentimento democrático e da responsabilidade profissional e cívica (FILGUEIRAS, 2006).

No que tange especificamente ao ensino superior, os conteúdos programáticos que seriam ministrados em EPB estavam divididos em seis (06) unidades, quais sejam: Panorama geral da realidade brasileira; Problemas morfológicos; Problemas de desenvolvimento econômico; Problemas socioeconômicos; Problemas políticos; e Segurança nacional, conforme consta no Anexo A. Os conteúdos que integram as referidas unidades, aludiam aos chamados problemas nacionais que deveriam ser conhecidos para, posteriormente, serem equacionados em prol do desenvolvimento e segurança nacionais.

Neste sentido, Cunha (2010, p. 29) reconhece que a disciplina de EPB tinha um caráter inovador. “Aí estava algo novo que chegava ao ensino superior, que se pretendia permeasse todos os cursos. Pela primeira vez os cursos superiores sairiam de sua estreiteza profissional e buscariam, ainda que brevemente, tomar contato com o que seriam os problemas brasileiros”. Skidmore (1968) também faz referência aos conteúdos programáticos da disciplina de EPB, ao dizer que os problemas brasileiros abordados na disciplina eram de fato legítimos, mas principalmente, seguros. Isto significa dizer que somente os problemas que o regime desejou discutir e solucionar foram abordados, enquanto que outras questões, tão ou mais importantes foram encobertas e/ou ignoradas.

Embora, a premissa da criação dos EPB tenha sido válida, isto é, discutir e buscar soluções para os problemas do país, o que permeou a disciplina foi mesmo o seu caráter doutrinário, de proteção contra a subversão, bem como a defesa da ordem estabelecida. Isto pode ser observado, principalmente, nas duas últimas unidades do Programa de EPB, que se referem especificamente aos Problemas políticos e à Segurança nacional. Sem dúvida, estas eram as unidades que guardavam um maior grau doutrinário, com conteúdos como filosofia e

ideologia políticas; poder nacional e suas expressões; representação popular; partidos políticos, política econômica, social e externa; segurança externa e interna (inclusive, conferindo ao cidadão responsabilidade pela manutenção desta); as Forças Armadas; o estabelecimento de uma doutrina e a formulação de uma política de segurança nacional; o Conselho Nacional de Segurança; e a Escola Superior de Guerra. Nestes conteúdos se percebe o grande elemento (retórico) articulador dos conteúdos de EPB: o comunismo. A partir da luta contra a infiltração comunista, pode-se delimitar para quem o EPB estava voltado, o porquê de sua criação e o que precisava ser difundido por meio de seu ensino (LERNER, 2016).

Evidentemente, os órgãos de informação tomaram iniciativas para verificar como os cursos de EMC estavam sendo ministrados. Motta (2014a) comenta que estes ao identificarem a existência de ações para atrapalhar a campanha cívica e ideológica, tiveram seu interesse aumentado. Com isso, nas universidades houve a preocupação em saber se as disciplinas de EPB estavam funcionando corretamente, quem eram os professores, os formatos das disciplinas e como as aulas eram recebidas pelos universitários.

Sobre o ensino de EPB, é importante salientar que se por um lado, houve a adesão de professores, que seguiam à risca os conteúdos dos livros didáticos, por outro lado, também houve formas de resistência à disciplina. Conforme Filgueiras (2006), muitos professores subvertiam em sala de aula os conteúdos oficiais e conseguiam desenvolver com os alunos atividades produtivas de resistência ideológica. Quanto aos alunos, é difícil avaliar o impacto efetivo da referida disciplina nos meios estudantis em geral. Mas, no caso das universidades é mais provável que seu alcance tenha sido limitado, graças à impopularidade da ditadura e à força de atração que a esquerda exercia sobre a juventude da época. Uma prova disto é que no ano de 1977 eclodiram várias manifestações estudantis contrárias ao governo, sugerindo que a escassez de protestos entre 1969 e 1977 tem mais a ver com o temor da repressão do que com a adesão ao regime (MOTTA, 2014a).

A transição para a democracia, com o esgotamento da ditadura e a ascensão dos movimentos que criticavam suas políticas educacionais, levou a EMC a uma longa agonia. Cunha (2010) pondera que se previa para breve o fim da EMC e com a introdução da Filosofia no ensino médio, houve quem defendesse que esta pudesse ser a herdeira dos conteúdos que essas disciplinas veiculavam, mas isto não se confirmou. Foi apenas em 1986, quando José Sarney já presidia o país, que foi criado um projeto de lei que propôs a extinção da EMC, cuja tramitação foi lenta e resultou na promulgação, no ano de 1993, da já mencionada Lei nº 8.663.

Na UFSM, a disciplina de EPB foi vinculada ao Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros, criado pelo Parecer nº 007/1972, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sendo implantado no ano seguinte. O referido departamento fazia parte da estrutura administrativa do Centro de Estudos Básicos, atual Centro de Ciências Naturais e Exatas. Posteriormente, em 1978, sua nomenclatura foi alterada para Departamento de Estudos Políticos e Sociais, passando a pertencer à estrutura do Centro de Ciências Sociais e Humanas. Já em 1984, o Departamento de Estudos Políticos e Sociais foi extinto e em seu lugar foram criados os Departamentos de História e de Sociologia e Política, ficando a disciplina de EPB a cargo deste último.

Os primeiros diários de classe de EPB remontam ao ano de 1971, antes mesmo da criação do Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros, o que indica que o referido departamento existia informalmente, tendo em vista que a disciplina já era ministrada nos cursos de graduação da Universidade antes mesmo de sua criação em 1972. A EPB só deixou de ser obrigatória na UFSM a partir da Resolução do Reitor nº 0016²⁷, de 24 de agosto de 1993.

Quando ministrada²⁸, a disciplina de EPB foi oferecida em dois semestres: Estudos e Problemas Brasileiros I e Estudos e Problemas Brasileiros II e, a partir de 1974, Estudos e Problemas Brasileiros A e Estudos e Problemas Brasileiros B. Em Estudos e Problemas Brasileiros I e Estudos e Problemas Brasileiros A eram ministrados os conteúdos referentes às Unidades I, II e III do Programa oficial da disciplina (ANEXO A), com os conteúdos concernentes ao Panorama Geral da Realidade Brasileira, Problemas Morfológicos e Problemas do Desenvolvimento Econômico, respectivamente. Já em Estudos e Problemas Brasileiros II e Estudos e Problemas Brasileiros B eram ministrados os conteúdos referentes às Unidades IV, V e VI do Programa oficial da disciplina (ANEXO A), com os conteúdos referentes aos Problemas Socioeconômicos, Problemas Políticos e Segurança Nacional.

Ao longo dos anos, inúmeros professores da instituição, oriundos de diferentes departamentos, se revezaram ao ministrar os conteúdos da disciplina, o que, possivelmente, proporcionou aos alunos distintas visões sobre os temas abordados.

²⁷ Disponível em:
<https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivoIndexado&download=false&id=2115>.
 Acesso em: 01 jul. 2017.

²⁸ Informações extraídas da publicação da UFSM “Catálogo Geral 1974”, preservada no Arquivo Permanente do DAG/UFSM e que contempla informações sobre os Departamentos Didáticos e Cursos da instituição, concurso vestibular, matrículas, currículos dos Cursos, entre outras informações relevantes.

Não foram encontrados, até o momento, na UFSM documentos que pudessem fornecer mais detalhes sobre o funcionamento do Departamento de Estudos Brasileiros, como por exemplo, como foram escolhidas as chefias que coordenaram o setor, que critérios foram utilizados para determinar os professores que ministraram a disciplina ou se a ASI/AESI interferia ou verificava a forma de condução das aulas. Neste sentido, os diários de classe de EPB podem fornecer informações sobre as práticas de ensino da referida disciplina, auxiliando na compreensão do período da ditadura na instituição.

Este capítulo versou sobre a criação e o funcionamento da disciplina de EPB, cujo intento foi criar, junto às novas gerações, a mentalidade de que os governos civis-militares estavam a favor da sociedade e dos ideais democráticos, governando o país rumo ao desenvolvimento e ao progresso. O próximo capítulo irá abordar a nova política de arranjo e descrição de documentos da UFSM.

7 A NOVA POLÍTICA DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS DA UFSM

Antes de abordar a nova política de arranjo e descrição de documentos instituída na UFSM, faz-se necessário relatar como era a política anterior, a fim de analisar as mudanças implementadas. A política de arranjo e descrição de documentos da instituição, até então vigente, foi estabelecida no ano de 2001 por uma equipe de servidores ligados ao Departamento de Arquivo Geral e docentes e acadêmicos do Curso de Arquivologia da UFSM. O trabalho completo consta na publicação “Uma política de arranjo documental para a Universidade Federal de Santa Maria” (CASTANHO et al, 2001) e seu objetivo primordial foi a identificação dos fundos documentais da Universidade.

Esta identificação baseou-se no levantamento, análise e estudo da estrutura organizacional da UFSM, utilizando-se da legislação pertinente, como estatutos, regimentos, regulamentos e organogramas, que contribuíram para o entendimento da estrutura da Universidade, das relações hierárquicas entre os seus órgãos, bem como de suas competências e evolução administrativa, ao longo do tempo. Outrossim, é preciso salientar que tal pesquisa utilizou-se de referenciais teóricos relevantes²⁹, autores estes que continuam, nos dias de hoje, considerados pilares no tocante à teoria arquivística. Em suma, a equipe responsável pela identificação dos fundos documentais da UFSM respaldou-se em métodos e referenciais teóricos sólidos existentes à época.

O principal desafio do trabalho foi realizar o estabelecimento do quadro de fundos da UFSM. Neste sentido, Duchein (1986) observa que o conceito de fundo é de fácil entendimento, porém sua aplicabilidade não é tão simples, devido, principalmente, à complexidade da estrutura hierárquica de muitos organismos, bem como as alterações de nomenclatura e a supressão ou transferência de competências por que estes costumam passar no decorrer dos anos. Assim, o autor propõe duas diferentes posições intelectuais que podem ser adotadas no estabelecimento dos fundos de arquivos de uma entidade: a maximalista e a minimalista. A visão maximalista considera “fundo” o nível mais alto da hierarquia organizacional da entidade, assim, a verdadeira unicidade funcional situa-se no topo da estrutura administrativa. Como exemplo, tem-se um ministério de um governo, que segundo esta posição, pode constituir um único fundo. Já a visão minimalista, considera “fundo” a menor partícula funcional possível,

²⁹ Apresenta-se os principais autores da Arquivística utilizados na obra de Castanho et al. (2001): Alberch i Fugueras (1997), Bellotto (1991), Cook (1999), Couture (1998), Cruz Mundet (1994), Duchein (1986), Gonçalves (1998), Heredia Herrera (1993), Jardim (1995); Lopes (2000), Rousseau; Couture (1994) e (1998), Ruiz Rodrigues (1995), Schellenberg (1974) e (1980) e Silva (1999).

sendo que o verdadeiro conjunto orgânico advém desta célula organizacional. Como exemplo, tem-se as secretarias que compõem a prefeitura de um município, que podem, segundo esta visão, serem consideradas, cada uma, um fundo de arquivo.

Foi Duchein (1986) o autor responsável por enunciar os critérios de identificação dos fundos documentais, utilizados até hoje, quais sejam:

- O organismo, público ou privado, deve possuir um nome e uma existência jurídica própria resultante de uma ata, lei, decreto, etc. preciso e datado;
- Deve possuir atribuições precisas e estáveis, legitimadas em documento com valor legal e regulamentar;
- O ato que dá origem ao organismo deve explicitar sua posição hierárquica, especialmente, sua subordinação a outro órgão de posição hierárquica superior;
- Deve ter chefia responsável, com poder de tomada de decisões no seu nível hierárquico, sem ter que submetê-las automaticamente, ao conhecimento e decisão de autoridade hierarquicamente superior;
- A sua organização interna deve, tanto quanto possível, ser conhecida e fixada num organograma.

Sousa (2009), por sua vez, reforça os cinco critérios enunciados por Duchein há trinta anos, porém, acrescenta o requisito da autonomia financeira do organismo, como um dos requisitos para que este possa ser considerado fundo documental.

A equipe de trabalho que desenvolveu a política de arranjo documental da UFSM entendeu que o melhor caminho a ser adotado, para a identificação dos fundos documentais da Universidade, era a visão minimalista. Esta escolha decorreu, principalmente, do entendimento de que a atuação político-administrativa da Universidade segue uma linha de descentralização, em que suas unidades e subunidades possuem autonomia administrativa, organização interna fixada e publicada em organogramas, chefias com poder de decisão e atribuições específicas, diferenciadas e estáveis, também legitimadas em documentos legais e regulamentares.

Assim, foram definidos vinte e seis fundos documentais na UFSM (ANEXO B), sendo estes os órgãos responsáveis pela coordenação e execução das atividades administrativas e acadêmicas, tais como Órgãos Colegiados, Pró-Reitorias e Centros de Ensino. Cada fundo documental recebeu uma letra do alfabeto (da letra A até a letra Z). Além disso, foram definidos alguns dos fundos fechados da instituição, tais como o Fundo Coordenação do Campus Avançado de Roraima – Projeto Rondon e o Fundo Instituto da Preservação e Memória Cultural

(IPREMEC). Considera-se fundo fechado o “fundo que não recebe acréscimo de documentos, em função da entidade produtora não se encontrar mais em atividade (D.B.T.A., 2005, p. 98).

O sistema de arranjo instituído também previu a criação de grupos documentais (e subgrupos, se houvesse necessidade) para cada um dos fundos arquivísticos da instituição. O termo “grupo” foi considerado pela equipe que realizou o trabalho, como a primeira divisão de um fundo, assim como “subgrupo” foi definido como a subdivisão de um grupo. Esta visão está de acordo com Bellotto (2007, p. 148), segundo a qual o grupo ou seção “seria a primeira divisão do fundo, correspondendo à documentação emanada dos órgãos de segunda escala hierárquica administrativa”. Neste sentido, os grupos documentais correspondiam as estruturas organizacionais de cada um dos fundos estabelecidos. Cada grupo documental pertencente a um fundo, era identificado por meio de números. Por exemplo, o Fundo K – Centro de Ciências Naturais e Exatas: este Centro de Ensino tem em sua estrutura diversos cursos de graduação, pós-graduação, departamentos didáticos, órgãos de direção e de apoio. Cada um destes órgãos do Fundo K correspondeu a um Grupo (Grupo 01 – Direção de Centro, Grupo 02 – Biblioteca Setorial, Grupo 03 – Curso de Física, Grupo 04 – Departamento de Matemática, Grupo 05 – Curso de Pós-Graduação em Química). E assim sucessivamente até que todas as subunidades pertencentes a este fundo tenham sido contempladas.

Já as séries e subséries documentais correspondiam, respectivamente, às funções e atividades desenvolvidas por estes órgãos. Neste sentido, a classificação e o arranjo adotados pela UFSM seguiam o método de classificação funcional, considerado o mais apropriado para organizar o acervo documental da Universidade.

Pode-se afirmar que a definição da política de arranjo e descrição de documentos da UFSM se constituiu numa ferramenta de grande relevância para a instituição, servindo como subsídio aos administradores, pesquisadores e demais interessados nas temáticas envolvendo arranjo e descrição de documentos.

Contudo, anos após a publicação do referido trabalho, diante de um cenário que introduziu novas tecnologias da informação, padrões e normas internacionais, leis, portarias e decretos, além da própria modernização administrativa da Universidade, percebeu-se a necessidade de realizar a revisão e a atualização das políticas até então adotadas. Porém, é importante ressaltar que os trabalhos realizados com base no arranjo estabelecido em 2001, bem como os instrumentos descritivos já publicados pelo DAG, não serão modificados, tendo em vista que estão disponíveis para consulta e foram elaborados respaldados em um sistema de arranjo construído de acordo com um sólido referencial teórico existente à época.

Diferentemente do trabalho anterior, o novo sistema de arranjo adotado pela Universidade, baseia-se na visão maximalista, e considera a UFSM como um fundo documental, única capaz de acatar, em sua totalidade, aos cinco critérios instituídos por Duchein (1986), além de atender ao critério de autonomia financeira defendido por Sousa (2009).

Outra mudança, foi a supressão do termo “grupo”, que aqui tem o mesmo significado de “seção”, designado no arranjo anterior para identificar as divisões dos fundos documentais. Todavia, ainda que não haja esta divisão, os documentos continuarão a ser identificados, na Divisão de Arquivo Permanente do DAG e nos Arquivos Setoriais da UFSM, de acordo com as unidades e subunidades que os produziram, ou seja, o vínculo entre os documentos e os seus órgãos produtores não será perdido, assim, a classificação e o arranjo partirão do Fundo UFSM diretamente às classes e séries documentais.

Neste sentido, após a definição da UFSM como fundo documental e a decisão de não utilizar o nível grupo/seção, foi necessário definir a sua organização interna, ou seja, os demais níveis de arranjo a serem considerados. Salienta-se que a concepção de arranjo adotada pela equipe é a manutenção, nos arquivos permanentes, da classificação adotada na fase primária dos documentos, com os devidos ajustes que se fizerem necessários (BELLOTTO, 2007).

Cabe destacar a aprovação da Portaria nº 1261, de 23 de dezembro de 2013, do Ministério da Educação, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativo às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovado pela Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011, do Arquivo Nacional, e que pressupôs também a adoção do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos das Atividades-meio da Administração Pública.

A partir desta obrigatoriedade, a UFSM passou a adotar os instrumentos das atividades-meio e das atividades-fim, elaborados respectivamente pelo CONARQ e SIGA, para a classificação e o arranjo do seu acervo documental. Em tais instrumentos “os assuntos recebem códigos numéricos, os quais refletem a hierarquia funcional do órgão, definida através de classes, subclasses, grupos e subgrupos, partindo-se sempre do geral para o particular” (CONARQ, 2001, p. 09). Tanto o Código de Classificação das Atividades-meio, quanto o Código de Classificação das Atividades-fim, refletem o contexto arquivístico proposto pelo CONARQ e SIGA e não necessariamente a classificação funcional pretendida e, até então, utilizada pela UFSM.

O Código de Classificação das Atividades-meio é composto por duas classes documentais comuns a todos os órgãos: 000 – Administração Geral e 900 - Assuntos Diversos. Já o Código de Classificação das Atividades-fim é composto por cinco classes, a saber: 100 – Ensino Superior; 200 – Pesquisa; 300 – Extensão; 400 – Educação Básica e Profissional; e 500 – Assistência Estudantil, sendo que as classes 600, 700 e 800 estão vagas.

Assim, o quadro de arranjo da UFSM, instrumento que define a forma de organização dos documentos permanentes da instituição, terá por base os instrumentos de classificação elaborados pelo CONARQ e SIGA, conforme ilustra o quadro abaixo (FIGURA 2).

Figura 2 – Quadro ilustrativo do arranjo documental estabelecido para a UFSM

(continua)

CÓDIGO	SÉRIE	SUBSÉRIE
000	Administração Geral (Atividade-meio/CONARQ)	010 – Organização e Funcionamento 020 – Pessoal 030 – Material 040 – Patrimônio 050 – Orçamento e Finanças 060 – Documentação e Informação 070 – Comunicações 080 – Vaga 090 – Outros assuntos referentes à Administração Geral
100	Ensino Superior (Atividade-fim/SIGA)	110 – Normatização. Regulamentação 120 – Cursos de Graduação 130 – Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> 140 – Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> 150 a 180 – Vagas 190 – Outros assuntos referentes ao Ensino Superior
200	Pesquisa (Atividade-fim/SIGA)	210 – Normatização. Regulamentação 220 – Programas de Pesquisa 230 – Projetos de Pesquisa 240 – Iniciação Científica 250 – Transferência e Inovação Tecnológica 260 – Ética em pesquisa 270 a 280 – Vagas 290 – Outros assuntos referentes à Pesquisa
300	Extensão (Atividade-fim/SIGA)	310 – Normatização. Regulamentação. 320 – Programas de Extensão 330 – Projetos de Extensão 340 – Cursos de Extensão 350 – Eventos de Extensão 360 – Prestação de serviço 370 – Difusão e divulgação da produção acadêmica 380 – Programa institucional de bolsas de extensão

Figura 2 – Quadro ilustrativo do arranjo documental estabelecido para a UFSM

(conclusão)

CÓDIGO	SÉRIE	SUBSÉRIE
		390 –Outros assuntos referentes à Extensão
400	Educação Básica e Profissional (Atividade-fim/SIGA)	410 –Normatização. Regulamentação 420 – Educação Infantil: creches e pré- escolas 430 –Ensino Fundamental 440 –Ensino Médio 450 –Ensino Técnico 460 a 480 - Vagas 490 –Outros assuntos referentes à Educação Básica e Profissional
500	Assistência Estudantil (Atividade-fim/SIGA)	510 –Normatização. Regulamentação 520 – Programas, Convênios e Projetos de concessão de benefícios e auxílios aos alunos 530 a 580 – Vagas 590 – Outros assuntos referentes à Assistência Estudantil
900	Assuntos Diversos (Atividade-meio/CONARQ)	910– Solenidades. Comemorações. Homenagens 920– Congressos. Conferências. Seminários. Simpósios. Encontros. Convenções. Ciclos de Palestras. Mesas Redondas 930 –Feiras. Salões. Exposições. Mostras. Concursos. Festas 940 – Visitas e Visitantes 950 a 980 – Vagas 990 – Assuntos Transitórios

Fonte: Própria Autora

O arranjo realizado nos arquivos permanentes reverbera sobremaneira sobre a atividade de descrição documental. Para descrever os conjuntos documentais da UFSM, está sendo utilizada a norma NOBRADE, já que ela está adaptada à realidade brasileira. Neste sentido, destaca-se que alguns dos níveis de classificação existentes nos referidos instrumentos do CONARQ e do SIGA não têm correspondência direta com os níveis de descrição da NOBRADE. Como exemplo, têm-se o nível de classificação grupo, do Código CONARQ, o qual está subordinado hierarquicamente ao nível subclasse, e que pode remeter a uma atividade desempenhada pela entidade produtora de documentos. Todavia, para a NOBRADE, grupo tem o mesmo significado terminológico do que o termo seção³⁰ e remete sempre à estrutura organizacional da entidade produtora. Ou seja, tratam-se de termos iguais, mas com

³⁰ Para a NOBRADE, seção é "a subdivisão da estrutura hierarquizada de organização que corresponde a uma primeira fração lógica do fundo ou coleção, em geral reunindo documentos produzidos e acumulados por unidade (s) administrativa (s) com competências específicas, também chamada grupo ou subfundo" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 16).

significados distintos em ambos os instrumentos. Para fins de visualização, a Figura 3 apresenta um exemplo de classificação das atividades-meio do CONARQ, em que o nível grupo equivale a uma atividade e está diretamente subordinado a uma subclasse.

Figura 3 – Extrato da classificação das atividades-meio CONARQ

CLASSE	000	Administração geral
SUBCLASSE	010	Organização e funcionamento
GRUPO	012	Comunicação Social
SUBGRUPOS	012.1	Relações com a imprensa
	012.11	Credenciamento de jornalistas

Fonte: CONARQ, 2001, p. 10.

A partir do nível subgrupo, o CONARQ convenciona nomear os níveis de classificação seguintes também de subgrupos. Porém, Sousa (2009) denomina os níveis de classificação do CONARQ, posteriores ao nível subgrupo, de divisão e subdivisão, respectivamente. Considerase os termos escolhidos por Sousa mais didáticos para se referir às divisões do nível subgrupo, sendo que são estes os termos utilizados no presente trabalho.

A falta de correspondência direta entre alguns dos níveis de classificação dos instrumentos do CONARQ e SIGA com os níveis de descrição da NOBRADE causou dificuldades no tocante ao estabelecimento do procedimento descritivo na UFSM. Sobre este fato, pensa-se que estes instrumentos deveriam ser coerentes entre si, já que a classificação e a descrição são procedimentos arquivísticos que estão inter-relacionados, sendo que a descrição, muitas vezes, pode iniciar já nos arquivos correntes. Neste sentido, foi necessário a realização de equivalências entre os níveis destes instrumentos, além de algumas supressões dos níveis utilizados pelo CONARQ e SIGA, a fim de se realizar a adequação à norma NOBRADE. Ao mesmo tempo, existiu a preocupação de que a supressão de alguns dos níveis de classificação do CONARQ e SIGA, causasse prejuízos em relação à vinculação dos documentos às ações que motivaram a sua criação.

Assim, definiu-se que o nível descritivo 0 – Entidade Custodiadora corresponderá ao Arquivo Permanente do DAG, ao passo que o nível 1 - Fundo corresponderá à entidade produtora de documentos, ou seja, a UFSM. Os níveis 2 - Seção e 2.5 - Subseção não serão utilizados. Já as Classes, tais como Administração Geral, Ensino Superior, Pesquisa, etc. corresponderão ao nível 3 - Série. O nível Subclasse corresponderá ao nível descritivo 3.5 -

Subsérie, visto que é o que normalmente ocorre quando da adaptação da classificação nos arquivos permanentes (classe = série e subclasse = subsérie).

Também, verificou-se que alguns documentos de valor permanente são classificados apenas até o nível referente à subclasse, portanto, será obrigatória a existência deste nível. O nível 4 – Dossiê/Processo terá como nível de classificação equivalente o nível que anteceder ao tipo documental, independentemente deste nível ser considerado grupo, subgrupo, divisão ou subdivisão. Esta solução foi adotada para que o documento esteja sempre vinculado com a ação que precedeu a sua criação. Por fim, o nível descritivo item documental apenas será utilizado para fins descritivos quando a variedade/relevância do conteúdo informacional dos documentos justificar o seu uso. O quadro do novo arranjo documental da UFSM pode ser visualizado no Apêndice B.

A descrição arquivística na UFSM estará em conformidade com as orientações da NOBRADE, além das normas internacionais de descrição. Ademais, a descrição só poderá ser realizada, mediante o arranjo e a ordenação dos acervos. A ênfase será dada para a descrição dos níveis referentes à série, subsérie e dossiê/processo. Deverá ser elaborado pelo DAG, posteriormente, um Manual para Descrição de Acervos Arquivísticos da UFSM, com diretrivas e orientações em relação a este procedimento.

Ressalta-se a importância da aplicabilidade da nova sistemática de arranjo e descrição junto aos acervos documentais da Universidade, a fim de evidenciar possíveis não-conformidades ou inconsistências que justificariam ajustes ou melhorias. É possível que o fato dos níveis utilizados pela NOBRADE não corresponderem totalmente aos níveis de classificação do CONARQ/SIGA, ocasione alguma perda no que tange à compreensão do contexto de produção dos acervos pelos usuários e pesquisadores. Por isso, a relevância do estabelecimento de práticas que adotem a nova política implementada, o que será visto no capítulo seguinte.

Este capítulo abordou a análise da recém instituída política de arranjo e descrição de documentos da UFSM. O próximo capítulo, denominado “Arranjo e descrição do Acervo Memória Acadêmica”, abordará o referido acervo, suas características e tipologias documentais, bem como a aplicação dos procedimentos de arranjo e descrição de documentos a partir da nova sistemática implantada.

8 ARRANJO E DESCRIÇÃO DO ACERVO MEMÓRIA ACADÊMICA

8. 1 O ACERVO MEMÓRIA ACADÊMICA

O acervo documental intitulado “Memória Acadêmica” é o conjunto de documentos resultante das atividades de cunho acadêmico da UFSM, do período de 1960 – quando a instituição foi criada – até o ano de 1973, quando houve a reestruturação do então Departamento de Registros Gerais e Assuntos Estudantis (DRGAE), o qual passou a denominar-se Departamento de Assuntos Estudantis e Registros Gerais (DAERG). O DAERG, em 1978, passou novamente por uma reestruturação, passando a denominar-se Departamento de Registros e Controle Acadêmico (DERCA). O DERCA é um órgão de direção e assessoria diretamente subordinado à Reitoria, contendo basicamente na sua estrutura a Coordenadoria de Registros Gerais, a Coordenadoria de Matrícula e Controle Escolar e a Coordenadoria de Oferta, Admissão e Relacionamento. O Regimento da UFSM, de 1988, vincula o DERCA à Pró-Reitoria de Graduação para fins de supervisão administrativa.

Até o ano de 1972, a documentação proveniente das atividades didáticas de ensino superior e da vida estudantil era produzida e mantida junto aos Cursos de Graduação e aos Departamentos Didáticos da Universidade. Somente a partir de 1973, é que o DERCA, passou a exercer de fato a competência de produção e controle da documentação acadêmica, sendo que, anteriormente, suas atividades eram mais voltadas à assistência estudantil, tais como concessão de bolsas de auxílio-alimentação, moradia, entre outras.

Quanto à história arquivística do acervo, sabe-se que parte da documentação foi transferida, no início dos anos 2000, ao DERCA. Empiricamente, já havia um reconhecimento do valor histórico da documentação, pelo fato desta refletir a origem da UFSM. Já no ano de 2004, houve um acordo entre as Direções do DERCA e do DAG para que o acervo fosse recolhido ao Arquivo Permanente. Ao mesmo tempo, o DAG tomou conhecimento que o restante da documentação relativa às atividades acadêmicas, do período de 1960 a 1973, estariam mantidas nos cursos e departamentos da Universidade. A equipe de arquivistas percorreu, então, cada um destes setores com o intento de recolher, preservar e organizar a documentação.

O nome atribuído ao referido acervo, “Memória Acadêmica”, faz referência ao passado da entidade, já que a documentação reflete fatos e acontecimentos do início da trajetória acadêmica da UFSM. Embora a documentação tenha sido recolhida pelo DAG, esta não passou,

até o momento, pelos procedimentos de arranjo e descrição documental, procedimentos estes que garantem o seu acesso e difusão ao público.

O acervo é composto por trezentas e cinquenta (350) caixas-arquivos, que ocupam duas estantes deslizantes, localizadas na “Sala D – Documentos das Áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão”, no subsolo do Arquivo Permanente do DAG. A Figura 4 permite visualizar a imagem do acervo nas estantes deslizantes.

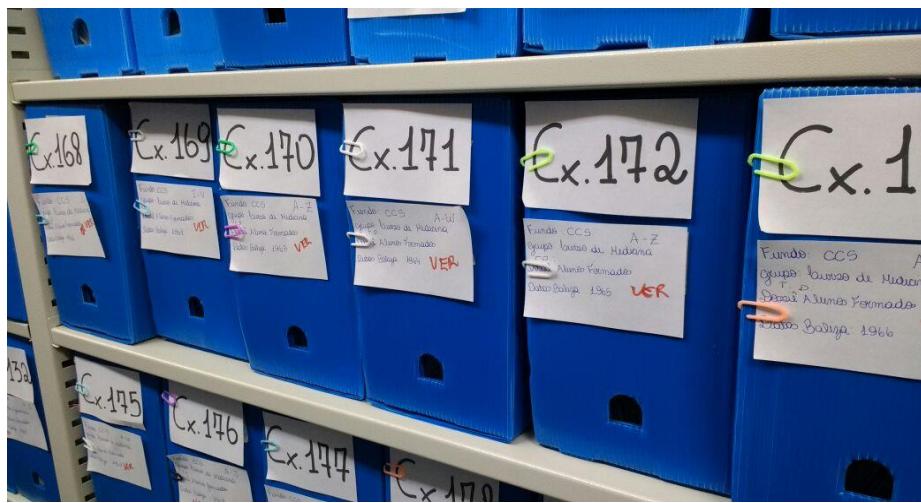
Figura 4 - O acervo Memória Acadêmica e sua disposição nas estantes



Fonte: Própria Autora

Como já mencionado anteriormente, os documentos que integram o acervo não passaram pelos procedimentos arquivísticos de arranjo e descrição. Entretanto, estes foram dispostos nas caixas de acordo com as unidades/subunidades acadêmicas que os produziram, de modo a facilitar sua localização, caso houvesse necessidade de consultá-los. Compõem o acervo, documentos de todos os Centros de Ensino da UFSM, incluindo os primeiros Cursos de Graduação da Universidade. Ao serem recolhidos pelo DAG, os documentos passaram por um processo de higienização e foram acondicionados em caixas-arquivos poliondas. Uma parte expressiva do acervo se encontra em estado avançado de deterioração, apresentando manchas, sinais da presença de traças, rasgos e cor amarelada. Possivelmente, isto se deve às condições impróprias de conservação a que os documentos foram submetidos antes do recolhimento ao DAG. A Figura 5 permite visualizar os espelhos provisórios das caixas-arquivos, as quais estão identificadas sequencialmente em números, sendo que os órgãos que produziram a documentação foram identificados, bem como as suas datas-baliza.

Figura 5 – Detalhes das caixas-arquivo do Acervo Memória Acadêmica



Fonte: Lívia Regina Retamoso

As tipologias documentais que integram o acervo são as seguintes: relatórios semestrais e relatórios anuais de atividades dos Cursos de Graduação, relatórios dos processos seletivos de habilitação (para ingresso na Universidade), diários de classe, relatórios de rendimento dos alunos por disciplina e dossiês de alunos (formados, transferidos e em situação indefinida).

Ao analisar as tipologias documentais do acervo, percebe-se a sua relevância para a história e a memória da instituição. Os diários de classe informam sobre os conteúdos e as atividades didáticas da época, além da frequência e do rendimento dos acadêmicos. Entre estes, estão os diários da disciplina de “Estudos e Problemas Brasileiros” (EPB), que, como mencionado anteriormente, se tratou de uma disciplina imposta pela ditadura com o intento de doutrinar os estudantes da época, convencendo-os das “benesses” do sistema implantado, inclusive tentando transmitir a imagem de que o país vivia sob o regime da democracia.

Os dossiês dos alunos também são uma fonte documental relevante para o entendimento daquele contexto, visto que alguns destes dossiês foram identificados como “transferência de alunos para outras instituições” e, ainda outros, como “situação indefinida”, ou seja, não há a informação de que estes alunos tenham concluído ou mesmo evadido os seus cursos de graduação.

Desta forma, surge a seguinte questão: as transferências e as possíveis evasões podem ter sido frutos de perseguições políticas sofridas por estes acadêmicos em meio à ditadura? Esta é uma questão que merece ser analisada e aprofundada. Todavia, esta não será objeto de investigação desta pesquisa, já que se estabeleceu como foco do estudo, os diários de classe da disciplina de EPB.

Já os relatórios do concurso de habilitação refletem como ocorriam os processos seletivos para o ingresso na Universidade no período e revelam os perfis daqueles que se tornaram os primeiros acadêmicos da UFSM. Os relatórios dos rendimentos dos alunos por disciplinas, por outro lado, permitem entender como eram aplicadas as provas e exames da época, bem como os relatórios semestrais e anuais de atividades dos Cursos de Graduação, que trazem a compilação das atividades didáticas desenvolvidas ao longo dos semestres e anos letivos.

Neste sentido, pode-se afirmar que o acervo “Memória Acadêmica” constitui um relevante legado da época em que a UFSM foi constituída, visto que contempla os registros: dos primeiros Cursos de Graduação e dos primeiros acadêmicos ingressantes na Universidade; da realização dos primeiros processos seletivos para o ingresso na instituição; do planejamento e da execução das atividades didáticas; ademais de constituir um subsídio para o entendimento de como a ditadura afetou a Universidade.

Nesta seção, abordou-se o Acervo Memória Acadêmica, sua relevância, enquanto fonte histórica, sua situação arquivística e as características do acervo. A seguir, apresenta-se a aplicação do arranjo e da descrição arquivísticas junto ao referido conjunto de documentos.

8.2 APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE ARRANJO DOCUMENTAL DA UFSM

Antes de iniciar o processo de descrição do Acervo Memória Acadêmica, fez-se necessário verificar a aplicabilidade da nova sistemática de arranjo da UFSM junto a este. Assim, voltou-se à questão do arranjo documental a ser estabelecido para este acervo.

Observando-se as tipologias existentes (Relatório semestral e Relatório anual de atividades dos Cursos de Graduação, Relatório dos processos seletivos de habilitação, Diário de classe, Relatório de rendimento dos alunos por disciplina e dossiê de aluno), foi constatado que são fruto das atividades-fim da UFSM. Portanto, apenas o Código de Classificação do SIGA foi utilizado para fazer a adequação do arranjo documental a ser seguido. Somente em relação às tipologias Relatório semestral de atividades e Relatório anual de atividades é que houve dúvidas quanto a sua classificação/arranjo, visto que Relatório de Atividades faz parte da Classe Administração Geral do Código das atividades-meio do CONARQ. Todavia, ao se analisar os relatórios verificou-se que não se tratavam de relatos de atividades administrativas realizadas pelos órgãos da Universidade, e sim dos relatos de como sucediam as atividades acadêmicas da época, justificando, assim, o seu arranjo na Classe Ensino Superior do Código de Classificação do SIGA.

As demais tipologias também foram arranjadas na Série Ensino Superior, sendo posteriormente, vinculadas à Subsérie Cursos de Graduação, seguindo o estipulado pela nova política de arranjo da Universidade. Entretanto, houve dificuldades quanto ao estabelecimento do nível 4 – Dossiê/Processo, que, segundo a política de arranjo instituída, deve ser o nível de classificação que anteceder ao tipo documental, não importando se este corresponde ao grupo, subgrupo, divisão ou subdivisão do Código de Classificação. No caso do tipo documental Relatório dos processos seletivos de habilitação, este deveria se enquadrar em apenas uma das seguintes subdivisões: 125.111 Planejamento. Orientações; 125.112 Inscrições; 125.113 Controle de aplicação de provas; 125.114 Correção de provas; 125.115 Recursos; ou 125.116 Resultados. Entretanto, este tipo documental por se tratar de um relatório, faz uma compilação de todo o processo seletivo para o ingresso na Universidade, tratando, ao mesmo tempo, do planejamento, das inscrições, da aplicação e correção das provas, dos recursos e resultados. Portanto, não seria adequado classificar esta tipologia em apenas uma das subdivisões existentes. Por esse motivo, optou-se por arranjá-lo na divisão 125.11 Processo de seleção, contrariando o determinado pela nova política de arranjo da UFSM, mas vinculando-o a um nível de classificação mais abrangente, que o identificaria de forma mais apropriada.

O mesmo não ocorreu com as tipologias seguintes que foram arranjadas no nível de classificação correspondente às suas respectivas divisões, sendo estes os últimos níveis antes dos tipos documentais, sem prejuízo do estabelecido na sistemática de arranjo da Universidade. O tipo documental Relatório de rendimentos dos alunos por disciplina foi vinculado à divisão 125.31 Provas. Exames. Trabalhos, sendo que este tipo, bem como o anterior, faz uma compilação das notas recebidas pelos alunos ao longo dos semestres e anos letivos. Já o tipo documental Diário de classe foi vinculado à divisão 125.33 Registro de conteúdo programático ministrado, rendimento e frequência, assim como os tipos documentais Relatório semestral e Relatório anual de atividades, que se trata de uma compilação das atividades acadêmicas ao longo dos semestres e anos letivos, incluindo os conteúdos abordados, a frequência e as notas dos alunos. Por fim, o Dossiê do aluno foi vinculado à divisão 125.43 Assentamentos individuais dos alunos.

Os níveis de classificação do SIGA suprimidos no arranjo documental do Acervo Memória Acadêmica foram os relativos aos grupos, subgrupos e subdivisões. A Figura 6 permite visualizar o arranjo documental estabelecido para o acervo, com os níveis de descrição da NOBRADE e a sua correspondência com a Classificação do SIGA.

Figura 6 - Comparativo entre a classificação do SIGA e o arranjo adotado para a documentação do acervo Memória Acadêmica

CLASSIFICAÇÃO CONFORME SIGA	ARRANJO DO ACERVO “MEMÓRIA ACADÊMICA” DA UFSM UTILIZANDO OS NÍVEIS DA NOBRADE				
	Fundo: UFSM	Fundo: UFSM	Fundo: UFSM	Fundo: UFSM	Fundo: UFSM
Classe: 100 Ensino Superior	Série: Ensino Superior	Série: Ensino Superior	Série: Ensino Superior	Série: Ensino Superior	Série: Ensino Superior
Subclasse: 120 Cursos de Graduação	Subsérie: Cursos de Graduação	Subsérie: Cursos de Graduação	Subsérie: Cursos de Graduação	Subsérie: Cursos de Graduação	Subsérie: Cursos de Graduação
Grupo: 125 Vida acadêmica dos alunos	–	–	–	–	–
Subgrupos: 125.1 Ingresso/ 125.3 Avaliação Acadêmica/125.4 Documentação Acadêmica	–	–	–	–	–
Divisões: 125. 11 Processo de seleção/125.31 Provas. Exames. Trabalhos/125.33 Registro de conteúdo programático ministrado, rendimento e frequência/ 125.43 Dossiê dos alunos	Dossiê: Processo de seleção	Dossiê: Provas. Exames. Trabalhos	Dossiê: Registro de conteúdo programático ministrado, rendimento e frequência	Dossiê: Registro de conteúdo programático ministrado, rendimento e frequência	Dossiê: Assentamentos individuais dos alunos
Subdivisões: 125.111 Planejamento. Orientações/125.112 Inscrições/125.113 Controle de aplicação das provas/125.114 Correção das provas/ 125.115 Recursos/ 125.116 Resultados	–	–	–	–	–
TIPOS DOCUMENTAIS	Relatório do concurso de habilitação	Relatório de rendimento dos alunos por disciplina	Diário de classe	Relatório semestral e Relatório anual de atividades	Dossiê do aluno

Fonte: Própria autora

Pelo exposto, observou-se que as tipologias documentais existentes no acervo foram classificadas nos mesmos níveis de classificação (série, subsérie e divisão), ou seja, seguiram o mesmo padrão. Como já mencionado, o tipo documental Relatório dos processos seletivos de habilitação, por compilar informações referentes ao ingresso de estudantes na instituição não pode ser vinculado somente em uma das subdivisões disponíveis, por isso justifica-se a sua classificação junto à divisão Processo de seleção. Infere-se que esta situação pode ocorrer com outros conjuntos de documentos, por isso se recomenda que a escolha do nível de classificação

correspondente ao dossiê/processo não seja preestabelecido, e sim que possa ser determinado em função das tipologias que compõem cada conjunto documental.

Apesar disso, entende-se que a nova sistemática atenderá de modo satisfatório a organização do Acervo Memória Acadêmica, bem como sua disponibilização ao público. Os documentos remetem à UFSM, como entidade produtora e, apesar de não haver uso do nível seção os documentos serão dispostos internamente segundo às unidades e subunidades que os produziram. As séries documentais reportam-se à classe Ensino Superior, o que possibilita a manutenção do vínculo dos documentos com a função primordial que motivou a sua produção. Por sua vez, as subséries documentais, equivalentes às subclasses da classificação do SIGA, correspondem aos Cursos de Graduação. Seguem os dossiês, equivalentes ao nível divisão da classificação do SIGA, que refletem os documentos relacionados entre si pelo mesmo assunto ou ação, e, finalmente, as tipologias documentais que compõem o acervo. O quadro de arranjo estabelecido para os documentos que compõem o acervo, pode ser visualizado por meio do Apêndice C.

Acredita-se que a supressão de alguns dos níveis de classificação do Código do SIGA (grupos, subgrupos e subdivisões) não causaram a perda da compreensão do contexto de produção do acervo, pelo contrário, a supressão destes níveis pode tornar mais simples o entendimento do arranjo por parte dos usuários e pesquisadores.

Por fim, ressalta-se que os Diários de classe da disciplina de EPB também seguiram o arranjo proposto para o restante do acervo. Em outras palavras, estes documentos foram vinculados, respectivamente, à Série Ensino Superior, à Subsérie Cursos de Graduação e ao Dossiê Registro de conteúdo programático ministrado, rendimento e frequência.

Nesta seção, abordou-se a aplicação da nova sistemática de arranjo de documentos da UFSM junto ao acervo documental “Memória Acadêmica”. A seguir, apresenta-se a proposta de descrição para o referido acervo.

8.3 A DESCRIÇÃO DOCUMENTAL

A descrição é a atividade que visa criar representações dos conjuntos arquivísticos, a fim de disponibilizá-los ao público (NASCIMENTO, 2011). Com a publicação das normas de descrição arquivísticas, tais representações acontecem de modo padronizado, do geral para o particular, sem duplicidade de informações, gerando instrumentos descritivos com um alto grau de qualidade e que facilitam a pesquisa por parte dos usuários. Neste sentido, a elaboração dos

instrumentos descritivos para o Acervo Memória Acadêmica tem por base a norma NOBRADE, por se tratar de uma norma brasileira e que segue as diretrizes da ISAD(G).

Foram realizadas duas propostas de construção de instrumentos de pesquisa, uma voltada ao Acervo Memória Acadêmica como um todo e que será implementada oportunamente no futuro. A outra proposta, já implementada, e que constituiu o produto do Mestrado Profissional, foi a construção de um catálogo seletivo para os diários de classe disciplina de EPB.

Primeiramente, elaborou-se uma proposta de instrumento de pesquisa destinada ao Acervo Memória Acadêmica. Para este acervo, o tipo de instrumento escolhido foi o inventário, que, segundo Lopez (2002), é o instrumento que tem por finalidade oferecer ao usuário um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções e que se refere a conjuntos documentais que já possuem algum nível de classificação. Assim, para que se possa proceder à elaboração do inventário, faz-se necessário que o arranjo estabelecido para o Acervo Memória Acadêmica tenha sido posto em prática.

Os inventários costumam ser divididos em duas partes distintas: a primeira serve para introduzir de forma sumária o conjunto a ser descrito, enquanto a segunda, busca especificar o conteúdo de cada série (LOPEZ, 2002). Conforme Bellotto (2007), a parte introdutória do inventário deve conter uma explicação da situação geral do(s) fundo(s) ou da(s) coleção(ões) a serem descritas, esclarecendo o porquê da sua eleição, em relação aos demais componentes do acervo. Deve também constar na parte introdutória do inventário, os possíveis temas de pesquisa para os quais os documentos poderão fornecer informações relevantes, além de elucidar as técnicas utilizadas na elaboração da descrição.

Neste sentido, o inventário proposto ao Acervo Memória Acadêmica deverá contemplar uma parte introdutória em que se irá discorrer sobre a relevância do acervo para a instituição, fornecendo informações sobre suas tipologias documentais, suas possibilidades de pesquisa e como ocorreu o seu recolhimento ao DAG. Como o acervo se refere aos iniciais de fundação da Universidade será importante também inserir informações sobre o contexto histórico da época.

Finalizada a parte introdutória do inventário, partir-se-á para a descrição propriamente dita do acervo. Ressalta-se que o DAG não dispõe do instrumento descritivo guia, instrumento mais abrangente, cuja finalidade é oferecer informações sobre os fundos arquivísticos e os serviços ofertados pelo arquivo. Neste sentido, julga-se necessário incluir, no inventário a ser elaborado, informações concernentes ao Fundo UFSM para fins de contextualização.

Posteriormente, deverão ser descritas as séries e subséries documentais, seguidas pelos dossiês, de acordo com o estabelecido no quadro de arranjo.

Assim, os níveis de descrição da NOBRADE utilizados na descrição do acervo serão os seguintes: fundo (nível 1), série (nível 3), subsérie (nível 3,5) e dossiê (nível 4), partindo-se do geral para o particular e evidenciando a relação hierárquica entre estes. O inventário deverá ser construído de acordo com as áreas de informação da NOBRADE, contemplando os elementos obrigatórios da referida norma, além de outros entendidos como necessários à compreensão do acervo. Levando-se em consideração que um instrumento descritivo deve primar pela clareza e objetividade, para que possa facilitar o entendimento por parte dos usuários, o inventário irá dispor as informações em duas colunas, uma contendo a denominação do elemento e outra com as informações referentes a este.

Para a descrição do nível Fundo, serão utilizadas as seguintes áreas: de identificação, de contextualização, de conteúdo e estrutura e de condições de acesso e uso. Na área de identificação, os elementos obrigatórios a serem utilizados são o Código de Referência, o Título, as Datas, o Nível de Descrição e a Dimensão e Suporte. Na área de contextualização, os elementos a serem utilizados são o Nome do Produtor, que é um elemento obrigatório, e a História Administrativa. Já na área de conteúdo e estrutura, o elemento a ser utilizado será Âmbito e Conteúdo. Por fim, na área de Condições e Acesso e Uso, o elemento a ser utilizado será Condições de acesso, também um elemento obrigatório.

Os elementos História Administrativa e Âmbito e Conteúdo serão acrescentados na descrição, tendo em vista que poderão fornecer, respectivamente, informações sobre a trajetória da UFSM e sobre o contexto histórico e geográfico e o conteúdo concernente ao seu patrimônio arquivístico (tipologia documental, assunto e estrutura da informação) (CONARQ, 2006).

Quanto ao Código de Referência, cabe ressaltar que este não será escolhido aleatoriamente. A NOBRADE orienta que este seja constituído pelo código do país, seguido pelo código da entidade custodiadora e pelo código específico da unidade de descrição, sendo que para a representação da entidade custodiadora é preciso solicitar um Código ao CONARQ³¹. Para a UFSM, o Código fornecido pelo CONARQ foi BR RSUFSM. O Código da unidade de descrição, neste caso, por se tratar do Fundo UFSM é representado pela sigla da instituição. Assim, o Código de Referência corresponderá a BR RSUFSM UFSM.

³¹ O Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos foi instituído pela Resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009, do CONARQ com o objetivo de fornecer o código previsto na NOBRADE, denominado Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), tornando possível a identificação de cada entidade custodiadora de acervos arquivísticos no Brasil.

No que concerne aos níveis de descrição Série e Subsérie, serão utilizadas as áreas de: identificação, contextualização, conteúdo e estrutura e condições de acesso e uso. Além dos elementos obrigatórios, serão utilizados os elementos História Arquivística (somente no nível série), Âmbito e Conteúdo, Sistema de Arranjo e Características Físicas e Requisitos Técnicos (somente no nível série). Na História Arquivística, se deverá registrar informações sobre a produção, acumulação, custódia, intervenções técnicas e dispersões ocorridas nas séries documentais ao longo do tempo. Em Âmbito e Conteúdo, se deverá registrar o contexto e a abrangência dos conteúdos das séries e subséries. Já em Sistema de Arranjo, deverão ser inseridas informações sobre a forma de organização das séries e subséries. Por fim, em Características Físicas e Requisitos Técnicos irá se registrar as características físicas, tais como problemas decorrentes do estado de conservação dos documentos que podem afetar o seu uso, além de conter informações sobre o uso de equipamentos e meios necessários para o acesso a estes (CONARQ, 2006).

Para a descrição do nível 4, relativos aos dossiês, serão utilizadas as áreas de: identificação, contextualização, conteúdo e estrutura, notas, controle da descrição e pontos de acesso e indexação de assuntos. Importante destacar que no elemento Nome do Produtor, deve-se ter o cuidado de registrar os sucessivos nomes das unidades e subunidades da UFSM que produziram os documentos, explicitando as alterações de nomenclaturas no elemento História Administrativa. Além dos elementos obrigatórios da NOBRADE, serão acrescentados os elementos Âmbito e Conteúdo, Sistema de Arranjo, Notas sobre Conservação, Notas do Arquivista, Data de Descrição e, por fim, Pontos de Acesso.

A proposta completa de descrição para o Acervo Memória Acadêmica pode ser visualizada por meio do Apêndice D. Espera-se, com a sua implementação, chamar a atenção para a riqueza histórica do acervo, provendo os pesquisadores de informações detalhadas sobre este.

Concluída a proposta do inventário, em um segundo momento, iniciou-se a construção do catálogo seletivo, produto deste mestrado. O catálogo seletivo é conceituado como o “instrumento de pesquisa que traz uma relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente” (BELLOTTO, 2007, p. 212). O catálogo seletivo em questão tem como finalidade descrever os Diários de classe da disciplina de EPB, visando estabelecer uma conexão com a temática da ditadura na Universidade, visto que as demais fontes primárias referentes a este período não foram encontradas na instituição. Para tanto, realizou-se a triagem

provisória dos referidos documentos do restante do Acervo Memória Acadêmica, a fim de se proceder à descrição de cada um deles.

Assim como o catálogo tradicional, o catálogo seletivo costuma conter uma parte introdutória que contempla informações sobre a sua importância e contextualiza o tema abordado junto aos pesquisadores. Em catálogos seletivos buscados como exemplos na internet, percebeu-se que grande parte conta com o item Convenções Adotadas, contendo explicações sobre cada um dos elementos descritivos utilizados para a representação dos documentos. Lopez (2002, p. 32) afirma que os catálogos, em geral, adotam o formato de verbetes ou tabelas/quadrinhos.

Neste sentido, a elaboração do catálogo seletivo contou com as seguintes partes iniciais: a Apresentação, destinada a apresentar resumidamente o acervo descrito; a Contextualização Histórica, com informações pertinentes à ditadura civil-militar no Brasil; além de uma breve explanação sobre a disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros e as Convenções Adotadas, com a explicação dos elementos descritivos da NOBRADE que foram utilizados. Optou-se por fazer uso dos verbetes, sendo que as informações descritas foram organizadas em duas colunas, uma com a denominação do elemento, e outra com as informações referentes a este.

O nível de descrição da NOBRADE utilizado na descrição dos Diários de Classe foi o nível 5 (item documental). As áreas de informação utilizadas foram as de: identificação, contextualização, conteúdo e estrutura, notas e de controle da descrição. Os elementos escolhidos para realizar a descrição dos diários de classe foram os seguintes: Código de Referência, Título, Data(s), Nível de Descrição, Dimensão e Suporte e Nome(s) do(s) produtor(es) – sendo estes elementos obrigatórios. Em relação ao Código de Referência, os diários de classe descritos foram representados por letras iniciais maiúsculas e minúsculas, além de algarismos arábicos. Como exemplo, tem-se o Código de Referência atribuído ao diário de classe número 1, conforme representado na Figura 7.

Figura 7 – Exemplo de Código de Referência dos diários de classe da disciplina de EPB

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc001

BR RSUFSM = Código da Entidade Custodiadora

UFSM = Fundo

ES = Série Ensino Superior

Cg = Subsérie Cursos de Graduação

Rc – Registro do conteúdo programático ministrado, rendimento e frequência

dc0001 = Diário de classe número 1

Salienta-se que a contração Rc, que se refere ao dossiê Registro do conteúdo programático ministrado, rendimento e frequência foi escolhida com o intento de reduzir o tamanho do elemento Código de Referência, deixando-o, ao mesmo tempo, mais compreensível. Sendo assim, optou-se por identificar apenas as duas letras iniciais das duas primeiras palavras do referido dossiê. Já quanto ao elemento Data(s), registrou-se além do ano de produção do diário de classe, o semestre letivo em que este foi produzido.

Também, é importante destacar que os Diários de classe descritos não foram desvinculados do arranjo estabelecido para o Acervo Memória Acadêmica, já que mesmo se tratando de um catálogo seletivo, não se pode omitir as ações que motivaram a criação dos documentos.

No elemento Título, a NOBRADE orienta, que nos níveis de descrição 4 e 5 (dossiê/processo e item documental), sejam incluídas informações quanto a tipologia, indicação de responsabilidade (como autor, destinatário, emissor, requerente, requerido, outorgante, outorgado e/ou interveniente) e assunto (CONARQ, 2006). Em relação aos diários de classe da disciplina de EPB, a produção destes ficava a cargo do extinto Departamento de Estudos Brasileiros. Contudo, a disciplina, por ser obrigatória, era ministrada em todos os cursos da Universidade. Neste sentido, julgou-se oportuno inserir no Título, o nome do tipo documental, acrescido da sigla da disciplina, juntamente com o nome do Curso onde a disciplina foi ofertada (como por exemplo, diário de classe de EPB - Curso de Economia). Já o nome do Departamento de Estudos Brasileiros será inserido junto ao elemento Nome do Produtor.

Além destes elementos obrigatórios, acrescentou-se outros, compreendidos como relevantes para enriquecer a descrição dos Diários de classe, são estes: História Administrativa, em que se registrou as mudanças de nomenclaturas sofridas pelas unidades e subunidades da UFSM ao longo do tempo; Âmbito e Conteúdo, que fez um breve resumo do diário de classe descrito, contemplando os conteúdos que foram ministrados; Notas sobre conservação, que contemplou informações sobre o estado de conservação dos diários; e Notas gerais, que serviu para fornecer informações que não puderam ser incluídas em outros campos e que poderão vir a ser úteis aos pesquisadores. Assim, o catálogo seletivo dos Diários de classe da disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros, produto do Mestrado em Patrimônio Cultural, pode ser visualizado no Apêndice E.

Como já mencionado em capítulo anterior, a disciplina de EPB foi ministrada na UFSM até o ano de 1993, quando foi extinta pela Resolução do Reitor nº 0016, de 24 de agosto de 1993. A quantidade de diários de classe de EPB produzidos ao longo dos vinte e dois (22) anos em que a disciplina foi ministrada, deve ter sido bastante ampla, tendo em vista que esta era

ofertada a todos os cursos de graduação da Universidade. Entretanto, os diários de classe de EPB encontrados nos arquivos da instituição contemplam o período de dois anos somente, perfazendo o total de sessenta e um unidades documentais, quantia que pode vir a ser considerada irrigária ao ser comparada com a quantidade total de diários de EPB que devem ter sido produzidos. Entretanto, dada a ausência dos demais registros que tratam sobre os acontecimentos referentes a ditadura na Universidade, entende-se que este “pequeno universo” pode ser relevante ao auxiliar na compreensão do que foi a ditadura na instituição.

Embora não tenha sido um objetivo da pesquisa, realizou-se uma análise dos diários de classe de EPB descritos no catálogo, sem a intenção de esgotar o assunto. Ao se comparar os conteúdos programáticos que foram ministrados pelos professores da disciplina com os conteúdos que constam no Programa de EPB instituído pelo Parecer nº 094 do CFE, pode-se afirmar que estes foram seguidos quase que inteiramente à risca pelos professores. Há poucas exceções, como por exemplo, diários de classe em branco, isto é, sem informações quanto aos conteúdos abordados (o que não quer dizer que os conteúdos não tenham sido ministrados) ou então diários com a frase “Tema dispensado”. Neste caso, importa saber se a dispensa do tema ocorria por razões corriqueiras ou por motivos ideológicos.

Interessante notar também que não constam nos diários descritos os registros das práticas cotidianas de ensino de EPB, que poderiam fornecer indícios sobre a forma como as aulas eram conduzidas. Eventualmente, foram registradas a visita do Presidente General Médici à Universidade e palestras com alguns dos Ministros que compunham o governo ditatorial. Em duas ocasiões, um Coronel do exército foi chamado para ministrar o conteúdo concernente à Segurança Nacional. Aqui cabe lembrar a afirmação de Bertotti (2015), ao dizer que da mesma forma que ocorreram resistências ao ensino de EPB nas universidades, também ocorreram adesões. A presença de integrantes do governo e de militares nas aulas parece indicar que na UFSM estas adesões ocorreram.

A análise dos diários de classe de EPB também permitiu verificar que inúmeros professores, de diferentes áreas do saber, ministraram a disciplina na UFSM. Naturalmente, como esta era oferecida a todos os cursos da Universidade, o Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros não poderia arcar sozinho com a demanda de docentes. Além disso, esta era uma recomendação do CFE: professores de áreas distintas seriam capazes de fornecer aos alunos diferentes visões sobre os problemas nacionais.

Por fim, a análise dos diários de EPB abriu caminhos para outras questões, que merecem ser investigadas. Afinal, houve resistências na UFSM quanto ao ensino de EPB? Os professores realmente conseguiam subverter os propósitos da disciplina, oferecendo aos alunos visões

críticas dos conteúdos? Como eram escolhidos os docentes que ministravam a disciplina? A ASI/AESI participava destas escolhas, ou ainda, exercia algum tipo de controle sobre a condução das aulas? Como se deu o processo de criação de EPB na UFSM? Quem comandou o Departamento de Estudos Brasileiros durante os governos civis-militar? Qual a bibliografia utilizada como parâmetro para o desenvolvimento da disciplina? Estas são indagações surgidas a partir da análise dos diários de classe de EPB, mas que não podem ser sanadas apenas com a leitura destes documentos. Neste sentido, deve-se buscar outros meios para sanar estas questões, tais como entrevistas com os professores que ministraram a disciplina, bem como com os alunos que a cursaram, além da análise de outros documentos que possam indicar como se deu a criação e o funcionamento da disciplina no âmbito da UFSM.

Voltando aos objetivos da pesquisa, espera-se, com o estabelecimento dos procedimentos de arranjo e descrição de documentos, ter contribuído para a difusão do patrimônio documental da Universidade. Ainda que o inventário referente ao Acervo Memória Acadêmica seja implementado posteriormente ao término deste trabalho, espera-se chamar a atenção para a riqueza deste acervo, suas possibilidades de pesquisa e a importância da efetivação do seu arranjo interno e do instrumento descritivo aqui elaborados. Quanto ao catálogo seletivo espera-se igualmente atrair a atenção dos pesquisadores sobre a temática da ditadura civil-militar, especialmente no que tange as influências sofridas pelas universidades durante este período.

Finalmente, ressalta-se que os instrumentos descritivos elaborados poderão vir a ser disponibilizados na internet, por meio da plataforma AtoM³² (acrônimo de *Acess to Memory*), alargando consideravelmente as suas possibilidades de acesso e indo ao encontro do que vem ocorrendo com outros instrumentos descritivos elaborados pelo DAG, também disponibilizados nesta plataforma.

Neste capítulo, apresentou-se os resultados alcançados na pesquisa. A seguir, apresenta-se a sua conclusão, com as considerações finais sobre a pesquisa.

³² Segundo Rodrigues (2014), o AtoM é uma ferramenta lançada no ano de 2008, cujo principal objetivo é oferecer à comunidade arquivística internacional um *software* livre que permita às instituições a disponibilização web das informações de seus fundos documentais, propiciando o acesso ao patrimônio arquivístico documental.

9 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve por objetivo elaborar um catálogo seletivo dos diários de classe relativos à disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB), disciplina de teor doutrinário criada no âmbito da ditadura civil-militar no Brasil, como tentativa de resignar a juventude diante do regime instituído. Estes integram o Acervo Memória Acadêmica da UFSM, que reúne documentos da vida acadêmica dos alunos de graduação da Universidade, oriundos dos anos iniciais de sua fundação. Tanto os diários de classe de EPB, quanto os demais documentos que integram o conjunto Memória Acadêmica são patrimônios documentais dotados de uma historicidade que merece ser evidenciada e trazida ao público. Para tanto, os procedimentos arquivísticos de arranjo e descrição foram estabelecidos, por possibilitarem a organização intelectual e física dos acervos e sua disponibilização para fins de pesquisa, por meio da elaboração dos instrumentos descritivos.

Primeiramente, realizou-se o estudo do período histórico referente à ditadura civil-militar (1964-1985) com o intento de compreender o contexto de produção do Acervo Memória Acadêmica e, em especial, como se deu a criação da disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros. Os documentos arquivísticos são, antes de mais nada, produtos das atividades humanas e, portanto, não podem ser dissociados do contexto em que se deu sua produção. Em outras palavras, para que se possa realizar com propriedade as atividades de organização e descrição documentais, é preciso compreender como e por quê os documentos foram criados.

Com base neste aspecto, buscou-se estudar os principais acontecimentos que levaram ao golpe de 1964, como sucederam os governos civis-militares e quais as influências que a ditadura exerceu na educação brasileira, especialmente nas universidades. Importante destacar que quando o golpe ocorreu, a UFSM havia sido criada há apenas quatro anos, portanto, os primeiros anos de sua fundação e a expansão vivenciada por esta nos anos seguintes, coincidiram com o período em que os civis-militares estiveram no poder. Como toda entidade, a UFSM não existe de modo isolado, ao contrário, esta influencia o meio em que se situa, ao passo que também recebe influências deste meio. Neste sentido, foi de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa buscar compreender as transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil antes e após o golpe de 1964 e como estas mudanças reverberaram sobre as instituições de ensino superior e, portanto, sobre a UFSM.

A partir da análise da conjuntura histórica do período, pode-se afirmar que a ditadura produziu grandes danos e deixou marcas permanentes na sociedade, tendo em vista as inúmeras restrições que produziu, com a cassação dos direitos individuais e coletivos, prisões arbitrárias

e casos de desaparecimentos, torturas e assassinatos ocorridos durante os vinte e um anos em que os civis-militares se mantiveram no poder. Para compreender melhor o período, foi preciso também considerar o contexto mundial da época, em que ocorreu a bipolarização político-ideológica do mundo entre o capitalismo, representado pelos Estados Unidos, e o comunismo, defendido pela União Soviética. Assim, a ditadura buscou legitimar-se a partir da ideologia da Segurança Nacional e do aparato repressivo, chamando para si a responsabilidade de combater e punir severamente os que fossem considerados, segundo os seus próprios critérios, os inimigos internos, ou seja, os adeptos do comunismo. Verificou-se, portanto, que os civis-militares se utilizaram de poderes ilimitados, em nome da Segurança Nacional e do desenvolvimento econômico, para reprimir radicalmente as forças e os movimentos populares, assim como quaisquer cidadãos que de alguma forma se opunham aos preceitos ideológicos do regime.

Constatou-se também, a partir do estudo do contexto da época, que a ditadura interviu fortemente nas instituições de ensino, principalmente, no que tange ao ensino superior. Um número significativo de docentes, funcionários e estudantes foram expulsos, sofreram perseguições, violências físicas e/ou psicológicas, ou ainda, foram mortos. Agências de informação, as ASI/AESI, foram instituídas nas universidades com o intento de aumentar o controle interno sobre a comunidade universitária. Neste contexto, o movimento estudantil teve papel preponderante, já que, neste período, caracterizou-se por ser aguerrido e bem-estruturado, sendo conduzido por líderes da esquerda católica e comunistas. Por se constituir um dos maiores focos de resistência ao regime, o movimento estudantil acabou por se tornar alvo de várias tentativas de silenciamento por parte do governo, principalmente nos chamados anos de chumbo. Estas tentativas, no entanto, não foram suficientes para acabar com a força dos estudantes, que acabaram mobilizando-se novamente e voltaram a atuar na luta pela abertura política.

Outras mudanças verificadas na área educacional, durante a ditadura, e que deixaram resquícios, inclusive nos dias atuais, foram os acordos MEC-Usaid e a Reforma Universitária de 1968, ambas desenvolvidas com o propósito de adequar a educação brasileira ao modelo norte-americano de ensino. As transformações empreendidas tiveram como cerne principal o tecnicismo, em que a preocupação maior foi preparar mão-de-obra para atender as demandas do mercado capitalista.

Entretanto, a atuação da ditadura na educação superior não se restringiu somente à repressão, ao controle interno desempenhado pelos órgãos de informação, ou ainda, às implicações produzidas pela Reforma Universitária. O aparato civil-militar tentou intervir

diretamente na mentalidade das crianças e da juventude, abordando preceitos considerados caros à direita, como o civismo, o patriotismo e a moral: foi a introdução da Educação Moral e Cívica (EMC) como disciplina obrigatória em todas as modalidades de ensino.

No ensino superior, observou-se que a EMC assumiu a forma de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB). Havia o entendimento de que era necessário moralizar a sociedade, especialmente a juventude universitária que estava a perigo, visto que grande parte dos estudantes da época se identificava com os ideais esquerdistas. Assim, enquanto a formação técnica supriria as deficiências de mão-de-obra especializada a favor do desenvolvimento nacional, o ensino de EPB prepararia o jovem para atuar na sociedade, em conformidade com os preceitos de ordem e da moral cristã. Todavia, o que se verificou na prática é que o ensino de EPB não produziu os efeitos desejados, certamente porque reprimir valores e ideais, substituindo-os por outros que são o seu oposto, não se dá de forma simplista, apenas com a inserção obrigatória de uma disciplina no currículo. Ainda assim, é válido buscar um entendimento sobre como ocorreu a prática de EPB nas universidades, se houve adesões ou resistências a esta por parte dos professores, ou mesmo, que tipo de controle as ASIs/AESIs exerciam sobre o cotidiano das aulas e sobre a escolha dos professores que ministram a disciplina.

Após o estudo do contexto histórico referente à ditadura civil-militar, seguiu-se com as etapas referentes à organização e à descrição dos conjuntos documentais em questão. Assim, procedeu-se à análise das políticas de arranjo e descrição de documentos já adotadas pelo Sistema de Arquivos da UFSM. A primeira destas foi desenvolvida no ano de 2001, pelo DAG, juntamente com uma equipe constituída por docentes e alunos do Curso de Arquivologia da UFSM, a qual elaboraram uma política bem-sucedida de arranjo e descrição de documentos para a instituição. Todavia, uma conjunção de fatores impeliu a uma revisão e atualização desta política, o que culminou na nova sistemática de arranjo e descrição apresentada no decorrer deste trabalho.

Ao analisar a nova sistemática instituída, observou-se as seguintes mudanças em relação à política anterior: a UFSM passou a ser considerada como único fundo documental; os níveis grupo/seção foram suprimidos; e a classificação e o arranjo passaram a ser estabelecidos com base nos instrumentos de classificação das atividades-meio e fim do CONARQ e do SIGA, com as classes e séries partindo diretamente do Fundo UFSM. Quanto à política de descrição documental, a NOBRADE vem sendo utilizada já a alguns anos como referência para realizar a descrição dos acervos documentais da instituição. Neste sentido, foi possível verificar a falta de correspondência direta entre os níveis de classificação do CONARQ/SIGA com os níveis de

descrição da NOBRADE. Para tentar contornar esta dificuldade, realizou-se equivalências entre os níveis destes instrumentos, além de algumas supressões dos níveis utilizados pelo CONARQ e SIGA. Todavia, verificou-se a possibilidade destas supressões causarem alguma perda no que tange à compreensão do contexto de produção dos documentos, o que tornou necessária a aplicabilidade da nova sistemática junto aos acervos arquivísticos da instituição a fim de detectar possíveis inconsistências.

Assim, o Acervo “Memória Acadêmica” tornou-se o primeiro conjunto documental da instituição a adotar a nova sistemática, justamente por estar entre as prioridades de tratamento do Arquivo Permanente da UFSM. Entretanto, antes da elaboração do arranjo e da descrição fez-necessário identificar a sua situação documental: suas características, tipologias e possibilidades de pesquisa. O diagnóstico realizado indicou que o acervo em questão possui um volume expressivo, com boa parte dos documentos apresentando algum grau de degradação física. Ao serem recolhidos pelo DAG em 2004, estes foram dispostos em caixas-arquivos de acordo com os órgãos que os produziram. As tipologias documentais que integram o acervo são relatórios semestrais e relatórios anuais de atividades dos Cursos de Graduação, relatórios dos processos seletivos de habilitação, diários de classe, relatórios de rendimento dos alunos por disciplina e dossiês de alunos. Ao analisar as tipologias documentais do acervo, constatou-se sua relevância para a história e a memória institucionais, visto se tratarem dos primeiros registros das atividades acadêmicas desempenhadas na Universidade.

A próxima etapa, foi o estabelecimento do arranjo documental e a definição dos níveis de descrição a serem adotados para o Acervo Memória Acadêmica e para os diários de classe da disciplina de EPB. Verificou-se que a recém instituída política de arranjo e descrição da UFSM atende de forma satisfatória a organização dos referidos documentos, simplificando-a e tornando-a mais comprehensível do ponto de vista dos possíveis usuários da documentação. As tipologias que integram o Acervo Memória Acadêmica são produtos das atividades-fim, portanto, os documentos foram vinculados somente ao instrumento de classificação do SIGA. Ocorreram supressões de três níveis de classificação para adequar-se aos níveis de descrição preconizados pela NOBRADE, mas acredita-se que isto não tenha comprometido a compreensão do contexto de produção do acervo. O arranjo estabelecido para a Memória Acadêmica será implementado oportunamente, assim como a proposta de descrição do acervo, que dará origem ao inventário documental.

Apesar de considerar que a elaboração do arranjo documental a partir da nova sistemática foi bem-sucedida, é importante ressaltar que os documentos do referido acervo são resultantes somente das atividades-fim da UFSM, portanto, o arranjo realizado fez uso somente

do Código de Classificação do SIGA. Assim, sugere-se que os acervos documentais que tratem de atividades-meio da instituição e que, portanto, são classificados segundo o Código do CONARQ, sejam também arranjados segundo a nova sistemática, para que se possa verificar possíveis adequações e/ou melhorias. Outra recomendação, é que o nível de classificação correspondente ao dossiê/processo não seja estipulado baseando-se estritamente no último nível (grupo, subgrupo, divisão ou subdivisão) que anteceder os tipos documentais, e sim que possa ser determinado a partir das especificidades das tipologias documentais.

Por fim, procedeu-se à elaboração do catálogo seletivo dos diários de classe da disciplina de EPB. Este foi produzido com base na NOBRADE, sendo que foram escolhidos dez elementos da referida norma para efetuar a descrição. O catálogo conta com uma apresentação, um capítulo destinado à contextualização histórica, um capítulo referente à disciplina de EPB, outro ainda, com as convenções utilizadas e, finalmente, com a descrição propriamente dita dos sessenta e um (61) diários de classe de EPB.

Ao concluir esta dissertação, espera-se ter contribuído com as políticas de arranjo e descrição de documentos da UFSM. Buscou-se ressaltar a importância histórica do Acervo Memória Acadêmica e dos diários de classe de EPB, relacionando-os com a ditadura civil-militar ocorrida no Brasil. A análise dos diários de EPB trouxe algumas constatações e fez surgir outros questionamentos que merecem ser aprofundados. Nesse sentido, cabe incentivar que mais pesquisas desta natureza ocorram, pois, a não localização de documentos do período continua a encobrir uma parte relevante da história da UFSM.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Monique Oliveira. **Governo João Goulart e a efetivação do golpe de estado no Brasil: 1961-1964.** 2011, 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/historia/files/2013/11/2011-Governo-Jo%C3%A3o-Goulart-e-a-Efetiva%C3%A7%C3%A3o-do-Golpe-de-Estado-no-Brasil-1961-1964.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2017.
- ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. **A guerrilha esquecida:** memórias do Caparaó (1966-1967), o primeiro foco guerrilheiro contra a ditadura militar no Brasil. 2014, 303f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1297/1/Dissertacao.Dinorah%20Rubin.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** (DBTA). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- _____. Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011. Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativo às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior. **Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 2011. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/codigos_tabelas/portaria_an_n92_23_09_2011.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- BAUMAN, Zygmund. **Ensaios sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BELLESSE, Júlia; GAK, Luiz Cléber. Arquivística: a pertença cidadã. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 37 – 43, 2004.
- BELLINGIERI, Júlio Cesar. A economia no período militar (1964-1984): crescimento com endividamento. **Revista Hispeci & Lema**, Bebedouro, v.8, [2005?]. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/9/16042010171928.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo:** estudo e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 477p.
- _____. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 320p.
- _____. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência. **Transinformação**, Campinas, v.1, n.3, p.15-28, set/dez, 1989. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br;brapci/_repositorio/2015/01/pdf_97d5623e07_0032619.pdf>. Acesso em 09 abr. 2017.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. **Projeto Como Fazer.** v.1. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1998.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada.** BERNARDES, Ieda Pimenta (Org.). São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54p.

BERTOTTI, Rudimar Gomes. **Caráter, amor à pátria e obediência à lei? Disciplina Estudos de Problemas Brasileiros na Universidade Federal do Paraná.** 2015, 194f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível: <http://www.ppte.ufpr.br/dissertacoes%20m2015/m2015_Rudimar%20Gomes%20Bertotti.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BOTTINO, Mariza. Arquivo universitário: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. (Org.) **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa.** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012, p.23-35.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988. Presidência da República, Brasília, DF, 05out. 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01 de jun. 2017.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil:** promulgada em 16 de julho de 1934. Presidência da República, Brasília, DF, 16 jul. 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Presidência da República**, Brasília, DF, 30nov. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 17jul. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 28 mai. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 11fev. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0464.htm>. Acesso em: 07 jun. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 26fev. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em: 01 ago. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação da Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 15set. 1969. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994. Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e dá outras providências. Revogado pelo Decreto n. 4.073, 03 de janeiro de 2002. **Presidência da República**, Brasília, DF, 30jun. 1994. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1173.htm>. Acesso em: 28 mai. 2017.

_____. Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei n. 8.159, 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos público e privados.

Presidência da República, Brasília, DF, 04jan. 2002. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm>. Acesso em: 28 mai. 2017.

_____. Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências.

Presidência da República, Brasília, DF, 15dez. 2003. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4915.htm>. Acesso em: 28 mai. 2017.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 18 de nov. 2011. Disponível em:<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 09 jun. 2017.

_____. Lei nº 8.663, de 14 de junho de 1993. Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 15jun. 1993. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/127628/lei-8663-93>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 28jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 07 jan. 2017.

_____. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 28ago. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 25 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.440, de 28 de março de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Presidência da República, Brasília, DF, 03dez. 1968. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 29 abr. 2017.

_____. Lei nº 4.464, 09 de novembro de 1964. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 11nov. 1964. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128637/lei-4464-64>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. **Presidência da República**, Brasília, DF, 13 jan. 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da polícia política brasileira: uma alternativa para os estudos de história do Brasil contemporâneo**. PROIN: Projeto Integrado, Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo, [2014?]. Disponível em: <https://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CARPES, Franciele Simon. **O patrimônio documental e a memória da universidade: um instrumento de acesso aos atos legais e normativos da UFSM**. 2013. 163f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013. Disponível em:
<http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5671>. Acesso em: 07 de jan. 2017.

CASTANHO, Denise Molon et al. **Uma política de arranjo documental para a Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2001.

CHAGAS, Mário. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.19, n.19, p.35 – 67, 2002. Disponível em:
<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367/276>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.5, n.2, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02>>. Acesso em: 17 de jun. 2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Capítulo 3: Contexto histórico das graves violações de direitos humanos**. Parte II: As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos (Relatório Volume 1). Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo3/Capitulo%203.pdf>>. Acesso em: 05 de jun. 2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Texto 6: Violações de direitos humanos na universidade. (Relatório Volume 2 – Textos temáticos). Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%206.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 094, de 04 de fevereiro de 1971. Normatiza o ensino e o programa da disciplina de EMC. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 1971.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS (CIA). **ISAAR(CPF)**: Norma Internacional de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p.

_____. **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p.

_____. **ISDF**: Norma Internacional para Descrição de Funções. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 76 p.

_____. **ISDIAH**: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 88 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – CODEARQ. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2009. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/conarqhml/index.php/resolucoes-do-conarq/270-resolucao-n-28,-de-17-de-fevereiro-de-2009>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

_____. Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001. Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº. 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio das Administração Pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.conarq.gov.br/index.php/resolucoes-do-conarq/256-resolucao-n-14-de-24-de-outubro-de-2001>>. Acesso em 08 mar. 2017.

_____. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017

COSTA, Eliandro dos Santos; MADIO, Telma Campanha de Carvalho; LLANES PADRÓN, Dunia. Normalização de descrição arquivística: estudo comparativo entre a NOBRADE e a ODA. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 7, 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos...Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn**, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 446-460, out. 2016. Disponível em: <http://racin.arquivologiaepb.com.br/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0446-0460.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Archivística: gestión de documentos y administración de archivos**. Madrid: Alianza Editorial, S.A., 2012. 359p.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 300p.

_____. Ambiguidade ideológica na universidade: os estudos de problemas brasileiros. **Revista do CFCH**, ano 1, n.1, p.10-33, 2010. Disponível em: <<http://edulaica.net.br/uploads/arquivo/revista-do-cfch1.pdf>>. Acesso em: 05 de jul. 2017.

DUCHEIN, Michael. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 10-14, n.1, 1986, p.14-53.

ELIOT, Thomas Stearns. **Notas sobre a definição de cultura**. São Paulo: É realizações Ed., 2011.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 120p.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n.47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003>. Acesso em: 12 de jun. 2017.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993. 2006, 222 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10549/1/Dissertacao%20Juliana%20Miranda%20Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, p. 23-30, jan./dez., 2007. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/68>>. Acesso em 06 jan. 2017.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. Cultura material e patrimônio científico. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio. (Org.) **Cultura Material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2009, p.03-13.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do IPHAN**, n.23, p.94-115, 1994. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphant&pagfis=8430&pesq=>>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. **Projeto Como Fazer**. v.2. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1998.

GONÇALVES, Reginaldo. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina. 6.ed. 2009, p.25-33.

GUEDES, Gracinda Maria Ferreira. A descrição normalizada de arquivos como condição *sine qua non* para a eficaz recuperação e comunicação da informação na web. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, XXVIII, p. 191-210, 2015.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.3, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a07.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

JACQUES, Cesar Augusto Freitas. **O patrimônio documental da ditadura militar brasileira: o papel da Assessorias de Segurança e Informações no contexto das universidades**. 2014, 216f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

JAKOBY, Marcos André. A campanha da legalidade de 1961 e o papel da resistência democrática. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. **Anais eletrônicos...Disponível em:** <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364948648_ARQUIVO_ArtigoparaosNH2013-ACampanhadalegalidadede1961eopapeldaresistenciaDemocratrica.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

JARDIM, José Maria. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v.42, n.1, 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1393>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

_____. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2006, p. 5-16.

_____. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995. 196p. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/sistemas.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

JIMERSON, Randall C. Arquivos para todos: A importância dos arquivos na sociedade. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2008, p.27-44.

JENKINSON, Hillary. **A manual of archive administration.** Londres: Oxford, 1922.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da UFMG, 1990. 553p.

LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. Entre o moderno e o autoritário, o liberal e o conservador: o projeto de socialização político-ideológico contido na disciplina de EPB. **Educação e Sociedade**, v.37, n. 137, out/dez 2016, p. 1029-1044. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01029.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985):** um espaço de disputas. 2010. 367f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

LLANES PADRÓN, Dunia. La descripción archivística: un antes y um después marcado por ISAD(G) y los nuevos paradigmas archivísticos. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos Avançados em Arquivologia.** Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 155-179.

LOPES, Janaína Vedoin; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Arquivos da Repressão e Leis de Acesso à Informação: os casos brasileiro e argentino na construção do direito à memória e à verdade. **Revista Aedos**, v.5, n.13, ago/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/42160/28046>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

LOPES, Luís Carlos. **A gestão da informação:** as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997. 143p.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. **Projeto Como Fazer**, v.6. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

LUPORINI, Teresa Jussara. "Lugares da memória" no Estado do Paraná: demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v.1, n.1, 1998. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1340>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

MANCEBO, Samara Lima Tavares. O mestrado em Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ: reflexões sobre uma experiência de socialização política, em nível de mestrado, no Brasil. **Intratextos**, n.02, 2011, p. 121-135. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/viewFile/1703/1325>>. Acesso em: 07 jun. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIZ, Anna Carla Almeida. **A informação na internet:** arquivos públicos na internet. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, 168p.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, v.30, n. 106, jan/abr 2009, p. 15-35. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/119.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 1261, de 23 de dezembro de 2013. Determina a obrigatoriedade do uso do Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovado pela Portaria nº 92 do Arquivo Nacional, de 23 de setembro de 2011, pelas IFES e dá outras providências. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 23 dez. 2013. Disponível em: <http://www.pra.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2012/08/portaria_1261_2013.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan; FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição de arquivos.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. 145p.

MORENO, Nádina Aparecida. **A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias.** 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/EARM-6ZCPUE/doutorado_n_dina_aparecida_moreno.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 abr. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014a. 449p.

_____. Contradições do autoritarismo: as universidades e o regime militar. [Entrevista disponibilizada em 22 de março de 2014, a internet]. 2014b. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/contradicoes-do-autoritarismo-as-universidades-o-regime-militar-528404.html>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

NASCIMENTO, Adalson. Experiências de arranjo e descrição em acervos de Instituições Federais de Ensino Superior. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson. (Org.) **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa.** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012, p. 97-111.

NASCIMENTO, Maiara de Arruda. **Espaços informacionais virtuais:** a disponibilização dos instrumentos de descrição arquivística na web. 2011. 83p. Monografia (Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos) – UFSM/UAB, Restinga Seca, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História.** São Paulo: PUC-SP. n. 10, 1993, p.7-28.

NUNES, Natalay; REZENDE, Maria José de. O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 3, 2008, Londrina. **Anais eletrônicos...**Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/natalynunes.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

PAES, Marilene Leite. **Arquivo:** teoria e prática. 5 reimpr. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PASQUARELLI, Bruno. Redemocratização e partidos políticos no Brasil e no Chile: incentivos institucionais, sistema partidário e processo decisório. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v.25, n.3, 2016. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/540/341>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

PEREIRA, Maria Juvanete Ferreira da Cunha. O Arquivo Público enquanto lugar de memória. **Em tempos de História**, n.10, p.94-116, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/2625>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v.5, n.10, p.200-2012, 1992. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/andreascosta/memoria-e-patrimonio-cultural/texto-de-michael-pollak-memoria-e-identidade-social/view>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

POMIAN, krzysztof. – Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi: Memória-História**. Lisboa: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984, p.51-86.

PRATS, Llorenç. **Antropología y patrimonio**. Barcelona: Editora Ariel S.A, 1997, 171p.

RAMÍREZ ACEVES, Merizanda. La archivística: ¿ciencia o técnica? In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (Org.) **Bibliotecología, archivística, documentación: intradisciplina, interdisciplinar o transdisciplinariedad**. México: UNAM, Centro Universitário de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011, p. 39 – 68. Disponível em: <<http://libros.metabiblioteca.org/bitstream/001/380/8/978-607-02-0749-5.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade 1964 – 1984. Londrina: Eduel, 2013. 398p.

RODRIGUES, Camila Poerschke. **A UFSM no Projeto Rondon:** acesso web ao patrimônio arquivístico. 2014, 116f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilsa L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 210-230.

RONCAGLIO, Cynthia. O papel dos arquivos das instituições federais de ensino superior e a experiência do Arquivo Central da Universidade de Brasília. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v.9, n. 1, jan/jun 2016, p. 178-194. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/16956>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Jackson Guterres. A declaração universal sobre arquivos, sua arquivística socializante e a qualidade de vida. **Archeion online**, v.1, n.1, jul/dez 2013, p.53-6. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/17137>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística: temas contemporâneos**. 3 ed. Distrito Federal: SENAC, 2009, p.175-220.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção e seu objeto científico**: concepções, trajetórias e contextualizações. 2012, 320 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/es.php>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

SEFFRIN, Cássia et al. Gestão de documentos em arquivos universitários: estudo de caso no arquivo central da FAED-UDESC. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1, 2004, Brasília/GO. **Anais...** Brasília/GO: Universidade de Brasília; Associação Brasiliense de Arquivologia, 2004.

SEMINÁRIO DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS E DE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E CIÊNCIA, 1., 2008, Goiânia. **[Palestra de abertura]**. Congresso Brasileiro de Arquivologia, 15. Goiânia: Associação de Arquivologia do Estado de Goiás, 2008. Disponível em: <http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/semiario_arquivos_universitarios/neire_abertura.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO (SIGA). Código de Classificação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://sigarquivonacional.gov.br/images/codigos_tabelas/portaria_n0922011_codigo_de_classificacao_de_documentos_.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. rev. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo e Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608p.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística: temas contemporâneos**. 3 ed. Distrito Federal: SENAC, 2009, p.79-163.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2, 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul.

_____. O código de classificação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos: estudo de caso de um instrumento de classificação. **Revista do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro**, n. 2, 2004, p. 26-69. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1430/1/ARTIGO_CodigoClassificacao.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2017.

SOUZA, Carla Gabrieli Galvão de. Patrimônio Cultural: o processo de ampliação de sua concepção e suas repercussões. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, n. 7, 2008, p. 37-66. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/383>>. Acesso em: 21 mai. 2017.

TAVARES, Flávio. **1964:** o golpe. 3.ed. Porto Alegre: L&PM, 2015. 320p.

TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. **Coleção Tudo é História, 48.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. 123p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Pró-Reitoria de Planejamento. **Evolução da estrutura acadêmica-administrativa da UFSM: 1961 – 1995.** Santa Maria, 1995. 70 p.

_____. Departamento de Assuntos Estudantis e Registros Gerais. **Catálogo Geral 1974.** Santa Maria, 1974. 206 p.

ANEXO A - PROGRAMA DA DISCIPLINA DE ESTUDOS E PROBLEMAS BRASILEIROS, CONFORME PARECER Nº 094/1971, DO CFE.

Unidade I – Panorama Geral da Realidade Brasileira

- 1 – Características gerais da geopolítica e geoeconomia nacional;
- 2 – O homem brasileiro: formação étnica e cultural; traços característicos; pirâmide etária; situação demográfica;
- 3 – As instituições sociais, políticas e econômicas; e
- 4 – O comportamento social: estratificação, mobilidade e adaptação social, ação comunitária; ética individual, profissional e social.

Unidade II – Problemas Morfológicos

- 1 – As estruturas econômicas: análise do sistema econômico brasileiro;
- 2 – As estruturas sociais;
- 3 – As estruturas políticas e as características da democracia no Brasil; e
- 4 – A estrutura dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Unidade III – Problemas do Desenvolvimento Econômico

- 1 – A riqueza nacional do solo, subsolo e fundo do mar; petróleo e Siderurgia;
- 2 – Povoamento e preservação do solo;
- 3 – A Amazônia e seus problemas;
- 4 – O Nordeste e seus problemas;
- 5 – Os transportes e a economia;
- 6 – Desenvolvimento agrícola e pecuário; Reforma Agrária;
- 7 – Problema energético;
- 8 – Desenvolvimento industrial;
- 9 – Comércio interno e internacional;
- 10 – Disparidades regionais e desequilíbrios socioeconômicos; organismos regionais;
- 11 – O desenvolvimento econômico e a integração econômica setorial e nacional;
- 12 – Política monetária, creditícia e fiscal;
- 13 – Planejamento econômico;
- 14 – Trabalho e Previdência Social; e
- 15 – Mercado de capitais.

Unidade IV – Problemas Socioeconômicos

- 1 – Habitação;
- 2 – Saúde: prevenção, assistência médica e reabilitação. Saneamento básico e erradicação das endemias;
- 3 – Educação: diagnóstico e soluções;
- 4 – Comunicação social e difusão social;
- 5 – A ciência, a tecnologia e seu papel no desenvolvimento;
- 6 – As artes e sua função cultural;
- 7 – Urbanização;
- 8 – Empresa: sua função social e sua participação no desenvolvimento; e
- 9 – As Forças Armadas no processo socioeconômico do Brasil.

Unidade V – Problemas Políticos

- 1 – Filosofias e ideologias políticas;
- 2 – O Poder Nacional e suas expressões;
- 3 – Representação popular;

- 4 – Partidos políticos: organização e funcionamento;
- 5 – Evolução política nacional;
- 6 – Problemas geopolíticos: a ocupação do solo e os limites territoriais;
- 7 – Política econômica;
- 8 – Política social;
- 9 – Política externa; e
- 10 – Organismos políticos internacionais: ONU e OEA.

Unidade VI – Segurança Nacional

- 1 – Segurança externa e interna – responsabilidade do cidadão;
- 2 – Guerra revolucionária;
- 3 – As Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica; e
- 4 – Estabelecimento de uma doutrina e formulação de uma política de segurança nacional – Conselho Nacional de Segurança – Estado Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra.

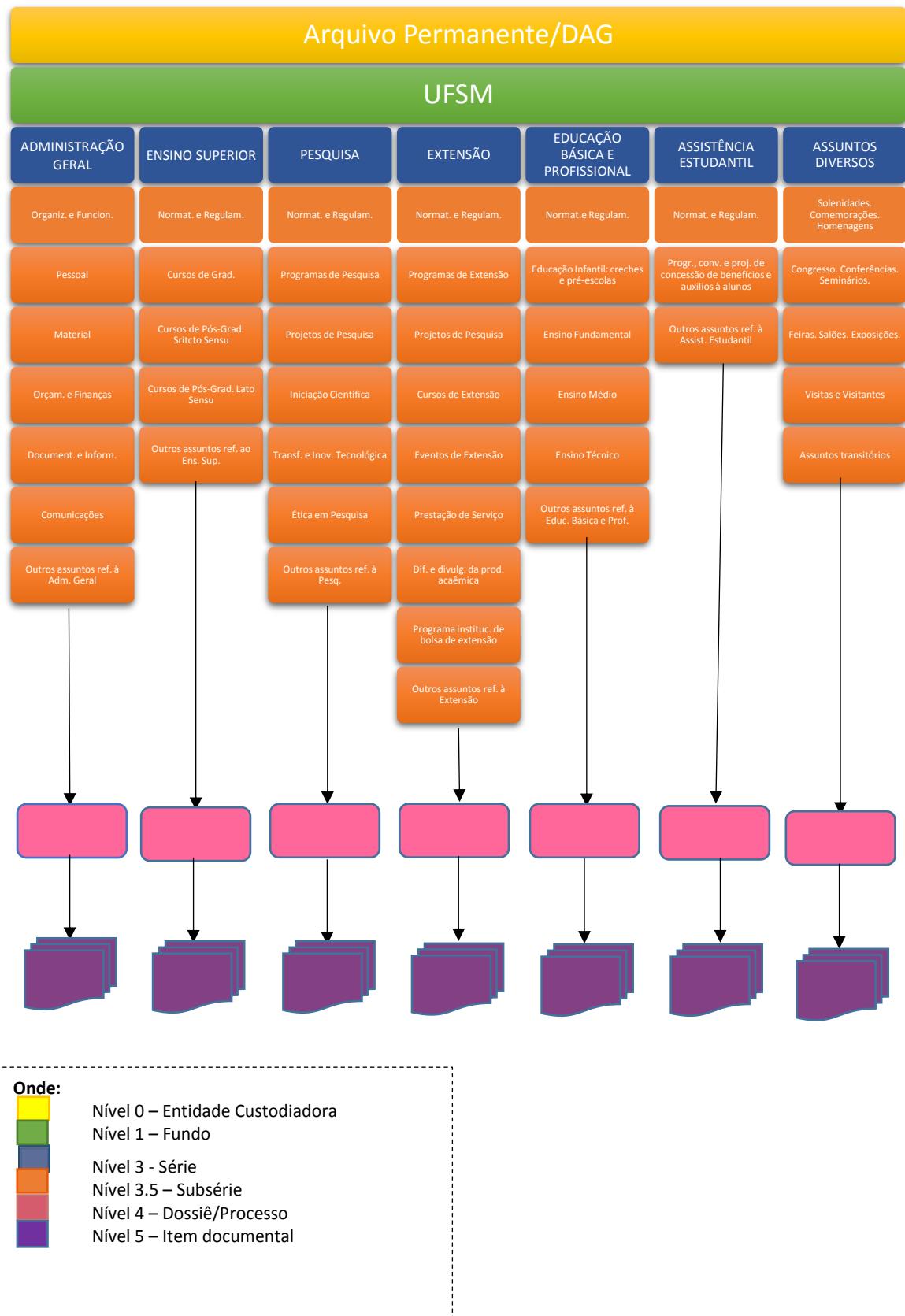
ANEXO B – QUADRO DE FUNDOS DA UFSM (VERSAO ANTIGA)

Fundo A – Órgãos Colegiados	Fundo N – Centro de Ciências Sociais e Humanas
Fundo B – Gabinete do Reitor e Vice-Reitor	Fundo O – Centro de Educação
Fundo C – Pró-Reitoria de Planejamento	Fundo P – Centro de Educação Física e Desportos
Fundo D – Pró-Reitoria de Administração	Fundo Q – Centro de Tecnologia
Fundo E – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa	Fundo R – Coordenadoria de Ensino de 2º Grau
Fundo F – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	Fundo S – Imprensa Universitária
Fundo G – Pró-Reitoria de Graduação	Fundo T – Centro de Ciências Sociais e Humanas
Fundo H – Pró-Reitoria de Extensão	Fundo U – Biblioteca Central
Fundo I – Pró-Reitoria de Recursos Humanos	Fundo V – Prefeitura da Cidade Universitária
Fundo J – Centro de Artes e Letras	Fundo W – Editora
Fundo K – Centro de Ciências Naturais e Exatas	Fundo X – Hospital Universitário
Fundo L – Centro de Ciências Rurais	Fundo Y – Restaurante Universitário
Fundo M – Centro de Ciências da Saúde	Fundo Z – Orquestra Sinfônica

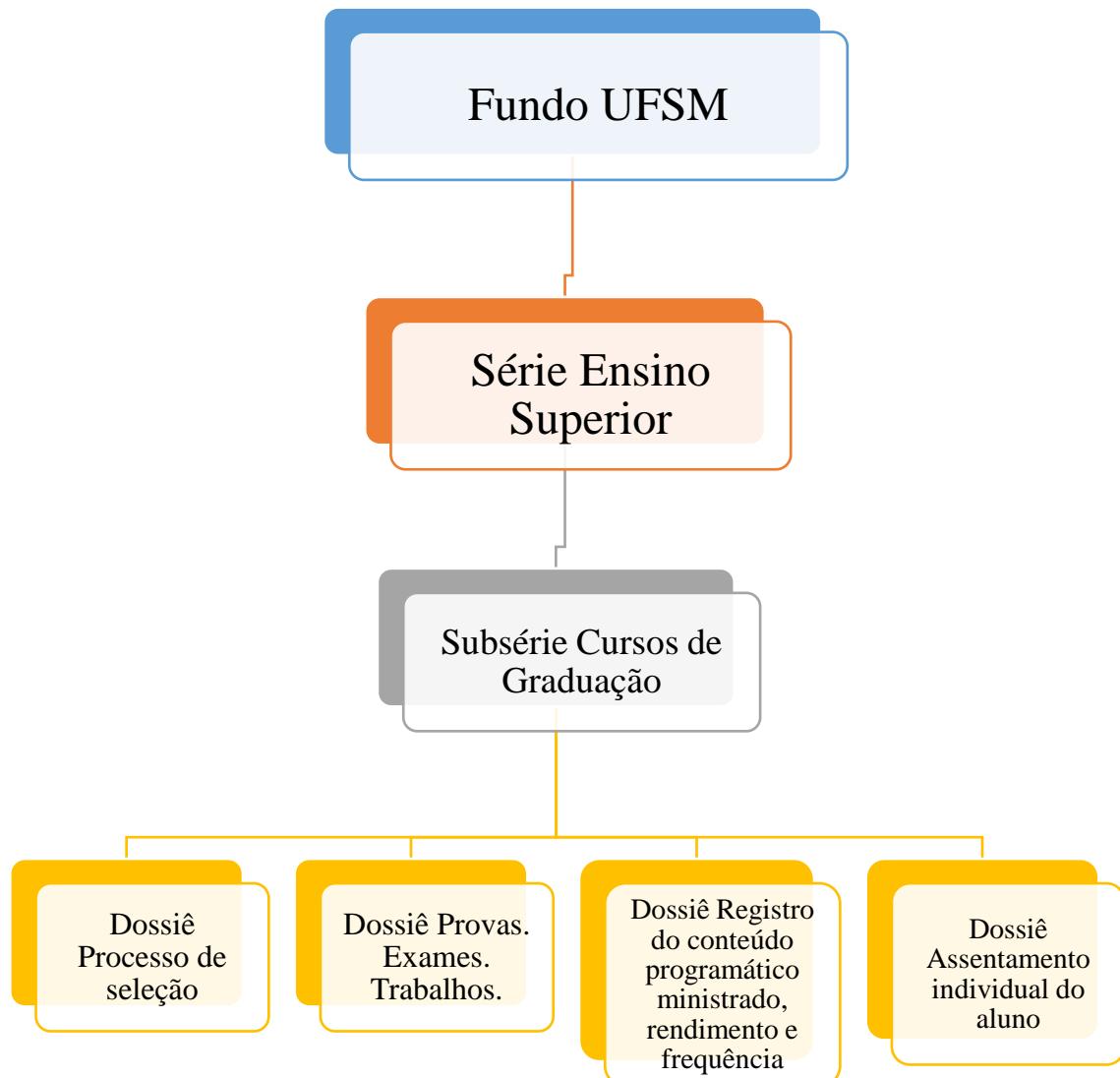
APÊNDICE A – FICHA DE CITAÇÃO

FICHA DE CITAÇÃO	
Assunto:	
Referência da publicação:	
Localização do material + Página:	
Citação:	

APÊNDICE B – QUADRO DO NOVO ARRANJO DOCUMENTAL DA UFSM



APÊNDICE C – QUADRO DE ARRANJO DOCUMENTAL DO ACERVO MEMÓRIA ACADÊMICA



APÊNDICE D – PROPOSTA DE DESCRIÇÃO PARA O ACERVO MEMÓRIA ACADÊMICA

Nível Fundo (1)

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência	
Título	
Datas (s)	
Nível de descrição	
Dimensão e suporte	

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor	
História administrativa	

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo	
--------------------------	--

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Condições de acesso	
----------------------------	--

Nível Série (3)

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência	
Título	
Datas (s)	
Nível de descrição	
Dimensão e suporte	

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor	
História arquivística	

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo	
Sistema de arranjo	

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos	
--	--

Nível Subsérie (3.5)

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência	
Título	
Datas (s)	

Nível de descrição	
Dimensão e suporte	

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor	
-------------------------	--

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo	
Sistema de arranjo	

Nível Dossiê (4)**ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO**

Código de referência	
Título	
Datas (s)	
Nível de descrição	
Dimensão e suporte	

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor	
História administrativa	

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo	
Sistema de Arranjo	

ÁREA DE NOTAS

Notas sobre conservação	
--------------------------------	--

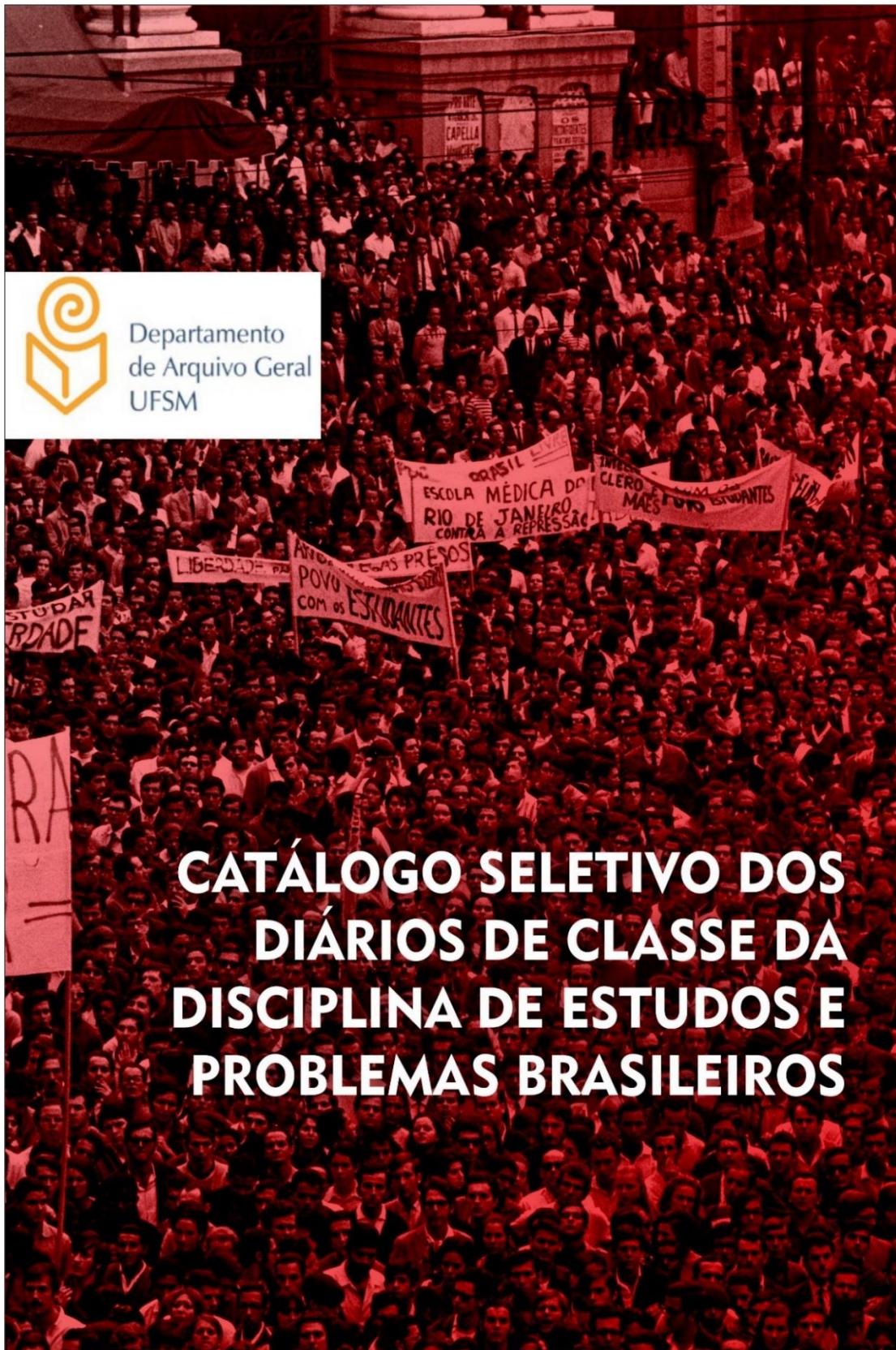
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Notas do arquivista	
Data da descrição	

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Ponto de Acesso	
------------------------	--

APÊNDICE E – CATÁLOGO SELETIVO DOS DIÁRIOS DE CLASSE DA DISCIPLINA DE ESTUDOS E PROBLEMAS BRASILEIROS³³



³³ A numeração das páginas não acompanha o sumário do catálogo inserido no apêndice, visto que esta deve seguir a numeração do trabalho.



**CATÁLOGO SELETIVO DOS DIÁRIOS DE CLASSE DA DISCIPLINA
DE ESTUDOS E PROBLEMAS BRASILEIROS DA UFSM**

Santa Maria, 2017
RS, Brasil

INFORMAÇÕES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Prof. Paulo Afonso Burmann

Vice-Reitor: Prof. Paulo Bayard Dias Gonçalves

Pró-Reitor de Administração: José Carlos Segalla

Diretora do Departamento de Arquivo Geral: Rita Medianeira Ilha

Diretora da Divisão de Arquivo Permanente: Lívia Regina Rocha Retamoso

Elaboração: Arquivista Maiara de Arruda Nascimento

Prof. Dr^a Gláucia Vieira Ramos Konrad

Capa e Diagramação: Cássio Poerschke Rodrigues

Ano de produção: 2017

SUMÁRIO

Apresentação...5
Contextualização Histórica...6
A Disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros...8
Convenções Adotadas...11
A Descrição...12
Referências...40

APRESENTAÇÃO

O presente instrumento de descrição – o catálogo seletivo – apresenta a descrição dos diários de classe resultantes da disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), disciplina imposta durante a ditadura civil-militar com o propósito de difundir os propósitos da doutrina civil-militar entre os universitários.

O catálogo apresenta o nível de descrição item documental, com sessenta e um (61) unidades documentais descritas, sendo estas provenientes do Acervo Memória Acadêmica, custodiado pelo Departamento de Arquivo Geral (DAG) da UFSM. Os diários de classe poderão ser consultados mediante solicitação pessoal ou escrita (pelo endereço eletrônico: dagpesquisa@ufsm.com) na Divisão de Arquivo Permanente do DAG, localizado no subsolo do Prédio da Administração Central da Universidade.

Compõem o catálogo os seguintes capítulos: a Apresentação, que fornece informações gerais sobre o instrumento descriptivo; a Contextualização Histórica, que apresenta, brevemente, as repercuções da ditadura nas universidades; a Disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros, que é mostrada como um dos mecanismos utilizados pelo governo ditatorial para incutir a doutrina civil-militar nas mentes da juventude; as Convenções Adotadas, as quais informam sobre a norma utilizada na descrição dos diários de classe, bem como os elementos que foram empregados na referida descrição; A Descrição, que apresenta os diários de classe da disciplina de EPB descritos e, por fim, as Referências que foram utilizadas no catálogo.

O catálogo se constitui em um instrumento de difusão do patrimônio documental da Universidade, sendo resultado da dissertação intitulada “Arranjo e descrição do Acervo Documental Memória Acadêmica: vestígios da ditadura civil-militar na UFSM”, apresentada em 2017, no Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, sob a orientação da Prof.^a Dra. Gláucia Vieira Ramos Konrad.

Espera-se com este trabalho contribuir com os pesquisadores da temática da ditadura no Brasil, no sentido de auxiliar no entendimento do impacto do regime na UFSM, tendo em vista que as demais fontes documentais sobre o período na instituição não foram localizadas até o momento.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A imposição da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) inaugurou o período mais conturbado da história recente do país, ocasionando profundas transformações na sociedade brasileira, em que a democracia foi substituída pelo estado de exceção, com extremo controle ideológico, censura e todo o tipo de arbitrariedades e violações aos direitos humanos.

A ditadura teve forte repercussão sobre as instituições de ensino superior brasileiras, sendo que estas foram umas das mais atingidas pela violência do aparato civil-militar. Durante os anos que se seguiram ao golpe, estudantes, professores, pesquisadores e outros profissionais foram vítimas de torturas, assassinatos, perseguições e expurgos. Ainda assim, foi entre os seus muros que se forjou um dos maiores redutos de contestação e resistência ao governo golpista, o que fez com que a comunidade acadêmica se tornasse um dos alvos preferenciais da repressão.

Para tanto, o governo se utilizou da instalação das chamadas Assessorias de Segurança e Informação (ASIs) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs), órgãos cuja finalidade era monitorar internamente as universidades, levantando informações sobre a comunidade acadêmica e seus movimentos políticos, como greves, invasões, manifestações, associações de turmas e adesão a partidos políticos.

No que tange à resistência da comunidade acadêmica à ditadura, destaca-se o papel do movimento estudantil. A instauração do golpe, em 1964, não impediu que os estudantes se mobilizassem e reivindicassem uma série de melhorias para a educação, tais como a ampliação de vagas nas universidades públicas, melhorias nas condições de ensino e a sua não privatização, sendo igualmente a favor das liberdades democráticas e da justiça social. Com o recrudescimento do regime, nos anos de chumbo (1968-1974), houve a promulgação do Ato Institucional nº 5 e a imposição da Doutrina de Segurança Nacional, culminando na contenção de sua atuação política. Somente a partir da segunda metade da década de 1970, é que o movimento estudantil começou a se recuperar das tentativas de silenciamento, tendo papel relevante na redemocratização do país.

Foi também durante a ditadura civil-militar que o sistema educacional brasileiro passou por transformações que tiveram grande impacto. Estas iniciaram com a celebração de acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), nas décadas de 1960 e 1970. O objetivo de tais acordos foi implantar o modelo norte-americano de universidade, modelo este fundamentado no tecnicismo, em que a educação é

voltada exclusivamente às demandas do mercado de trabalho, como um pressuposto do desenvolvimento econômico. Neste contexto, foram firmados convênios, professores e cientistas foram enviados ao Brasil, houve o empréstimo de recursos financeiros e o financiamento de projetos, além do assessoramento aos dirigentes e autoridades das universidades brasileiras.

Já em 1968, com a Reforma Universitária, o governo deu continuidade ao plano de modernização das universidades brasileiras, com o discurso de adequá-las ao desenvolvimento nacional. Uma série de mudanças foram implementadas com este intento, tais como a extinção das cátedras, a criação da estrutura departamental, a implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, a criação do sistema de créditos, entre outras. Como pontos positivos, obteve-se o aumento do número de vagas ofertadas, a melhoria da infraestrutura e da carreira docente e a dinamização da pesquisa e da pós-graduação. Por outro lado, a nova estrutura administrativa das universidades culminou na redução da sua autonomia, visto que o controle interno e externo sobre a vida acadêmica aumentou consideravelmente. Ademais, o aumento de vagas ofertadas não foi suficiente para atender a demanda da época, o que acabou fortalecendo as instituições de ensino privadas.

Por fim, cabe destacar que a ditadura tentou influenciar de muitas formas o meio acadêmico. O Projeto Rondon, por exemplo, teve por objetivo o deslocamento de estudantes e professores para áreas isoladas do país, a fim de realizar práticas assistenciais voltadas às populações carentes destas regiões. A intenção oculta, entretanto, foi atrair os jovens universitários, utilizando-se do idealismo e patriotismo em prol da causa nacionalista. Já o estabelecimento da disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB) foi outro meio empregado nas universidades para difundir os valores do regime civil-militar, tal como se verá a seguir.

A DISCIPLINA DE ESTUDOS E PROBLEMAS BRASILEIROS (EPB)

Como visto anteriormente, a partir do momento em que a ditadura foi instaurada, o governo civil-militar passou a intervir de diferentes formas no sistema educacional vigente e, por conseguinte, nas instituições de ensino brasileiras. Seu principal objetivo era construir, junto às novas gerações, a mentalidade de que a ditadura estava a favor da sociedade e dos ideais democráticos, encaminhando o país rumo ao desenvolvimento e ao progresso.

Neste contexto, foi instituído o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que determinou a obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) em todos os níveis escolares. Nas universidades, tanto em cursos de graduação, quanto de pós-graduação, a EMC foi ministrada sob a forma de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB). A disciplina de EMC foi ofertada até meados da década de 1980, apenas sendo retirada oficialmente da grade curricular das instituições de ensino após a promulgação da Lei nº 8663, de 14 de junho de 1993, o qual revogou o Decreto nº 869.

Muito mais do que estimular o culto ao patriotismo e aos valores morais e cristãos, o ensino da EMC teve por finalidade a reprodução ideológica do regime instituído, ao mesmo tempo em que fazia uma propaganda indireta do governo civil-militar, que se apresentava como o único defensor possível da pátria e da moral, em oposição aos ideais considerados subversivos.

Na UFSM, a disciplina de EPB foi vinculada ao Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros, criado pelo Parecer nº 007/1972, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sendo implantado no ano seguinte. O referido departamento fazia parte da estrutura administrativa do Centro de Estudos Básicos, atual Centro de Ciências Naturais e Exatas. Posteriormente, em 1978, sua nomenclatura foi alterada para Departamento de Estudos Políticos e Sociais, passando a pertencer à estrutura do Centro de Ciências Sociais e Humanas. Já em 1984, o Departamento de Estudos Políticos e Sociais foi extinto e em seu lugar foram criados os Departamentos de História e de Sociologia e Política, ficando a disciplina de EPB a cargo deste último. A disciplina deixou de ser obrigatória na UFSM a partir da Resolução do Reitor nº 0016³⁴, de 24 de agosto de 1993.

³⁴ Disponível em:
<<https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivoIndexado&download=false&id=2115>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

Segundo a publicação da UFSM “Catálogo Geral 1974”, a disciplina de EPB, quando ministrada, costumava ser ofertada em dois semestres: Estudos e Problemas Brasileiros I e Estudos e Problemas Brasileiros II e, a partir de 1974, Estudos e Problemas Brasileiros A e Estudos e Problemas Brasileiros B. Em Estudos e Problemas Brasileiros I e Estudos e Problemas Brasileiros A eram ministrados os conteúdos referentes às Unidades I, II e III do Programa oficial da disciplina, com os conteúdos concernentes ao Panorama Geral da Realidade Brasileira, Problemas Morfológicos e Problemas do Desenvolvimento Econômico, respectivamente. Já em Estudos e Problemas Brasileiros II e Estudos e Problemas Brasileiros B eram ministrados os conteúdos referentes às Unidades IV, V e VI do Programa oficial da disciplina, com os conteúdos referentes aos Problemas Socioeconômicos, Problemas Políticos e Segurança Nacional.

Ao longo dos anos, inúmeros professores da instituição, oriundos de diferentes departamentos, se revezaram ao ministrar os conteúdos da disciplina, o que, possivelmente, proporcionou aos alunos distintas visões sobre os temas abordados.

No presente catálogo seletivo, apresenta-se a descrição de sessenta e um (61) diários de classe referentes à disciplina de EPB, do ano de 1971 a 1973. Estes integram o Acervo Memória Acadêmica, que reúne documentos da vida acadêmica dos alunos de graduação da UFSM em seus anos iniciais de fundação. É possível que outros diários de classe da disciplina de EPB sejam futuramente encontrados junto ao referido acervo, visto que este ainda não passou por tratamento documental. Caso se confirme, as descrições dos mesmos serão incorporadas em uma próxima atualização do referido instrumento descritivo.

A seguir, apresenta-se o Programa da disciplina de EPB, conforme Parecer nº 094/1971, do Conselho Federal de Educação.

Unidade I – Panorama Geral da Realidade Brasileira

- 1 – Características gerais da geopolítica e geoconomia nacional;
- 2 – O homem brasileiro: formação étnica e cultural; traços característicos; pirâmide etária; situação demográfica;
- 3 – As instituições sociais, políticas e econômicas; e
- 4 – O comportamento social: estratificação, mobilidade e adaptação social, ação comunitária; ética individual, profissional e social.

Unidade II – Problemas Morfológicos

- 1 – As estruturas econômicas: análise do sistema econômico brasileiro;
- 2 – As estruturas sociais;
- 3 – As estruturas políticas e as características da democracia no Brasil; e
- 4 – A estrutura dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Unidade III – Problemas do Desenvolvimento Econômico

- 1 – A riqueza nacional do solo, subsolo e fundo do mar; petróleo e Siderurgia;
- 2 – Povoamento e preservação do solo;
- 3 – A Amazônia e seus problemas;
- 4 – O Nordeste e seus problemas;
- 5 – Os transportes e a economia;
- 6 – Desenvolvimento agrícola e pecuário; Reforma Agrária;
- 7 – Problema energético;
- 8 – Desenvolvimento industrial;
- 9 – Comércio interno e internacional;
- 10 – Disparidades regionais e desequilíbrios socioeconômicos; organismos regionais;
- 11 – O desenvolvimento econômico e a integração econômica setorial e nacional;
- 12 – Política monetária, creditícia e fiscal;
- 13 – Planejamento econômico;
- 14 – Trabalho e Previdência Social; e
- 15 – Mercado de capitais.

Unidade IV – Problemas Socioeconômicos

- 1 – Habitação;
- 2 – Saúde: prevenção, assistência médica e reabilitação. Saneamento básico e erradicação das endemias;
- 3 – Educação: diagnóstico e soluções;
- 4 – Comunicação social e difusão social;
- 5 – A ciência, a tecnologia e seu papel no desenvolvimento;
- 6 – As artes e sua função cultural;
- 7 – Urbanização;
- 8 – Empresa: sua função social e sua participação no desenvolvimento; e
- 9 – As Forças Armadas no processo socioeconômico do Brasil.

Unidade V – Problemas Políticos

- 1 – Filosofias e ideologias políticas;
- 2 – O Poder Nacional e suas expressões;
- 3 – Representação popular;
- 4 – Partidos políticos: organização e funcionamento;
- 5 – Evolução política nacional;
- 6 – Problemas geopolíticos: a ocupação do solo e os limites territoriais;
- 7 – Política econômica;
- 8 – Política social;
- 9 – Política externa; e
- 10 – Organismos políticos internacionais: ONU e OEA.

Unidade VI – Segurança Nacional

- 1 – Segurança externa e interna – responsabilidade do cidadão;
- 2 – Guerra revolucionária;
- 3 – As Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica; e
- 4 – Estabelecimento de uma doutrina e formulação de uma política de segurança nacional – Conselho Nacional de Segurança – Estado Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra.

CONVENÇÕES ADOTADAS

Para a descrição dos diários de classe da disciplina de Estudos e Problemas Brasileiros (EPB) utilizou-se o nível descritivo item documental (nível 5) da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). O instrumento descritivo reúne sessenta e um (61) verbetes, cada um representando uma unidade documental, organizado em ordem cronológica, com os seguintes elementos de descrição da NOBRADE:

Código de Referência: A Universidade Federal de Santa Maria, por meio do Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), fornecido pelo Arquivo Nacional, recebeu o Código de Referência BR RSUFSM. Os demais dados se referem ao arranjo das unidades de descrição: UFSM se refere ao Fundo Documental, ES à Série Ensino Superior, Cg à Subsérie Cursos de graduação, Rc é a contração do dossiê Registro do conteúdo programático ministrado, rendimento e frequência e dc se refere ao item documental diário de classe, representado pelo número sequencial, respeitando a ordenação cronológica.

Título: No caso dos diários de classe da disciplina de EPB, inseriu-se o nome do tipo documental, acrescido da sigla da disciplina, juntamente com o nome do Curso onde a disciplina foi ofertada.

Data: Registra o semestre letivo e o ano em que o diário de classe foi emitido.

Nível de descrição: Corresponde ao item documental (nível 5).

Dimensão e suporte: Informa o gênero documental, o suporte, além de informações sobre o formato (folhas, capa) e a forma documental (original ou cópia).

Nome do produtor: Informa o nome da entidade produtora, que corresponde ao extinto Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros.

História administrativa: Registra, de maneira concisa, as alterações de nomenclaturas sofridas pelas unidades e subunidades da UFSM ao longo do tempo.

Âmbito e conteúdo: Faz um breve resumo do diário de classe descrito, contemplando os conteúdos que foram ministrados.

Notas sobre conservação: Apresenta informações sobre o estado de conservação do diário de classe.

Notas gerais: Fornece informações que podem ser úteis aos pesquisadores e que não puderam ser incluídas em outros campos.

A DESCRIÇÃO

Ano 1971

001

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc001
Título	Diário de classe de EPB - Cursos de Filosofia e Geografia
Data	1º e 2º semestres letivos de 1971
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.10; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	Os Cursos de Filosofia e Geografia pertenciam, à época, à estrutura do Centro de Estudos Básicos, hoje, denominado Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).
Ambito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Instituições econômicas: análise do sistema econômico brasileiro; Instituições e estruturas políticas: a democracia no Brasil; A estrutura dos poderes executivo, legislativo e judiciário sob o império da vigente Constituição Federal; Estrutura social: mobilidade social, instituições e ética individual, social e profissional; O homem brasileiro: etnia e cultura, traços e características da sociedade brasileira e situação demográfica; Geopolítica e geoeconomia do Brasil; Contrato de trabalho; Disparidades regionais e desequilíbrios socioeconômicos; Problemas ligados ao desenvolvimento econômico: integração nacional, integração social e integração econômica; Política econômica desenvolvimentista dos últimos governos; Incentivo ao desenvolvimento industrial; Transportes no Brasil; A energia elétrica e o desenvolvimento industrial; Nordeste e Amazônia; A riqueza nacional do solo, subsolo e fundo do mar; Petróleo e siderurgia; Saúde: conceito, prioridades, níveis de prevenção; endemias rurais; Poder nacional e suas expressões; Educação Nacional; Os partidos políticos: organização e funcionamento; Evolução da política nacional; Problemas do desenvolvimento; e Segurança Nacional.
Notas sobre Conservação	Encontra-se amarelado e com alguns rasgos.
Notas Gerais	Professores que ministraram a disciplina: Ney Goulart, Marlene Prado, Silvia Aguiar, Etelvino Signor, Wilson Aita, Pedro Sartori, Pedro Aguirre e Cora Rodrigues. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes. Consta no diário de classe a visita do Presidente General Médici à UFSM. O conteúdo “Problemas do desenvolvimento” foi dado pelo Ministro do Tribunal de Contas da União Clóvis Pestana.

002**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa****Âmbito e Conteúdo****Notas sobre Conservação****Notas Gerais**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc002

Diário de classe de EPB - Cursos de Matemática e Física

1º e 2º semestres letivos de 1971

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.9; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

Os Cursos de Matemática e Física pertencem, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Estudos Básicos, atual Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram:

O homem brasileiro: evolução étnica e cultural, o caráter do homem brasileiro, aspectos demográficos; As instituições e as estruturas sociais: o comportamento social, estratificação; mobilidade e adaptação social; ação comunitária; A estrutura dos poderes legislativo, executivo e judiciário, composição e competência, o processo de elaboração legislativa, O Supremo Tribunal Federal; Instituições e estrutura política: democracia no Brasil; Geoeconomia e geopolítica no Brasil; As instituições econômicas; A energia elétrica e o desenvolvimento industrial; Amazônia e Nordeste; Transportes; A riqueza nacional do solo; subsolo e fundo do mar; Petróleo e siderurgia; Mercado de capitais; Contrato de trabalho; Diagnóstico Educacional; Poder nacional: conceito, elementos, fatores, visão integrada; Saúde pública: níveis de prevenção, doenças transmissíveis, infecção, cadeia do processo infeccioso, resistência e suscetibilidade; Os partidos políticos; a ONU e a OEA; e Segurança Nacional: as Forças Armadas

Encontra-se amarelado.

Professores que ministraram a disciplina: Francisco Rodrigues, Mário Gnaglio, Pedro Aguirre, Cora Rodrigues, Wilson Aita, Carlos Maciel, Darci Couto, Sérgio Bernardes, Mário Gnaglio e Máximo José Trevisan. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

O conteúdo “Segurança Nacional: as Forças Armadas” foi ministrado por um militar identificado, no diário de classe, como Coronel Miranda.

003**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa****Âmbito e Conteúdo**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc003

Diário de classe de EPB - Cursos de Letras - Inglês e Francês e Geografia

1º e 2º semestres letivos de 1971

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.9; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

Os Cursos de Letras – Inglês e Francês e Geografia pertenciam, à época, à estrutura do Centro de Estudos Básicos, atual Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram:

O homem brasileiro: evolução étnica e cultural, o caráter do homem brasileiro, aspectos demográficos; As instituições e as estruturas sociais: o comportamento social, estratificação; Mobilidade e adaptação social; Ação comunitária; A estrutura do poderes legislativo, executivo e judiciário, composição e competência, o processo de elaboração legislativa, O Supremo Tribunal Federal; Instituições e estrutura política: democracia no Brasil; Geoeconomia e geopolítica no Brasil; Desenvolvimento agropecuário e preservação do solo: alguns aspectos tecnológicos da Reforma Agrária; A energia elétrica e o desenvolvimento industrial; Amazônia e Nordeste; Transportes; A riqueza nacional do solo; subsolo e fundo do mar; Petróleo e siderurgia; Mercado de capitais; Contrato de trabalho; Diagnóstico Educacional; Poder nacional: conceito, elementos, fatores, visão integrada; Saúde: prevenção, assistência médica e reabilitação, saneamento básico e erradicação de endemias; Os partidos políticos; a ONU e a OEA; e Segurança Nacional: as Forças Armadas.

Notas sobre Conservação

Encontra-se amarelado, com algumas manchas e rasgos. Algumas folhas estão soltas.

Notas Gerais

Professores que ministraram a disciplina: Clair Inês Mutti, Máximo José Trevisan, Cora Rodrigues, Mário Gnogliotto, Darci Couto, Vania Pinto, Wilson Aita, Cláudio Segalla, Loreno Côvolo, Pedro Aguirre e Francisco Rodrigues. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

O conteúdo “Segurança Nacional: as Forças Armadas” foi ministrado por um militar identificado, no diário de classe, como Coronel Miranda.

004

Código de Referência

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc004

Título

Diário de classe de EPB - Curso de Letras - Francês

Data

1º e 2º semestres letivos de 1971

Nível de Descrição

Item documental (Nível 5)

Dimensão e Suporte

Textual; Papel; Capa; Fl.10; Original

Nome do Produtor

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

História Administrativa

O Curso de Letras - Francês pertencia, à época, à estrutura ao Centro de Estudos Básicos, atual Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).

Âmbito e Conteúdo

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: As instituições e estruturas políticas: democracia no Brasil; Fundamentos éticos do cívismo, no âmbito pessoal, profissional, cívico, nacional e internacional; O homem brasileiro: aspectos culturais e demográficos; Características gerais da geopolítica e da geoeconomia nacional; Contrato de trabalho em geral e contrato de trabalho dos professores; Desenvolvimento rural e reforma agrária; Desenvolvimento agropecuário; Comércio Interno e desenvolvimento regional; Transportes no Brasil; Estudo da Amazônia e do Nordeste; A riqueza nacional do solo; subsolo e fundo do mar; Petróleo e siderurgia; A energia elétrica no desenvolvimento industrial; Saúde pública: doenças transmissíveis e medidas de prevenção; A educação nacional e seus aspectos; O poder nacional e suas expressões; e Segurança Nacional.

Notas sobre Conservação**Notas Gerais**

Encontra-se amarelado.

Professores que ministraram a disciplina: Cesmar Armando Pohl, Clair Inês Mutti, Cláudio Segalla, Ely Nunes, Vania Pinto, Pedro Aguirre, Luiz Castro, Leônidas Didonet, Cora Rodrigues, Mário Gnogliotto e Francisco Rodrigues. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

005**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc005

Diário de classe de EPB - Curso de Letras - Inglês

1º e 2º semestres letivos de 1971

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.10; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Letras - Inglês pertencia, à época, à estrutura do Centro de Estudos Básicos, atual Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Instituições econômicas: análise do sistema econômico brasileiro; Estruturas e instituições políticas: a democracia no Brasil; Fundamentos éticos do cívismo, no âmbito pessoal, profissional, cívico, nacional e internacional; O homem brasileiro: aspectos culturais e demográficos; Características gerais da geopolítica e da geoeconomia nacional; Contrato de trabalho em geral e contrato de trabalho dos professores; Desenvolvimento rural e reforma agrária; Desenvolvimento agropecuário; Preservação do solo; Comércio Interno e desenvolvimento regional; Transportes no Brasil; Estudo da Amazônia e do Nordeste; Saúde pública: doenças transmissíveis e medidas de prevenção; A educação nacional e seus aspectos; A riqueza nacional do solo; subsolo e fundo do mar; Petróleo e siderurgia; A energia elétrica no desenvolvimento industrial; A educação nacional e seus aspectos; O poder nacional e suas expressões; e Segurança Nacional.

Encontra-se amarelado.

Professores que ministraram a disciplina: Arlene Simões, Cesmar Armando Pohl, Clair Inês Mutti, Cláudio Segalla, Vania Pinto, Pedro Aguirre, Luiz Castro, Leônidas Didonet, Cora Rodrigues, Mário Gnogliotto e Francisco Rodrigues. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

Notas sobre Conservação**Notas Gerais****006****Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc006

Diário de classe de EPB - Cursos de Matemática e Física

1º e 2º semestres letivos de 1971

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.10; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

Os Cursos de Matemática, Física e Geografia pertencem, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Estudos Básicos, atual Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).

Âmbito e Conteúdo

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Instituições econômicas: análise do sistema econômico brasileiro; Instituições, estruturas políticas e a democracia no Brasil: o caso brasileiro e suas peculiaridades; Características gerais da geopolítica e da geoeconomia nacional; Contratos de trabalho: característica geral e contrato de trabalho dos professores; Instituições sociais: estrutura social, mobilidade social; Ética individual, profissional e social; A estrutura dos poderes legislativo, executivo e judiciário: composição e competência; O processo de elaboração legislativa; O Supremo Tribunal Federal; Transportes no Brasil; Disparidades regionais e desequilíbrios socioeconômicos: organismos regionais, planejamento econômico; Integração nacional: integração social e integração econômica, desenvolvimento da indústria e comércio, incentivos fiscais, regionais e setoriais; A energia elétrica e o desenvolvimento industrial; A Amazônia, o Nordeste e seus problemas; Desenvolvimento agropecuário: preservação do solo; alguns aspectos tecnológicos da reforma agrária; A riqueza nacional do solo; subsolo e fundo do mar; Petróleo: riqueza nacional; O diagnóstico educacional: problemas e soluções; Comunicação Social; O poder nacional e suas expressões; e Segurança Nacional

Encontra-se amassado, amarelado e com manchas.

Professores que ministraram a disciplina: Cesmar Armando Pohl, Ney Goulart, Mário Gnogliotto, Arlene Simões, Cláudio Segalla, Etilvino Signor, Cora Rodrigues, Wilson Aita, Máximo Trevisan, Pedro Aguirre e Francisco Rodrigues. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

Ano 1972

007

Código de Referência

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc007

Título

Diário de classe de EPB - Curso de Filosofia

Data

1º e 2º semestres letivos de 1972

Nível de Descrição

Item documental (Nível 5)

Dimensão e Suporte

Textual; Papel; Capa; Fl.12; Original

Nome do Produtor

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

História Administrativa

O Curso de Filosofia pertencia, à época, à estrutura do Centro de Estudos Básicos, hoje, denominado Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).

Âmbito e Conteúdo

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Formação étnica e cultural do país; As instituições, as estruturas políticas e as características da democracia no Brasil; Os transportes e a economia; Problemas da Amazônia brasileira; Mercado de capitais; Desenvolvimento enérgico e industrial; Disparidades regionais e desequilíbrios socioeconômicos: organismos regionais e planejamento econômico; Direito do trabalho e previdência social; Política monetária e tributária; A riqueza nacional do solo, subsolo e fundo do mar; Petróleo e siderurgia; A ocupação do solo e limites territoriais; Partidos políticos; O poder nacional e suas expressões; Filosofia e

Notas sobre Conservação
Notas Gerais

ideologias políticas; Saúde: definição, aspectos gerais, níveis de prevenção, cadeia do processo infeccioso, epidemiologia e profilaxia das doenças transmissíveis, soros e vacinas, O Brasil na ONU e OEA; e Comunicação Social e difusão cultural.

Encontra-se amarelado e com alguns rasgos.

Professores que ministraram a disciplina: Darcila Castelan, Ney Goulart, Etelvino Signor, Darcy Couto, Pedro Sartori, Arlene Simões, Vânia Pinto, Cesmar Pohl, Airton Fernandes Rodrigues, Achylles Rubim e Antonio Abelin. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

Ano 1973

008

Código de Referência

Título

Data

Nível de Descrição

Dimensão e Suporte

Nome do Produtor

História Administrativa

Âmbito e Conteúdo

Notas sobre Conservação

Notas Gerais

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc008

Diário de classe de EPB - Curso de Filosofia

1º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.12; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Filosofia pertencia, à época, à estrutura do Centro de Estudos Básicos, hoje, denominado Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).

O conteúdo abordado no decorrer do semestre letivo foi:

Mercado de capitais. Demais conteúdos não foram registrados no Diário de classe.

Encontra-se amarelado e com algumas manchas.

Professores que ministraram a disciplina: Arlene Simões e Paulo Abreu.

No dia 31 de março, consta que não houve aula em função da comemoração da “Revolução de 64”.

009

Código de Referência

Título

Data

Nível de Descrição

Dimensão e Suporte

Nome do Produtor

História Administrativa

Âmbito e Conteúdo

Notas sobre Conservação

Notas Gerais

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc009

Diário de classe de EPB - Curso de Música

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.12; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Música pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Educação: diagnóstico e soluções; Política econômica, Partidos políticos; Urbanização; Direitos e garantias individuais; A ocupação do espaço brasileiro; Mercado de trabalho; O modelo democrático brasileiro; e a ONU e OEA.

Encontra-se amarelado.

Professores que ministraram a disciplina: Arlene Simões, Marlei Almeida e Darcila Castelan.

No dia 06 de outubro, consta palestra do então Ministro da Agricultura, José Francisco de Moura Cavalcanti.

010

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc010
Título	Diário de classe de EPB – Cursos de Filosofia e História
Data	1º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.12; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	Os Cursos de Filosofia e História pertenciam, à época, à estrutura do Centro de Estudos Básicos, hoje, denominado Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).
Âmbito e Conteúdo	O conteúdo abordado no decorrer do semestre letivo foi: Mercado de capitais. Demais conteúdos não foram registrados no Diário de classe.
Notas sobre Conservação	Encontra-se amarelado.
Notas Gerais	Professores que ministraram a disciplina: Arlene Simões e Paulo Abreu.
	No dia 31 de março, consta que não houve aula em função da comemoração da “Revolução de 64”.

011

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc011
Título	Diário de classe de EPB – Curso de Música
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.12; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Música pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Urbanização, Partidos políticos, Política econômica, Segurança Nacional, O poder nacional, Educação: diagnóstico, A ocupação do espaço brasileiro, Saúde e alimentação no Brasil, A ONU e a OEA, O modelo brasileiro de desenvolvimento, Mercado de Trabalho, Direitos e garantias individuais e A política enérgica do Brasil.
Notas sobre Conservação	Encontra-se amarelado.
Notas Gerais	Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida, Airton Fernandes Rodrigues, Sirlei Dalla Lana e Arlene Simões.

012

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc012
Título	Diário de classe de EPB – Curso de Geografia
Data	1º e 2º semestres letivos de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.12; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

História Administrativa**Âmbito e Conteúdo****Notas sobre Conservação****Notas Gerais**

O Curso de Geografia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Estudos Básicos, hoje, denominado Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: As instituições econômicas; Objetivos do estudo dos problemas brasileiros na universidade atual. Demais conteúdos não foram registrados no Diário de classe.

Encontra-se amareulado.

Professores que ministraram a disciplina: Arlene Simões, Pedro Aguirre e Paulo Abreu. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

013**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc013

Diário de classe de EPB II – Curso de Educação Física – Turma única

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.12; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Educação Física pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Educação Física, hoje, denominado Centro de Educação Física e Desportos (CEFD).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Política econômica; O poder nacional; Urbanização; Segurança Nacional; Partidos políticos; As riquezas minerais e a política da mineração; Educação: diagnóstico e soluções; Saúde e alimentação no Brasil; O Brasil caminha: projeção; Direitos e garantias individuais; A ocupação do espaço brasileiro; Mercado de trabalho; A ONU e a OEA; e Valores da pessoa.

Encontra-se amareulado.

Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

Âmbito e Conteúdo**Notas sobre Conservação****Notas Gerais****014****Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc014

Diário de classe de EPB I – Curso de Economia – Turma A

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.12; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Economia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH).

Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.

Encontra-se com algumas manchas.

Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

Âmbito e Conteúdo**Notas sobre Conservação****Notas Gerais**

015**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc015

Diário de classe de EPB I – Curso de Economia – Turma B

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.12; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Economia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH).

Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.

Encontra-se com algumas manchas.

Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

Âmbito e Conteúdo**Notas sobre Conservação****Notas Gerais****016****Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc016

Diário de classe de EPB II - Curso de Medicina Veterinária –

Turma A

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Medicina Veterinária pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: O poder nacional; Política econômica; Urbanização; Modelo brasileiro de desenvolvimento; A ocupação do espaço brasileiro; Saúde: alimentação no Brasil; Direitos e garantias individuais; A ONU e a OEA; Mercado de Trabalho; e Industrialização.

Bom estado de conservação.

Professores que ministraram a disciplina: Pedro Aguirre, Marlei de Almeida e Airton Fernandes Rodrigues. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

Número expressivo alunos da disciplina reprovado por frequência.

Notas sobre Conservação**Notas Gerais****017****Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc017

Diário de classe de EPB II - Curso de História - Turma única

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de História pertencia, à época, à estrutura do Centro de Estudos Básicos, hoje, denominado Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).

Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.

Âmbito e Conteúdo

Notas sobre Conservação**Notas Gerais**

Bom estado de conservação.

Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

018**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc018

Diário de classe de EPB II - Curso de Matemática – Turma única

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Matemática pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Estudos Básicos, hoje, denominado Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Urbanização; Segurança Nacional; Recursos minerais e a política de mineração; Política econômica; Partidos políticos; O poder nacional e suas expressões; Saúde e alimentação no Brasil; ONU e OEA; Direitos e garantias individuais; Mercado de trabalho; O Brasil caminha: projeção; A ocupação do espaço brasileiro; Objetivos nacionais; e O modelo econômico brasileiro.

Bom.

Professores que ministraram a disciplina: Pedro Aguirre, Marlei de Almeida e Airton Fernandes Rodrigues. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

Notas sobre Conservação**Notas Gerais****019****Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc019

Diário de classe de EPB II - Curso de Artes – Turma única

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Artes pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Urbanização; Política econômica; Partidos políticos; Direitos e garantias individuais; Mercado de trabalho; A ocupação do espaço brasileiro; e Educação: diagnóstico e soluções.

Bom estado de conservação.

Professora que ministrou a disciplina: Marlei de Almeida. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

No dia 06 de outubro, consta palestra do então Ministro da Agricultura, José Francisco de Moura Cavalcanti.

Âmbito e Conteúdo**Notas sobre Conservação****Notas Gerais**

020**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc020

Diário de classe de EPB II - Curso de Artes – Turma B

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Artes pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL).

Âmbito e Conteúdo

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Urbanização; Política econômica; Partidos políticos; Direitos e garantias individuais; Mercado de trabalho; A ocupação do espaço brasileiro; Educação: diagnóstico e soluções; Política econômica; Segurança nacional; O poder nacional; Saúde e alimentação no Brasil, ONU e OEA; O modelo econômico; Mercado de trabalho; A política enérgica do Brasil; e O Brasil caminha: projeção.

Bom estado de conservação.

Notas sobre Conservação**Notas Gerais**

Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida, Pedro Aguirre e Arlene Simões. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

021**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc021

Diário de classe de EPB II - Curso de Ciências Contábeis – Turma única

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Ciências Contábeis pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo não foram registrados no Diário de classe.

Bom estado de conservação.

Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

Âmbito e Conteúdo**Notas sobre Conservação****Notas Gerais****022****Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc022

Diário de classe de EPB II - Curso de Agronomia – Turma A

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Agronomia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Saúde e alimentação no Brasil; Educação: diagnóstico e soluções;

Âmbito e Conteúdo

O poder nacional e suas expressões; Organismos internacionais; Política econômica; A ocupação do espaço brasileiro; Modelo Brasileiro de desenvolvimento; Mercado de trabalho; e Política energética do Brasil.

Bom estado de conservação.

Notas sobre Conservação

Notas Gerais

Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida, Pedro Aguirre, Airton Fernandes Rodrigues e Arlene Simões. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

023

Código de Referência

Título

Data

Nível de Descrição

Dimensão e Suporte

Nome do Produtor

História Administrativa

Âmbito e Conteúdo

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc023

Diário de classe de EPB II - Curso de Educação Física – Turma única

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Educação Física pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Educação Física, hoje, denominado Centro de Educação Física e Desportos (CEFD).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Urbanização; Segurança Nacional; Partidos políticos; Recursos minerais e a política de mineração; Saúde e alimentação no Brasil; Educação: diagnóstico e soluções; O poder nacional; O Brasil caminha: projeção; Direitos e garantias individuais; ONU e OEA; Política econômica; A ocupação do espaço brasileiro; Mercado de trabalho; e Valores da Pessoas.

Bom estado de conservação.

Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida e Pedro Aguirre. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

Notas sobre Conservação

Notas Gerais

024

Código de Referência

Título

Data

Nível de Descrição

Dimensão e Suporte

Nome do Produtor

História Administrativa

Âmbito e Conteúdo

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc024

Diário de classe de EPB II - Curso de Farmácia – Turma B

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Farmácia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Biomédicas, hoje, denominado Centro de Ciências da Saúde (CCS).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Política econômica; Segurança e desenvolvimento; Modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; Partidos políticos; Saúde e alimentação no Brasil; Educação: diagnóstico e soluções; O poder nacional; O Brasil caminha: projeção; Direitos e garantias individuais; e A ocupação do espaço brasileiro.

Bom estado de conservação.

Notas sobre Conservação

Notas Gerais

Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida e Arlene Simões. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

025**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa****Âmbito e Conteúdo**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc025

Diário de classe de EPB I - Curso de Zootecnia – Turma única

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Zootecnia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Segurança Nacional; Problema de sala [de aula?]; Organismos Internacionais: ONU e OEA; Mercado de trabalho; A ocupação do espaço brasileiro; Política econômica; Urbanização; Saúde e alimentação no Brasil; O poder nacional e suas expressões; Direitos e garantias individuais; e A política energética brasileira. Encontra-se com algumas manchas.

Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida, Pedro Aguirre e Sirlei Dalla Lana. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

Notas sobre Conservação**Notas Gerais****026****Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa****Âmbito e Conteúdo**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc026

Diário de classe de EPB II - Curso de Economia – Turma única

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Economia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH).

Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.

Bom estado de conservação.

Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

027**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc027

Diário de classe de EPB II - Curso de Medicina Veterinária –

Turma B

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

História Administrativa	O Curso de Medicina Veterinária pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Segurança e desenvolvimento; Objetivos nacionais; ONU e OEA; Modelo brasileiro de desenvolvimento; Mercado de trabalho; Industrialização; Política econômica; Modelo brasileiro de
Notas sobre Conservação	desenvolvimento; Urbanização; Saúde e alimentação no Brasil; O poder nacional; Direitos e garantias individuais; e A ocupação do espaço brasileiro.
Notas Gerais	Bom estado de conservação.
Código de Referência	Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida e Airton Fernandes Rodrigues. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.
Título	
Data	
Nível de Descrição	
Dimensão e Suporte	
Nome do Produtor	
História Administrativa	
Âmbito e Conteúdo	
Notas sobre Conservação	
Notas Gerais	
028	
Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc028
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Zootecnia – Turma única
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Zootecnia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Recursos minerais brasileiros e a política de mineração; Educação: diagnóstico e soluções; Segurança Nacional; O Brasil caminha: projeções; Valores da pessoa; ONU e OEA; Modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; Saúde e alimentação no Brasil; O poder nacional; e A ocupação do espaço brasileiro.
Notas sobre Conservação	Bom estado de conservação.
Notas Gerais	Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida, Pedro Aguirre e Arlene Simões. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.
029	
Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc029
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Medicina Veterinária – Turma C
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Medicina Veterinária pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram:

Notas sobre Conservação	Política econômica; O poder nacional e suas expressões; Saúde e alimentação no Brasil; Segurança e desenvolvimento; Partidos políticos; Modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; A ocupação do espaço brasileiro; ONU e OEA; As Forças Armadas; Educação: diagnóstico e soluções; Direitos e garantias individuais; O Brasil caminha: projeções; e Mercado de Trabalho.
Notas Gerais	Bom estado de conservação. Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida e Sirlei Dalla Lana. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes. Número expressivo alunos da disciplina reprovados por frequência.

030

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc030
Título	Diário de classe de EPB I - Curso de Economia - Turma única
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Economia pertence, desde sua fundação, ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.
Âmbito e Conteúdo	Bom estado de conservação.
Notas sobre Conservação	Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.
Notas Gerais	

031

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc031
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Medicina Veterinária – Turma B
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Medicina Veterinária pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR). Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Industrialização; Objetivos nacionais; Política econômica; O poder nacional; Saúde e alimentação no Brasil; Segurança e desenvolvimento; Modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; A ocupação do espaço brasileiro; Direitos e garantias individuais; e Mercado de trabalho.
Âmbito e Conteúdo	Bom estado de conservação.
Notas sobre Conservação	Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida e Pedro Aguirre. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.
Notas Gerais	

032

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc032
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Odontologia – Turma A
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Odontologia pertence, desde sua fundação, ao Centro de Ciências Biomédicas, hoje, denominado Centro de Ciências da Saúde (CCS).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.
Notas sobre Conservação	Bom estado de conservação.
Notas Gerais	Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

033

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc033
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Odontologia – Turma B
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Odontologia pertence, desde sua fundação, ao Centro de Ciências Biomédicas, hoje, denominado Centro de Ciências da Saúde (CCS).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.
Notas sobre Conservação	Bom estado de conservação.
Notas Gerais	Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

034

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc034
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Pedagogia – Turma A
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Pedagogia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Pedagógicas, hoje, denominado Centro de Educação (CE).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Partidos Políticos; Recursos minerais e a política de mineração brasileira; Segurança e desenvolvimento; O poder nacional; Urbanização; A ocupação do espaço brasileiro; ONU e OEA; O Brasil caminha: projeção; Direitos e garantias individuais; e Contrato de trabalho e suas consequências jurídicas.
Notas sobre Conservação	Bom estado de conservação.

Notas Gerais

Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida, Sirlei Dalla Lana e Airton Fernandes Rodrigues. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

035**Código de Referência**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc035

Título

Diário de classe de EPB II - Curso de Artes – Turma A

Data

2º semestre letivo de 1973

Nível de Descrição

Item documental (Nível 5)

Dimensão e Suporte

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Nome do Produtor

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

História Administrativa

O Curso de Artes pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL).

Âmbito e Conteúdo

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: O modelo brasileiro de desenvolvimento; As Forças Armadas; Industrialização brasileira; Política de mineração; Urbanização; Mercado de trabalho; Educação e diagnóstico; Segurança Nacional; O poder nacional; Saúde e alimentação no Brasil; e ONU e OEA.

Encontra-se com algumas manchas.

Notas sobre Conservação

Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida, Pedro Aguirre e Airton Fernandes Rodrigues. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

Notas Gerais

Consta, no dia 30 de agosto, a realização de palestra do então governador do Rio Grande do Sul, Euclides Triches, pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

036**Código de Referência**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc036

Título

Diário de classe de EPB II - Curso de Odontologia – Turma A

Data

2º semestre letivo de 1973

Nível de Descrição

Item documental (Nível 5)

Dimensão e Suporte

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Nome do Produtor

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

História Administrativa

O Curso de Odontologia pertence, desde sua fundação, ao Centro de Ciências Biomédicas, hoje, denominado Centro de Ciências da Saúde (CCS).

Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.

Bom estado de conservação.

Âmbito e Conteúdo**Notas sobre Conservação****Notas Gerais**

Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

037**Código de Referência**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc037

Título

Diário de classe de EPB II - Curso de Odontologia – Turma B

Data

2º semestre letivo de 1973

Nível de Descrição

Item documental (Nível 5)

Dimensão e Suporte Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

História Administrativa

O Curso de Odontologia pertence, desde sua fundação, ao Centro de Ciências Biomédicas, hoje, denominado Centro de Ciências da Saúde (CCS).

Âmbito e Conteúdo

Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.

Notas sobre Conservação

Encontra-se com algumas manchas.

Notas Gerais

Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

038

Código de Referência

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc038

Título

Diário de classe de EPB II - Curso de Farmácia – Turma B

Data

2º semestre letivo de 1973

Nível de Descrição

Item documental (Nível 5)

Dimensão e Suporte

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Nome do Produtor

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

História Administrativa

O Curso de Farmácia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Biomédicas, hoje, denominado Centro de Ciências da Saúde (CCS).

Âmbito e Conteúdo

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Política econômica; Educação: diagnóstico e soluções; Partidos políticos; Urbanização; Segurança e desenvolvimento; O modelo brasileiro de desenvolvimento; A ocupação do espaço brasileiro; Direitos e garantias individuais; Saúde e alimentação no Brasil, O poder nacional; e O Brasil caminha.

Encontra-se com algumas manchas.

Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida, Pedro Aguirre e Arlene Simões. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

039

Código de Referência

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc039

Título

Diário de classe de EPB II - Curso de Farmácia – Turma A

Data

2º semestre letivo de 1973

Nível de Descrição

Item documental (Nível 5)

Dimensão e Suporte

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Nome do Produtor

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

História Administrativa

O Curso de Farmácia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Biomédicas, hoje, denominado Centro de Ciências da Saúde (CCS).

Âmbito e Conteúdo

eúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: as e ideologias políticas; Organismos políticos internacionais: ONU e OEA; O poder nacional e suas expressões; A riqueza nacional do solo, subsolo e fundo do mar; Petróleo e siderurgia; Segurança externa e interna: responsabilidade do cidadão e Guerra Revolucionária; As Forças Armadas: Marinha, Exército e

Aeronáutica; Formulação de uma doutrina e execução de uma política de segurança; Partidos políticos: organização, fundamentos e evolução política nacional; Comunicação social e difusão cultural; Segurança Nacional: aspectos doutrinários,

finalidade e importância; Segurança Nacional: Conselho Nacional de Segurança; e Segurança Nacional: Estado Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra.

Encontra-se com algumas manchas.

Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

Notas sobre Conservação
Notas Gerais

040

Código de Referência

Título

Data

Nível de Descrição

Dimensão e Suporte

Nome do Produtor

História Administrativa

Âmbito e Conteúdo

Notas sobre Conservação
Notas Gerais

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc040

Diário de classe de EPB II - Curso de Filosofia – Turma única

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Filosofia pertencia, à época, à estrutura do Centro de Estudos

Básicos, hoje, denominado Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram:

Segurança Nacional; Urbanização; Os recursos minerais e a política de mineração; Política econômica; O poder nacional;

Partidos políticos; Educação: diagnóstico e soluções; Saúde e alimentação no Brasil; Direitos e garantias individuais; Mercado de trabalho; O Brasil caminha: projeção; A ocupação do espaço brasileiro; e A política enérgica do Brasil.

Bom estado de conservação.

Professores que ministraram a disciplina: Sirlei Dalla Lana, Airton

Fernandes Rodrigues, Marlei de Almeida, Pedro Aguirre e Arlene Simões.

Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

041

Código de Referência

Título

Data

Nível de Descrição

Dimensão e Suporte

Nome do Produtor

História Administrativa

Âmbito e Conteúdo

Notas sobre Conservação
Notas Gerais

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc041

Diário de classe de EPB II - Curso de Direito – Turma A

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Direito pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram:

Segurança Nacional; Riqueza do solo brasileiro e a política de mineração; Saúde e alimentação no Brasil; Mercado de Trabalho; Política econômica; O modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; Educação: diagnóstico e soluções; e O Brasil caminha: projeção.

Encontra-se com algumas manchas.

Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

Consta no Diário de classe que alguns temas que deveriam ser abordados, foram dispensados.
No dia 06 de outubro, consta palestra do então Ministro da Agricultura, José Francisco de Moura Cavalcanti.

042

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc042
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Direito – Turma B
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Direito, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Política econômica; O modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; Educação: diagnóstico e soluções; Os recursos minerais e a política de mineração; Mercado de trabalho; O Brasil caminha: projeção; e A política enérgica do Brasil.
Âmbito e Conteúdo	Encontra-se com algumas manchas.
Notas sobre Conservação	Professora que ministrou a disciplina: Marlei de Almeida. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.
Notas Gerais	Consta no Diário de classe que alguns temas que deveriam ser abordados foram dispensados.
	Consta, no dia 30 de agosto, a realização de palestra do então governador do Rio Grande do Sul, Euclides Triches, pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

043

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc043
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Agronomia
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Agronomia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR). Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: O poder nacional e suas expressões; Segurança Nacional; Partidos políticos; ONU e OEA; Industrialização; Política econômica; Urbanização; Os recursos minerais e a política de mineração; e Mercado de trabalho.
Âmbito e Conteúdo	Bom estado de conservação.
Notas sobre Conservação	Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida, Arlene Simões, Sirlei Dalla Lana e Airton Fernandes Rodrigues. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.
Notas Gerais	

044**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc044

Diário de classe de EPB II - Curso de Artes – Turma C

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Dimensão e Suporte**Nome do Produtor****História Administrativa****Âmbito e Conteúdo****Notas sobre Conservação****Notas Gerais**

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Artes pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram:

Educação: diagnóstico e soluções; Direitos e garantias individuais; A ocupação do espaço brasileiro; O modelo brasileiro de desenvolvimento; Partidos políticos; Política econômica; Urbanização; e Mercado de trabalho.

Bom estado de conservação.

Professora que ministrou a disciplina: Marlei de Almeida. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

045**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor****História Administrativa****Âmbito e Conteúdo****Notas sobre Conservação****Notas Gerais**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc045

Diário de classe de EPB II - Curso de Artes – Turma A

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

O Curso de Artes pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL).

Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram:

Educação: diagnóstico e soluções; Direitos e garantias individuais; A ocupação do espaço brasileiro; O modelo brasileiro de desenvolvimento; Partidos políticos; Política econômica; Urbanização; e Mercado de trabalho.

Bom estado de conservação.

Professora que ministrou a disciplina: Marlei de Almeida. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

No dia 06 de outubro, consta palestra do então Ministro da Agricultura, José Francisco de Moura Cavalcanti.

046**Código de Referência****Título****Data****Nível de Descrição****Dimensão e Suporte****Nome do Produtor**

BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc046

Diário de classe de EPB II - Curso de Artes – Turma B

2º semestre letivo de 1973

Item documental (Nível 5)

Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original

Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

História Administrativa	O Curso de Artes pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Educação: diagnóstico e soluções; Direitos e garantias individuais; A ocupação do espaço brasileiro; Partidos políticos; Política econômica; Urbanização; e Mercado de trabalho.
Notas sobre Conservação	Bom estado de conservação.
Notas Gerais	Professora que ministrou a disciplina: Marlei de Almeida. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes. No dia 06 de outubro, consta palestra do então Ministro da Agricultura, José Francisco de Moura Cavalcanti.

047

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc047
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Artes – Turma C
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Artes pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; Educação: diagnóstico e soluções; Direitos e garantias individuais; A ocupação do espaço brasileiro; Partidos políticos; Política econômica; e Mercado de trabalho.
Notas sobre Conservação	Bom estado de conservação.
Notas Gerais	Professores que ministraram a disciplina: Ossi Prado e Marlei de Almeida. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes. No dia 06 de outubro, consta palestra do então Ministro da Agricultura, José Francisco de Moura Cavalcanti.

048

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc048
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Pedagogia – Turma B
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Pedagogia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Pedagógicas, hoje, denominado Centro de Educação (CE).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Segurança e desenvolvimento; Recursos minerais e a política brasileira de mineração; Industrialização brasileira; Mercado de trabalho; A ONU e OEA; Modelo brasileiro de desenvolvimento;

Saúde e Alimentação; Urbanização; A ocupação do espaço brasileiro; Partidos políticos; e Política econômica.

049

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc049
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Medicina Veterinária - Turma A
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Medicina Veterinária pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: ONU e OEA; Industrialização; Objetivos nacionais; Política econômica; O poder nacional; Saúde e alimentação no Brasil; Segurança e desenvolvimento; Modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; A ocupação do espaço brasileiro; Direitos e garantias individuais; e Mercado de trabalho. Encontra-se com algumas manchas.
Notas sobre Conservação	Professores que ministraram a disciplina: Airton Fernandes Rodrigues, Marlei de Almeida e Pedro Aguirre. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.
Notas Gerais	

050

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc050
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Economia – Turma única
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Economia pertence, desde sua fundação, ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.
Âmbito e Conteúdo	Bom estado de conservação.
Notas sobre Conservação	Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.
Notas Gerais	

051

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc051
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Administração – Turma única
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros

História Administrativa	O Curso de Administração pertence, desde sua fundação, ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.
Âmbito e Conteúdo	Encontra-se com manchas.
Notas sobre Conservação	Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

052

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc052
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Agronomia – Turma B
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Agronomia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Os recursos minerais e política de mineração; O poder nacional e suas expressões; Segurança Nacional; Partidos políticos; Urbanização; Política econômica; Mercado de capitais; ONU e OEA; e Industrialização.
Notas sobre Conservação	Encontra-se com manchas.
Notas Gerais	Professora que ministrou a disciplina: Arlene Simões. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.

053

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc053
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Agronomia – Turma única
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.02; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Agronomia pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Os recursos minerais e política de mineração; O poder nacional e suas expressões; Segurança Nacional; Partidos políticos; Política econômica; Mercado de trabalho; ONU e OEA; e Industrialização.
Notas sobre Conservação	Encontra-se com manchas.
Notas Gerais	Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.

054

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc054
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Economia – Turma única
Data	2º semestre letivo de 1973

Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Economia pertence, desde sua fundação, ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.
Âmbito e Conteúdo	Bom estado de conservação.
Notas sobre Conservação	Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.
Notas Gerais	

055

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc055
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Economia – Turma única
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Economia pertence, desde sua fundação, ao Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Os conteúdos abordados na disciplina não foram registrados no Diário de classe.
Âmbito e Conteúdo	Bom estado de conservação.
Notas sobre Conservação	Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.
Notas Gerais	

056

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc056
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Artes – Turma C
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Artes pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: ONU e OEA; Mercado de capitais; Modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; Educação: diagnóstico e soluções; Direitos e garantias individuais; A ocupação do espaço brasileiro; Partidos políticos; Política econômica; e Saúde e alimentação no Brasil.

Notas sobre Conservação	Bom estado de conservação.
Notas Gerais	Professores que ministraram, a disciplina: Ossi Prado e Marlei de Almeida. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes. No dia 06 de outubro, consta palestra do então Ministro da Agricultura, José Francisco de Moura Cavalcanti.

057

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc057
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Direito – Turma A
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Direito pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Educação: diagnóstico e soluções; Segurança Nacional; Riqueza do subsolo brasileiro e a política de mineração; Saúde e alimentação no Brasil; Mercado de Trabalho; Política econômica; O modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; e O Brasil caminha: projeção.
Âmbito e Conteúdo	Encontra-se com algumas manchas. Professora que ministrou a disciplina: Marlei de Almeida. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes. Consta no Diário de classe que alguns temas que deveriam ser abordados, foram dispensados. No dia 06 de outubro, consta palestra do então Ministro da Agricultura, José Francisco de Moura Cavalcanti.
Notas sobre Conservação	
Notas Gerais	

058

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc058
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Artes – Turma A
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Artes pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: O poder nacional; Segurança Nacional; As Forças Armadas; Política de mineração; Mercado de trabalho; ONU e OEA; Industrialização; Modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; Educação: diagnóstico e soluções; e Saúde e alimentação no Brasil.
Notas sobre Conservação	Bom estado de conservação.
Notas Gerais	Professora que ministrou a disciplina: Marlei de Almeida. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes. Consta, no dia 30 de agosto, a realização de palestra do então governador do Rio Grande do Sul, Euclides Triches, pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

059

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc059
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Artes – Turma C
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Artes pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Artes, hoje, denominado Centro de Artes e Letras (CAL). Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: Política econômica; Partidos políticos; Direitos e garantias individuais; A ocupação do espaço brasileiro; Mercado de trabalho; Modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; e Educação: diagnóstico e soluções.
Âmbito e Conteúdo	Bom estado de conservação. Professores que ministraram a disciplina: Marlei de Almeida, Arlene Simões e Ossi Prado. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes. No dia 06 de outubro, consta palestra do então Ministro da Agricultura, José Francisco de Moura Cavalcanti.
Notas sobre Conservação	
Notas Gerais	

060

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc060
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Medicina Veterinária - Turma C
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)
Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Medicina Veterinária pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Rurais (CCR). Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: O Brasil caminha: projeções; Partidos políticos; ONU e OEA; As Forças Armadas; Educação: diagnóstico e soluções; Política econômica; O poder nacional e suas expressões; Saúde e alimentação no Brasil; Segurança e desenvolvimento; O modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; A ocupação do espaço brasileiro; e Direitos e garantias individuais.
Âmbito e Conteúdo	Encontra-se com algumas manchas. Professores que ministraram a disciplina: Sirlei Dalla Lana, Ossi Prado e Marlei de Almeida. Alguns professores não foram identificados em função de que constam apenas suas assinaturas, prenomes ou sobrenomes.
Notas sobre Conservação	
Notas Gerais	

061

Código de Referência	BR RSUFSM UFSM ES Cg Rc dc061
Título	Diário de classe de EPB II - Curso de Direito – Turma B
Data	2º semestre letivo de 1973
Nível de Descrição	Item documental (Nível 5)

Dimensão e Suporte	Textual; Papel; Capa; Fl.01; Original
Nome do Produtor	Departamento de Estudos e Problemas Brasileiros
História Administrativa	O Curso de Direito pertence, desde sua fundação, à estrutura do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje, denominado Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH).
Âmbito e Conteúdo	Os conteúdos abordados no decorrer do semestre letivo foram: A política enérgica de mineração; Mercado de trabalho; Política econômica; O modelo brasileiro de desenvolvimento; Urbanização; e O Brasil caminha: projeção. Encontra-se com algumas manchas.
Notas sobre Conservação	Não constam os nomes dos professores que ministraram a disciplina.
Notas Gerais	Consta no Diário de classe que alguns temas que deveriam ser abordados, foram dispensados. Consta, no dia 30 de agosto, a realização de palestra do então governador do Rio Grande do Sul, Euclides Triches, pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação da Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 15set. 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

_____. Lei nº 8663, de 14 de junho de 1993. Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, DF, 15jun. 1993. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/127628/lei-8663-93>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Pró-Reitoria de Planejamento. **Evolução da estrutura acadêmica-administrativa da UFSM: 1961 – 1995**. Santa Maria, 1995. 70 p.

_____. Departamento de Assuntos Estudantis e Registros Gerais. **Catálogo Geral 1974**. Santa Maria, 1974. 206 p.